



© Fundação Rosa Luxemburgo e Editora Funilaria, 2024.

Coordenação editorial: Caio Valiengo, Marília Jahnel,
Renata Del Vecchio

Preparação e revisão: Jade Medeiros e Lia Urbini

Capa e imagem interna da capa: Gisleine Scandiuzzi

Colagens dos abres dos artigos: Mika e Keila Gondim

Diagramação: Danielle Fróes

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.



O conteúdo deste livro está sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Brasil.



editorafunilaria.com.br
@editorafunilaria



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação de Amparo à pesquisa do estado do Rio de Janeiro e da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva das autoras e não representa necessariamente a posição da FRL.

**MULHERES
EM
DEFESA
DO** 
**TERRITÓRIO
CORPO
TERRA
ÁGUAS**

Elisangela S. Paim e Fabrina P. Furtado (Org.)



Dedicamos esse livro a Anacleta Pires da Silva do território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Maranhão. Nossa irmã, que fez parte da construção das reflexões contidas aqui nesse livro e do que entendemos e sentimos como território-corpo-terra-águas, ancestralizou no mês de setembro de 2024, deixando seu legado de uma vida inteira de luta na defesa do seu território e de tantos outros, pela libertação de Pindorama...

Anacleta inspira e canta, sempre presente...

“O sistema que nega às mulheres o seu espaço, dizendo que o lugar delas é no fogão, cuidar dos filhos, cuidar de casa e ser escravizada! A ideologia deles é o veneno que mata, não sabendo eles que nós que vamos gritar à liberdade! Não sabendo eles que vamos gritar à liberdade! Ei mulheres, venham para roda, vamos contar nossas histórias! Somos guerreiras, mulheres de fibra, pois cuidar da vida temos o dever! Vamos defender a vida e destruir o projeto da morte! O tempo está a chegar, o tempo é agora de romper com o machismo que tanto nos sufoca! Mostrar para todo o povo do mundo que a coisa está pior, por isso mais do que nunca estamos juntas para proteger, defender os nossos corpos, a natureza e o nosso território! Por isso, mais do que nunca estamos juntas para defender os nossos corpos, a natureza e o nosso território!”

Anacleta, 10 de junho, 2024

Sumário

- 9** **Prefácio**
Por Silvia Federici
- 13** **Apresentação**
Corpos em resistência: lutas e saberes na defesa do território-corpo-terra-águas
Elisangela Soldateli Paim, Fabrina Pontes Furtado e Marília Jahnel
- 19** **Contribuições políticas e epistemológicas de mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas**
Elisangela Soldateli Paim, Fabrina Pontes Furtado e Cristiane Faustino
- 45** **Agronegócio: uma reflexão a partir das mulheres camponesas organizadas**
Catiane Cinelli, Renata Gadelha, Ana Cláudia Rauber, Noeli Welter Taborda, Elisiane de Fátima Jahn, Sirley Ferreira dos Santos
- 71** **Encurraladas pelo agronegócio: conflitos e resistências vivenciadas por mulheres em territórios de comunidades camponesas**
Rafaela Lopes de Sousa, Sarah Luiza de S. Moreira, Camila Dutra dos Santos, Ana Paula Pereira Sousa, Josimeire da Silva Lemos
- 99** **Conhecimentos tradicionais, uma inspiração indígena no debate contemporâneo**
Elisa Pankararu
- 109** **A carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna**
Entrevista com Cleomar Ribeiro da Rocha

- 125 **Mulheres e mineração: resistências feministas a megaempreendimentos e ao garimpo ilegal no corredor de ferro Carajás**
Ailce Margarida Negreiros Alves e Larissa Pereira Santos Mestra
- 151 **Mulheres atingidas pelo crime da Samarco: o caso da região do Médio Rio Doce em Minas Gerais**
Camilla Laranjeira Brito
- 177 **A história e a memória não podem ser descartadas: a luta por permanência da Comunidade do Horto (Rio de Janeiro) e a tentativa de apagamento da história pelo uso do direito**
Emília Maria de Souza, Paula Máximo de Barros Pinto, Carolina Câmara Pires e Virgínia Totti Guimarães
- 199 **Economia Verde, compensação ambiental e financeirização da natureza: ameaças e resistências das mulheres no Vale do Ribeira**
Nilce de Pontes e Natália Lobo
- 215 **Sobre as autoras**
- 229 **Sobre as ilustradoras**

Prefácio¹

Por *Silvia Federici*²

MULHERES EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS-CORPOS-TERRAS-ÁGUAS nos fala sobre o que deve ser a luta mais importante no mundo: a luta pela preservação da terra, que também significa preservar as águas, as florestas, os mares e que, agora, mais do que nunca, estão em perigo por causa do ataque sofrido pela expansão das relações capitalistas. Dizemos “mais do que nunca”, porque a corrida pela constante inovação tecnológica e a tentativa de substituir a maioria das formas de trabalho por instrumentos tecnológicos estão impulsionando processos mundiais de cercamento e desmatamento, deslocando milhões de pessoas, destruindo ecossistemas e causando o desaparecimento de mundos socioculturais inteiros.

Esse é hoje um problema mundial, catastrófico em suas consequências, e que só pode se intensificar nos próximos anos. Isso se deve ao fato de que a digitalização da economia mundial não pode ocorrer sem uma tomada maciça de terras e águas por corporações extrativistas (mineração e petróleo). O agronegócio também – com a industrialização da

9

-
1. Tradução de Elisangela Soldateli Paim
 2. Intelectual militante de tradição feminista marxista autônoma, Federici é autora de *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019), *Mulheres e caça às bruxas* (2019) e *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns* (2022).

agricultura e a intensificação de monoculturas e a produção para exportação – está aumentando o esgotamento da terra e os movimentos diaspóricos que a perda do cultivo de subsistência gera. Estamos até mesmo testemunhando, na África, alienações maciças de terras nacionais para compradores estrangeiros, como é o caso da Etiópia, que vendeu para a Arábia Saudita milhares de hectares de terra aos quais sua população não poderá mais ter acesso. No Brasil, também estamos vendo um aprofundamento de processos (indiretos) de estrangeirização das terras. Em termos mais amplos, a acumulação capitalista exige um controle total sobre as riquezas naturais do mundo, de modo a controlar a economia mundial e impor os regimes disciplinares de que necessita. Assim, em 2023, as Nações Unidas comemoraram o fato de que, pela primeira vez na história da humanidade, a maioria da população mundial vive em cidades, apresentando esse desenvolvimento como um sinal de progresso. Mas, na verdade, é uma tendência muito preocupante. Pois a perda de acesso à terra é a perda de controle sobre os alimentos que comemos, a água que bebemos, o ar que respiramos e sobre os próprios territórios onde nossos ancestrais viveram por gerações, que são, portanto, reservatórios de cultura, história, idiomas e identidades.

O livro *Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas* descreve e analisa essas tendências de forma contundente, mas também documenta como os diversos movimentos (indígenas, quilombolas, camponeses, liderados por mulheres) estão se mobilizando contra elas. Ele mostra que a resistência está aumentando, com movimentos e organizações feministas comunitárias, lideradas por mulheres, na frente das lutas.

Enquanto as organizações internacionais de desenvolvimento têm privilegiado cada vez mais os homens como

trabalhadores agrícolas, e os programas de “modernização” da agricultura, como a Revolução Verde, deslocaram as mulheres dos campos, privando-as das tarefas que tradicionalmente realizavam (como, por exemplo, a seleção de sementes), esta publicação mostra que são as mulheres as protagonistas da resistência aos novos cercamentos, o que lhes custa muito. Isso não é surpreendente. A perda da agricultura de subsistência, a economia de pequena escala, mas muito produtiva, dos milpa³, afetou especialmente o trabalho reprodutivo das mulheres, tornando-as mais dependentes do mercado e da economia monetária, com a qual elas têm uma relação precária, sendo menos provável que elas tenham acesso à mesma renda monetária que os homens. O extrativismo também intensificou seu trabalho, pois agora as mulheres precisam caminhar quilômetros para encontrar água limpa e os vegetais e ervas que antes eram encontrados nas áreas florestais e nas hortas e quintais familiares. O extrativismo também aumentou a violência contra as mulheres, já que a chegada de empresas extrativistas em suas comunidades aumenta o risco de abusos e da violência sexual.

Os relatos da resistência a essa guerra travada contra a reprodução das comunidades no mundo inteiro não são novidade. Nas últimas décadas, uma literatura feminista cresceu acompanhando a mobilização de organizações como a Via Campesina e o MST, cada vez mais lideradas por mulheres. Mas o que torna esta coletânea especial é o amplo escopo do material reunido no volume, que facilita a nossa compreensão em torno da conexão entre os problemas e as lutas envolvidas. Isso é fundamental. Somente uma ampla coalizão de forças,

3. Estratégia pré-colombiana para a produção de alimentos que consiste no cultivo de milho, feijão e abóbora ou moranga na mesma área e no mesmo período.

capaz de construir um terreno comum, com base na reconhecida continuidade de suas lutas, pode hoje se opor ao ataque do que é contrabandeado como um resultado inevitável da “modernização”.

Mulheres em defesa dos territórios-corpos-terras-águas é, portanto, importante não apenas pelo conhecimento que os capítulos individuais nos proporcionam, mas por lançar as bases de uma coalizão de movimentos que, por si só, pode derrotar a destruição do nosso acesso aos comuns mais importantes do mundo. De fato, o que encontramos no livro já é a base para uma mobilização em larga escala, reunindo feministas, ecologistas, camponeses e comunidades indígenas. Dessa forma, o livro é importante não apenas do ponto de vista epistemológico, mas como uma ferramenta organizacional, inspiradora para comunidades “em resistência”, em todas as partes do mundo.

Apresentação

Corpos em resistência: lutas e saberes na defesa do território-corpo-terra-águas

*Elisangela Soldateli Paim,
Fabrina Pontes Furtado e Marília Jabnel*

A PUBLICAÇÃO QUE VOCÊ TEM EM MÃOS CONTEMPLA RELATOS da força coletiva e da resistência de mais de trinta mulheres engajadas em organizações sociais, políticas e acadêmicas de diversas regiões do Brasil. Mulheres que mantêm viva a memória de lutas, conquistas e sonhos em cada um de seus espaços organizativos e territórios de vivência. Mulheres de movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais, que rompem obstáculos e adversidades para denunciar violações de direitos e desigualdades de gênero.

Cientes dos desafios, essas mulheres seguem lutando, se amparam nos feminismos antirracistas e contracoloniais; nos saberes e práticas de povos e comunidades tradicionais; na economia e ecologia política feminista; na agroecologia e na luta em defesa dos territórios, corpos e vidas. E fazem isso não só porque precisam dos “recursos naturais” para viver, mas porque existe uma profunda conexão entre o território e o corpo, entre a violência decorrente da expropriação da natureza, por um lado, e a destruição dos modos de vida tradicional e a violência contra os corpos das mulheres, por outro. Para muitas delas, em particular as indígenas, camponesas e quilombolas, a luta pela terra é uma luta de enfrentamento

da violência contra as mulheres, pois é na terra e nos seus territórios onde garantem a subsistência, a reprodução material e cultural das suas comunidades.

Fruto de dois cursos de extensão universitária – “Direitos e saberes feministas em tempos de pandemia” e “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”, realizados respectivamente em 2021 e 2022, coordenados pela Fundação Rosa Luxemburgo (FRL) e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) –, esta coletânea traz contribuições feministas e análises dos movimentos sociais sobre o avanço do capitalismo extrativista, as estratégias de dominação e suas implicações para os territórios atingidos. Cursos que foram concebidos para promover o intercâmbio de conhecimentos, saberes e ações políticas e que priorizaram os enfoques de gênero, raça e classe, pilares fundamentais para todas as instituições envolvidas.

No primeiro artigo, “Contribuições políticas e epistemológicas de mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas”, as autoras Cristiane Faustino, Elisângela Soldateli Paim e Fabrina Pontes Furtado revelam a riqueza desses processos de intercâmbio de experiências e saberes diversos. O texto é um convite à ação e reflexão política coletiva frente à intensificação dos conflitos socioambientais no Brasil e aos impactos diferenciados que tanto a pandemia como os projetos de “desenvolvimento” impõem na vida das mulheres e diversidades.

O segundo e o terceiro texto, respectivamente intitulados “As camponesas afirmam que o agronegócio não é pop, ele é tóxico e mata”, de autoria de Catiane Cinelli, Renata Rocha Gadelha, Ana Claudia Rauber, Noeli Welter Taborda,

Elisiane de Fátima Jahn e Sirley Ferreira dos Santos, e “Encurradas pelo agronegócio: conflitos e resistências vivenciadas por mulheres em territórios de comunidades camponesas”, escrito por Rafaela Lopes de Sousa, Sarah Luiza de S. Moreira, Camila Dutra dos Santos, Ana Paula Pereira Sousa, Josimeire da Silva Lemos, aprofundam os processos de lutas e resistências das mulheres no campo, revelando as realidades brutais enfrentadas pelas camponesas. O avanço do capitalismo sobre os territórios, materializado pelo agronegócio, também é analisado. Ao mesmo tempo, ressaltam a importância da construção de projetos populares de agricultura agroecológica feminista.

Trazendo reflexões e práticas do território Pankararu, povo com sociedade matriarcal, Elisa Pankararu também aborda o agronegócio, elucidando o que é terra-território para os povos indígenas. Destaca também, em sintonia com os artigos anteriores, que o agronegócio comunga com a dominação, o machismo e o racismo. E conclui: sem feminismo, não há agroecologia!

Em seguida, incluímos uma entrevista com Cleomar Ribeiro, quilombola, presidenta da Associação Quilombola do Cumbe, situada no litoral leste do Ceará. Entre outros temas, Cleomar destaca que seu território – formado por mangue, dunas, lagoas, mar – tem um valor afetivo e simbólico para a sua comunidade, que não foi respeitado com a implantação dos projetos de carcinicultura e dos parques eólicos. Também analisa como os corpos de seu povo estão oprimidos e violentados dentro do próprio território em função da invasão desses megaempreendimentos, mas enfatiza “Aprendi e aprendo muito, muito com outras mulheres em luta. Cada mulher que escuto falar da sua luta me fortalece no meu território”.

As múltiplas violências e violações de direitos humanos e da natureza são detalhadas nos artigos “Mulheres e mineração: resistências feministas a megaempreendimentos e ao garimpo ilegal no corredor de ferro Carajás”, elaborado por Ailce Margarida Negreiros Alves e Larissa Pereira Santos, e “Mulheres atingidas pelo crime da Samarco: o caso da região do médio rio Doce em Minas Gerais”, de Camilla Laranjeira Brito. Ao mesmo tempo, as autoras trazem elementos necessários para compreendermos como a mineração no Brasil se estrutura nas relações socioeconômicas e políticas estabelecidas em poderes coloniais, patriarcais, racistas, de dominação, em execução há séculos não só no país, mas também na América Latina.

16 “A história e a memória não podem ser descartadas’: a luta por permanência da Comunidade do Horto (Rio de Janeiro) e a tentativa de apagamento da história pelo uso do direito” traz a história bicentenária dessa comunidade, majoritariamente composta de pessoas negras, que faz valer seu direito à moradia e a existir em uma área da cidade habitada por maioria branca, o bairro Jardim Botânico. Conforme descrito pelas autoras Emília Maria de Souza, Carolina Câmara Pires, Paula Máximo de Barros Pinto e Virgínia Totti Guimarães, no conflito fundiário do Horto não há como ignorar alguns elementos centrais, mas que são inviabilizados, como o racismo institucional e o pacto narcísico da branquitude.

No último artigo, “Economia Verde, compensação ambiental e financeirização da natureza: ameaças e resistências das mulheres no Vale do Ribeira”, Nilce de Pontes e Natália Lobo apresentam como as mulheres da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA) têm questionado os projetos de economia verde e construído alternativas

econômicas a partir da agroecologia, da agricultura tradicional e da auto-organização. Ressaltam que algumas políticas de enfrentamento às mudanças climáticas têm colocado os territórios como mercadoria e deixam as comunidades em condição de insegurança: sem direito ao território assegurado, como é o caso das comunidades quilombolas do Vale, que vivem há muitos anos em territórios reconhecidos que não chegam a ser titulados.

Cabe aqui ressaltar que esse processo tem sido profundamente inspirado pelo que aprendemos do feminismo comunitário das mulheres indígenas da região andina – em particular, das mulheres maya-q'eqchi'-xinca, das montanhas da região conhecida como Mesoamérica –, centrado na circulação e defesa da vida, do corpo, do território e da natureza e na crítica aos processos de desenvolvimento capitalista e extrativista. Um processo de construção epistêmica, que se dá a partir dos territórios, dos corpos e da sua relação com a terra. Uma forma de viver a vida profundamente vinculada com o que denominam de território-corpo-terra e que, a partir dos nossos próprios processos aqui no Brasil, em particular no Ceará, ampliamos para território-corpo-terra-águas. Trata-se de uma aposta política que surge dos corpos indignados e violados pelo sistema capitalista, racista e heteropatriarcal, que emerge da experiência, de ser e estar nas comunidades e das resistências e sabedoria dos ancestrais, a partir de uma percepção crítica sobre as formas históricas de opressão ao território-corpo-terra-águas.

Esta publicação conta com a participação de mulheres do Instituto Terramar, do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Associação Quilombola do Cumbe, da Sempreviva Organização Feminista (SOF), da

Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), da Justiça nos Trilhos (JnT), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), da Comunidade do Horto/Rio de Janeiro, do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território vinculado à Universidade Estadual do Ceará (NATERRA/Uece), do CPDA/UFRRJ, da Fundação Rosa Luxemburgo (FRL) e da Editora Funilaria.

Com esta breve síntese, convidamos você a ler os artigos que ressaltam processos de troca de conhecimentos e experiências a partir das resistências das mulheres em seus territórios. Aproveitamos para destacar que essa publicação se concretizou também por meio do trabalho conjunto com a Editora Funilaria, que aposta em processos como este, que contemplam o olhar e a atuação de mulheres militantes de movimentos sociais e da academia. Por último, esse trabalho integra o Programa Latino-americano de Clima da Fundação Rosa Luxemburgo, que tem como prioridade o apoio a processos de transição socioecológica com justiça e a formação política por meio da análise da sociedade, da emancipação democrática e social.

**Contribuições políticas e
epistemológicas de
mulheres em defesa do
território-corpo-terra-águas**

*Elisangela Soldateli Paim,
Fabrina Pontes Furtado
e Cristiane Faustino*

ENTRE OS DIAS 3 DE JUNHO E 5 DE AGOSTO DE 2021, DURANTE o isolamento social decorrente da pandemia de covid-19, realizamos o curso de extensão virtual “Direitos e saberes feministas em tempos de pandemia”, com a participação de organizações, movimentos sociais e estudantes. O curso tinha como objetivo principal promover a troca de conhecimentos, saberes e ações políticas em torno dos diversos efeitos da pandemia na vida das mulheres, em sua ampla diversidade. Considerando os processos históricos de luta e de reflexão – principalmente de mulheres da América Latina, negras, camponesas e indígenas e de movimentos feministas –, buscamos privilegiar os enfoques de gênero, raça e classe como categorias analíticas e históricas. Também foi uma forma de registrar as denúncias e os enfrentamentos dessas mulheres às múltiplas crises socioeconômicas.

Não faltaram assuntos que conectavam as desigualdades, injustiças e violências estruturais e cotidianas: os impactos destas sobre a vida doméstica, o trabalho, a saúde, o funcionamento do estado e dos órgãos públicos evidenciam como aquele período foi caótico para a maioria das mulheres. Além disso, o aumento da sobrecarga em todas as esferas da vida indicava, talvez, um cenário de “nova normalidade” no pós-pandemia.

Contudo, as possibilidades de aproximação à distância, geradas forçosamente pela pandemia, por meio das tecnologias de comunicação, a metodologia do intercâmbio e o princípio da diversidade, potencializaram o arcabouço das participantes e realizadoras do curso, a partir de diferentes lugares. Isso aproximou sujeitos e fortaleceu articulações importantes, nos motivando a dar continuidade, ampliar e aprofundar a formação para e com as mulheres, mantendo a virtualidade, mas garantindo momentos presenciais. Assim, entre 27 de junho e 12 de setembro de 2022, realizamos o curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”, que contou com a participação, inclusive na sua construção, de diversos movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), a Justiça nos Trilhos (JnT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Esplar, o Instituto Terramar, a Sempreviva Organização Feminista (SOF), o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

Nesse processo, buscamos refletir sobre a lógica de instalação dos megaprojetos de desenvolvimento em diversas localidades brasileiras, os impactos diferenciados que causam na vida das mulheres e como os conflitos advindos deles são vivenciados e enfrentados. Organizamos atividades presenciais em três territórios e comunidades: no Rio de Janeiro (comunidade negra do Horto), no Ceará (no acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte; no Quilombo do Cumbe, em Aracati; e na comunidade do Jardim, no Fortim) e em São Paulo (Vale do Ribeira, com agricultoras da Rede

de Agroecologia de Mulheres Agricultoras – RAMA), fortalecemos articulações e reflexões que resultaram neste livro.

Mais recentemente, nos dias 5 e 6 de outubro de 2023, realizamos uma atividade de formação com mulheres das organizações e movimentos que participaram dos cursos, de forma presencial, no Rio de Janeiro, sobre “Transição energética e financeirização da natureza”, durante a qual buscamos aprofundar uma análise feminista, antirracista e decolonial sobre esses temas que atualmente dominam as narrativas dos governos e empresas. Além disso, durante os últimos quatro anos, realizamos diversas atividades de formação política com mulheres que enfrentam contextos de violenta expansão do capitalismo neoextrativista. Especialmente, como as mulheres são, por um lado, atingidas e, por outro, articulam-se na defesa da vida, do território, do corpo e da natureza.

A partir desses acúmulos, consideramos relevante refletir sobre a importância política e epistemológica do trabalho coletivo com e para mulheres. Em particular, a relevância das implicações e estratégias de resistências lideradas por elas, cujos conhecimentos e práticas — aprendidos, socializados e construídos nessas e em outras formações —, metodologias, pensamentos e práticas evocam as conexões entre o capitalismo extrativista e as violências contra territórios e ecossistemas, populações, seus corpos e referências de pertencimento. A reflexão que se busca é fundamentada nas vivências de mulheres que, apesar das diferenças – quilombolas, camponesas, na sua maioria negras, e indígenas, por exemplo –, têm em comum o fato de serem “atingidas” e de estarem na frente das lutas.

É significativo ressaltar que tais análises não podem se confundir com a ideia de representação, tampouco se desdobrar em uma apropriação dos acúmulos intelectuais

e políticos das “atingidas”. A partir do nosso lugar, valorizamos a importância fundamental da aprendizagem, do reconhecimento e da consideração com o conteúdo vivido, pensado e falado em múltiplas vozes e linguagens, trazidos por essas mulheres para o debate público, desafiando noções consolidadas sobre o que é e a quem serve o próprio conhecimento, a comunicação, a economia, a tecnologia, a sociologia, o estado, os conceitos e práticas de democracia.

Importa notar que “atingidas” não é necessariamente uma identidade, nem um autorreconhecimento espontâneo, mas sobretudo um condicionamento imposto por sujeitos externos, que disputam toda a existência do território, incluindo as pessoas. Nessas circunstâncias, é possível aprender que os conhecimentos dessas mulheres podem ser expressos em forma de resistência, mas estão para além disso: acessam dimensões próprias e legítimas, nos ensinam sobre ancestralidade e território, história e ciclos vividos pelos ecossistemas, segredos e fundamentos dos modos de vida. Em seu processo político, acontecem formações, intercâmbios ativistas, aproximação com órgãos e poderes públicos. Coletivizando, nesse arcabouço, a sua própria existência em gênero, raça e classe, ao desafiar sínteses acadêmicas e pensamentos críticos sistematizados, e não somente pela denúncia, pressionam a sociedade e o estado. Nesse caso, devolver a “pergunta acadêmica”, provocar noções críticas e pressionar as institucionalidades pela prática política cotidiana, em situações de altas desigualdades, são colaborações epistemológicas para viver e melhorar o mundo, que poderiam ser mais efetivamente consideradas, e não o são, injustamente, por conta das desigualdades, dos “despoderes” e das vulnerabilidades que as geram e sustentam.

Por isso, importa tomar em conta o que os distintos feminismos, em particular os que podemos denominar contracoloniais (dos Santos, 2023), têm historicamente criticado em relação à produção de conhecimento dominante, de caráter eurocêntrico, ocidental, patriarcal e branco. Conhecimento que, além de negar a capacidade e autoridade de saber das mulheres, produz saberes que não atendem aos interesses delas nem tratam das suas questões, mas as objetivam, alimentando e reforçando hierarquias de gênero, classe e raça. Esses saberes disseminam a ideia de que o conhecimento é desprovido de valores políticos e ideológicos, como se as condições e os efeitos dos processos políticos e econômicos fossem os mesmos para todas/os, desqualificam outras formas de conhecimento fundamentados nas experiências cotidianas das mulheres, em especial as que se situam em territórios na periferia do poder.

A racionalidade ocidental dominante é fundamentada em uma lógica dicotômica que, ao se estabelecer de forma estática e profundamente restrita, justifica, produz e reproduz, para o conforto de uns, as desigualdades de gênero e os vetos morais, políticos, jurídicos e econômicos à existência e ao poder das diversas identidades de gênero, da diversidade sexual e de outras condições que desmentem as universalidades pretendidas por determinados grupos, como as pessoas brancas, cisgênero e heteronormativas.

Vale ainda salientar que, apesar de reconhecermos a natureza interligada da opressão de classe, raça e gênero, também expressa pelo conceito de interseccionalidade (Collins, 2016), quando utilizamos a noção “mulheres”, entendemos os limites de um conceito que ainda constrói seu sentido no campo da dicotomia. Em uma das atividades de campo, realizada em 2022, uma pessoa não binária ressaltou a não

identificação com o termo “mulheres”, no título do evento, mas esteve presente pelo desejo de estar com o coletivo “em defesa do território-corpo-terra-águas”. Ou seja, existem variadas formas de identificação que não se encaixam na noção de “mulheres”. A comunidade LGBTQIAPN+ vem demonstrando isso há anos.

É importante também lembrar das críticas de autoras, como Oyèrónké Oyěwùmí (2021), que, apesar de não descartarem o gênero como conceito legítimo e importante para refletir sobre as relações patriarcais, nos chamam a atenção para o fato de o gênero ser uma categoria ocidental, cujas noções de família, casamento, maternidade, linhagem e parentesco, baseadas em um determinismo biológico como elemento essencial, carregam o peso ocidentocêntrico. Assim, devem ser constantemente analisados ou colocados em seus contextos ocidentais quando aplicados em sociedades africanas ou, no nosso caso, latino-americanas.

26

É também nessa suposta universalidade opressora, reivindicada por grupos específicos, que podemos situar o racismo e a supremacia branca no exercício dos poderes em diferentes níveis. Para os povos do Sul Global, esses fatores também se situam nos marcos da colonização, no “sistema-mundo europeu” materializado na geopolítica internacional baseada no domínio, comercialização e escravização de indivíduos africanos, no domínio do território e genocídio de povos originários e estupro de suas mulheres e imposição do patriarcado branco sobre todas as diversidades consideradas “o outro” do sujeito universal europeu branco. Refinando, assim, as “desigualdades desiguais” de gênero e instituindo a desumanização desses “outros”.

Uma consequência dessas reflexões é reconhecer a diversidade como condição humana e, quem sabe, como

fundamento de democracia, o que exige romper as dicotomias e reposicionar o dominante como diverso e não universal, abrindo assim os caminhos para o devido trato aos conhecimentos variados. No caso das “atingidas” por empreendimentos econômicos privados e/ou estatais que interferem de formas brutais sobre os territórios e as populações locais, o trato aos seus conhecimentos implica, mas também ultrapassa, a ideia de acolhida, citação e sistematização por terceiros, considerados em seu poder intelectual, social, político e econômico no direcionamento de transformações no mundo, nos territórios e nas políticas públicas em sentido ampliado. Em contrapartida, corre-se o risco de apropriar-se de forma romântica e discursiva da história, do pensamento e dos sentidos das lutas das mulheres e outras diversidades. Eis aí um importante desafio que envolve direta e indiretamente as aliadas e suas próprias lutas, conceitos e metodologias, assim como os sentidos e as práticas de articulação entre mulheres, todas em aprendizagem e envolvidas, de diferentes formas e lugares, em complexos sistemas de desigualdades.

Nesse sentido, a escolha metodológica e politicamente estratégica deve considerar que, ao contrário do sentimento muitas vezes presente de que superamos o “debate de gênero”, os objetivos mais profundos da transformação substantiva da vida social não foram alcançados. E o avanço das extremas-direitas pelo mundo, assim como os retrocessos políticos históricos, é símbolo disso. Ou seja, a sexualização, a heteronormatização e a racialização fundamentadas em hierarquizações continuam a ser realizadas sobre os corpos de ontem, de hoje e de gerações futuras. Assim, por exemplo, apesar de políticas de reconhecimento desenvolvidas no interior dos estados, os casos de feminicídios e o genocídio contra o povo negro, indígena e da comunidade LGBTQIAPN+

só aumentam. Do mesmo modo, o paradigma de desenvolvimento baseado na exploração dos territórios e corpos de mulheres negras e indígenas, em particular, fundamentado na reafirmação de uma diferença hierarquizada entre os grupos sociais, permanece, se renova e se aprofunda. E, como afirma Miñoso (2008, p. 2), não há maior opressão do que aquela na qual se nega sua existência ou a legitimidade do sujeito oprimido que assim se apresenta.

Portanto, é revolucionário o encontro entre mulheres que buscam trocar saberes, estratégias de articulação, cuidado coletivo e força para seguir na luta. Mas há que se valorizar a potência de um permanente estado de formação diversa, que problematiza as condições de produção de conhecimento, ressaltando a necessidade de criar “novos territórios epistêmicos”, contraepistemologias que incluam o fim da divisão entre teoria e prática, entre o que consideramos ciência e saberes. Nesse caso, se impõe uma preocupação em enfrentar o ocidentocentrismo do pensamento feminista, trazendo as experiências, formas de emancipação criadas e recriadas por mulheres em condições diversas, atravessadas por desigualdades de gênero, raça e classe e outros aspectos relevantes para as vidas reais, como a territorialidade e a geracionalidade, as necessidades específicas e as vulnerabilidades.

Vale destacar aqui a importância de se pensar e refletir, a partir dos territórios, como os processos de luta trazem histórias de resistências, mas também estratégias de reexistências, de conhecimentos e saberes a eles relacionados. “Cuidamos do território, porque ele cuida da gente”, “somos reflexo do território”, nos ensina Cleomar Ribeiro da Rocha, da Comunidade Quilombola do Cumbe, em Aracati, Ceará (Rocha, 2022). Além disso, importa também ter em conta os desafios geracionais e as transformações nos territórios e

sujeitos, causados tanto pela intervenção dos grandes empreendimentos – com os danos aos ecossistemas, a redução dos direitos de uso e a ocupação da terra, da água e do território – quanto pelas mudanças geradas na sociedade da comunicação e do consumo: a diversificação e agudização de inúmeras formas de violências, a urbanização desigual/excludente e as repercussões sobre as necessidades e desejos das novas gerações. Também, as novas gerações, que herdaram mudanças conquistadas pelas lutas sociais das mulheres, das LGBTQIAPN+, dos movimentos e intelectuais negros e indígenas, urbanos e camponeses, trazem novos pensamentos e conhecimentos, pontos de vistas e pautas transformadoras que defendem os direitos ancestrais, tensionando o conservadorismo.

Outra aprendizagem inescapável é a existência das tensões entre essas diversidades, como está demonstrada no problema individual e coletivo dos grupos de maioria branca no enfrentamento ao racismo, o que implica, necessariamente, problematizar a branquitude, enquanto fator objetivo de manutenção e reprodução de privilégios – sejam eles materiais, subjetivos e/ou simbólicos –, e a base “mecânica” de sustentação do racismo. Além do mais, é relevante as pessoas brancas se disponibilizarem a enfrentar o desconforto das conversas sobre racismo e refletir criticamente sobre como a branquitude se constrói em suas histórias de vida, relações, práticas e instituições (Carreira, 2018) para seguirem assim no caminho de reeducação do olhar, corpo, escuta e sentidos e, sobretudo, se comprometerem com o antirracismo. Em contrapartida, o desafio para lidar com os privilégios brancos pode representar, para pessoas negras e indígenas, uma sobrecarga pedagógica e política, frente a um estado constante de resistência em considerar a questão racial em

todos os espaços e dimensões, inclusive nas alianças e relações solidárias.

Por fim, os desafios e potencialidades trazidos nessas primeiras reflexões reforçam a importância das pedagogias feministas, ou seja, de um conjunto de princípios e práticas que partem de análise e de luta contra a ordem patriarcal e racista vigente em nossa sociedade, construindo instrumentos para superá-la, de modo a construir outras relações. Por isso mesmo, este artigo apresenta algumas das estratégias elaboradas nesses dois cursos de extensão e em outros momentos de formação com mulheres dos movimentos e organizações aqui mencionadas.

Assim, após essa introdução reflexiva, apresentaremos os aprendizados a partir das discussões em torno da pandemia e do governo liberal-autoritário¹ de Bolsonaro, para então tratar das implicações dos projetos de desenvolvimento do capitalismo extrativista na vida, corpo e território das mulheres e nas suas formas de resistências e reexistências.

30

Pandemia e Bolsonarismo: violências contínuas

A disseminação de covid-19 gerou uma crise sanitária sem precedentes em todo o mundo, intensificando as crises social, econômica e civilizatória. A pandemia, em particular no governo autoritário-liberal bolsonarista, mais do que nunca, explicitou os efeitos nada democráticos nem abstratos dessas

1. Regime em que “o Estado não pratica abstinência nas políticas de subvenção aos grandes bancos, às grandes empresas industriais e às grandes explorações agrícolas, mas promove um desmantelamento autoritário da política social” (Heller, 1933, citado em Chamayou, 2018, p. 230).

tensões. As crises têm gênero, raça e classe: o desemprego, o aumento da sobrecarga de trabalho e dos índices de violência doméstica, feminicídio e transfeminicídio, a precarização do trabalho, a impossibilidade de praticar as medidas de enfrentamento ao contágio, como o isolamento social, e a diminuição de acesso a serviços de atendimentos públicos são algumas de suas facetas.

Em termos de saúde, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2020) destacou como surtos de doenças afetam mulheres e homens de maneira diferente e como as epidemias aprofundam as desigualdades de gênero, considerando ainda um contexto – prévio à pandemia – de feminização da força de trabalho em saúde. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que as mulheres representam 65% dos mais de 6 milhões de profissionais ocupados no setor público e privado, tanto nas atividades diretas de assistência em hospitais quanto na atenção básica. A porcentagem chega a ultrapassar 90% em serviço social e 80% em enfermagem (CONASEMS, 2020). Essas mulheres tendem a ocupar posições subalternas na hierarquia das equipes de saúde, que, no Brasil, também interseccionam determinações de classe, raça e gênero – nas quais obviamente as trans e travestis sequer estão incluídas como trabalhadoras, tampouco como público prioritário dos serviços de saúde em suas necessidades específicas. Logo, as mulheres cisgênero foram a maioria na linha de frente do combate à covid-19, sofrendo perda de imunidade, sobrecarga laboral, adoecimento pela condição de atingidas e sendo mais expostas ao risco de contágio, que pode ser mais grave e mais letal (Acselrad, 2020). Enfim, análises revelam que as condições de racismo estrutural, de estresse social e a precarização do trabalho e

da vida enfrentadas por essas mulheres aumentam os riscos de doenças (Ahmed, 2020).

A quarentena também transformou a casa de muitas mulheres em um lugar de medo, angústia e insegurança. Nesse período, vivenciamos um aumento no número de casos de violência doméstica, feminicídio e transfeminicídio no Brasil: a cada hora, estima-se que 503 mulheres sejam vítimas de violência doméstica; para cada dez mulheres, quase três ainda sofrem violência, levando o país a ocupar o 5º lugar no *ranking* mundial de morte de mulheres (Datafolha/FBSP, 2019). Por sua vez, o levantamento periódico da Associação de Travestis e Transsexual (ANTRA, 2021) de 2020 identificou que, apesar das subnotificações, houve aumento de 43% nos índices médios de transfeminicídios e de 45% da violência doméstica contra trans e travestis, atingindo, sobretudo, as negras (78%) e jovens entre 29 e 15 anos (56%). Sobre os corpos das crianças pesaram o aumento da violência sexual, do fosso das desigualdades no acesso a uma educação de qualidade e das vulnerabilidades sociais por suas condições, incluindo a orfandade.

Vale ainda ressaltar o aumento da insegurança pública nos territórios negros e indígenas, com a violência policial e a expansão da criminalidade, a complexificação dos conflitos territoriais rurais e urbanos. Essa realidade implicou uma crise geral de violações de direitos humanos, atingindo brutalmente as populações vulnerabilizadas pelos sistemas de violências de classe, raça e gênero, como a população em situação de rua; a população institucionalizada no sistema prisional e/ou nas comunidades terapêuticas; as pessoas com deficiência e as comunidades tradicionais de terreiros.

Além disso, a pandemia e a necessidade de medidas de enfrentamento a ela, em contexto de naturalização e não

remuneração do trabalho feminino, gerou uma crise do cuidado: sobrecarga de trabalho doméstico, de cuidados com as crianças (impossibilitadas de irem para a escola), de cuidados com idosos e enfermos – trabalhos que, nas famílias heteronormativas, ainda são exclusivamente ou majoritariamente realizado pelas mulheres ou pelas pessoas a quem, no sistema binário, se aplica o “feminino”. Pesquisa da Gênero e Números e da Sempreviva Organização Feminista (2021) revelou que metade das 2.641 mulheres entrevistadas passou a cuidar de alguém na pandemia; 41% declararam trabalhar mais; 40% tiveram o sustento dos seus lares colocado em risco em decorrência do isolamento social; 91% acreditam que a violência doméstica aumentou ou se intensificou durante o isolamento social e 8,4% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência.

A pandemia explicitou o que tem sido historicamente constatado pelos feminismos: que uma importante gama de trabalhos é realizada por mulheres, de forma gratuita e precarizada, como se fosse uma atribuição natural e biológica, não resultado de um sistema de opressão. O feminismo negro e popular destaca que maior parte dos trabalhos domésticos e de cuidado são realizados por mulheres e meninas negras, envolvendo relações de exploração e dominação, decorrentes da interseccionalidade de sistemas de opressão consolidados desde a era colonial. O racismo significa que as mulheres negras não só realizam as suas tarefas domésticas como as de outras mulheres; por causa dessa dinâmica, enfrentam muitas formas de violências, em que historicamente a exploração do trabalho está associada ao abuso sexual. Vale destacar ainda que, renegadas pela família, pela escola, pelas universidades, pelo mercado de trabalho e desconsideradas em todas as instâncias da democracia e da cidadania, as mulheres trans

e travestis não acessam sequer o direito ao afeto e ao lar, sendo expostas a relações clandestinas e baseadas em variadas formas de exploração. Durante a pandemia, suas vidas nos ambientes familiares de parentesco foram extremamente afetadas pelo isolamento social, que, ao reduzir suas condições de rupturas, impõe a convivência com os agentes que as oprimem desde a mais tenra infância.

O governo de Jair Bolsonaro, por sua vez, promoveu a reformulação e a criação de dispositivos que levaram à intensificação das violações de direitos e do avanço radical do agroextrativismo, regime de acumulação e paradigma de desenvolvimento que se fundamenta e aprofunda o patriarcado, o racismo, além da exploração da apropriação territorial. Assim, os conflitos no campo e a violência exercida por esse regime têm transformado o Brasil em um dos lugares mais perigosos para defensoras e defensores da terra e do meio ambiente. Com o aval do governo, o agronegócio e as mineradoras não aderiram ao isolamento social e registraram altos casos de contaminação de covid-19 entre seus funcionários e em comunidades situadas no entorno dos projetos. Nem no auge dos piores efeitos da pandemia, com as mais de 710 mil mortes, a forma de produção e reprodução do sistema capitalista foi mencionada.

Também é fundamental recordar o trabalho de mulheres indígenas, quilombolas e camponesas durante a pandemia na produção e troca de plantas medicinais, das curandeiras e parteiras, além da atuação das mulheres na roça para assegurar alimentação de qualidade para suas famílias e comunidades. Mulheres que buscaram coletivamente garantir a vida, ao construir redes de cuidado coletivo, em especial quando não tinham acesso adequado ao sistema de saúde, compartilhando alimentação, estabelecendo “centros”

autônomos de cuidado à saúde, realizando processos de rastreamento dos sintomas da covid-19 e assim implementando medidas de segurança.

Tendo esse contexto em perspectiva, analisar as condições, denunciar as violações e vivenciar o cuidado coletivo com as mulheres mais afetadas em contextos de crise são estratégias de enfrentamento e de fortalecimento dos territórios de resistência, dos laços comunitários, da solidariedade, do resgate da ancestralidade e da disputa de conhecimento.

Mulheres, ambiente e território

A expansão autoritária do capitalismo extrativista tem historicamente ocasionado processos de expropriação de territórios e de alteração negativa dos modos de vida de quilombolas, de comunidades tradicionais e camponesas e de povos indígenas. A vasta literatura disponível sobre essa lógica revela que o neoextrativismo – estratégia internacional de submissão econômica, política e ecológica do Sul Global ao capitalismo – tem como forma de expansão o uso intensivo e extensivo da terra. A apropriação privada, a sobre-exploração do trabalho, a violação, a flexibilização e a fragmentação da legislação ambiental e dos direitos humanos ocasionam, portanto, o desmatamento e a contaminação das terras, dos solos, das águas e dos ares.

Além da violência direta e das ameaças aos povos atingidos, as grandes corporações impõem narrativas que naturalizam o extrativismo como destino, estabelecem relações desiguais com as comunidades dos territórios invadidos e se pretendem comprometidas com a defesa do meio ambiente e do clima, para conquistar legitimidade e novas oportunidades de lucro. No caso do debate climático e do papel

do complexo hidro-agro-energético-mineral, por exemplo, os investimentos em energia solar e eólica não param de crescer no Brasil. Os créditos de carbono e títulos verdes já movimentam mais de 2 bilhões de dólares, acompanhados do que vem sendo chamado a “nova promessa do hidrogênio verde” para reduzir drasticamente as emissões de carbono e frear a mudança climática.

Trata-se de um processo que oculta as transformações territoriais que expulsam populações inteiras dos seus locais de produção e reprodução ou tornam seus modos de vida inviáveis. Para além disso, os impactos socioambientais das corporações extrativistas, na sua relação com o estado, não são democráticos. Primeiramente, existe uma crescente percepção de que os impactos desses conflitos são vivenciados de formas distintas por homens e mulheres, e entre elas, pois são marcados por relações sociais desiguais, que prestabelecem responsabilidades específicas em função do gênero, da classe e da raça. Em segundo lugar, são essas desigualdades, em especial o racismo, que possibilitam o avanço do capitalismo extrativista.

Assim, para tratar do tema que nos interessa, a análise feminista dos conflitos e resistências frente ao capitalismo extrativista, em termos epistemológicos e teóricos, buscamos partir do diálogo transdisciplinar do campo da Ecologia Política Feminista (EPF), em especial da Ecologia Política Feminista Latino-americana e da Ecologia Decolonial (Ferdinand, 2022). A EPF – que emerge nos anos 1990, com uma perspectiva crítica feminista, demandando epistemologia e metodologias próprias – busca romper a dicotomia natureza/cultura e as opressões de gênero para posicionar outras reflexões e olhares em torno dos processos de poder

que atravessam a produção de conhecimentos, as práticas sociais e as políticas ambientais.

No caso da mudança climática, por exemplo, a articulação entre a ciência do clima e a política naturaliza, mantém e acentua as desigualdades, sejam elas Norte-Sul, de gênero ou de raça e etnia, ao mesmo tempo que desconhece outras maneiras de produzir conhecimento. A EPF se diferencia a partir da proposta de evidenciar criticamente a instauração e aprofundamento das desigualdades ambientais fruto da lógica de desenvolvimento e transformações ambientais nas relações de gênero, em especial para as mulheres (Ulloa, 2020). Implica atuar, pensar e sentir de maneira conectada com as vivências, experiências e conhecimentos específicos, considerando, assim, a diversidade analítica.

A ecologia decolonial nos ajuda na compreensão de como o patriarcado e o racismo são fatores determinantes na distribuição desigual dos efeitos ambientais negativos, como também na criação das condições que permitem a existência e perpetuação de um sistema econômico, político, cultural e ideológico baseado na destruição do meio ambiente e dos grupos sociais na fronteira de expansão do neoextrativismo: povos e comunidades negras, indígenas, camponesas e tradicionais (Ferdinand, 2022).

A noção de feminismo camponês popular, processo de construção coletiva do MMC e do MST, nos ajuda a refletir sobre a organização de mulheres camponesas, que lutam para combater o capitalismo e a exploração do trabalho e da natureza, o patriarcado, em especial a divisão sexual do trabalho e a dominação dos homens sobre as mulheres e a natureza, e o racismo, que busca legitimar a hierarquização dos brancos sobre os não brancos. Além disso, parte das experiências e do trabalho no campo, na defesa e promoção da agricultura

familiar e da agroecologia e, portanto, da autonomia das mulheres camponesas (Almeida; Jesus, 2020). Também, como enfatiza Lucinéia Miranda de Freitas (2022), do setor de gênero do MST: “As mulheres têm pertencimento e, por isso, defendem com intensidade o território.”

O feminismo comunitário, outro processo em constante fortalecimento na América Latina, que surgiu com mulheres indígenas, em especial da América Central, é também uma construção epistêmica, que se dá a partir dos territórios, dos corpos e da relação de mulheres com a terra. É uma forma de viver a vida, profundamente vinculada com a ideia de um território-corpo-terra; aposta política que surge da luta de mulheres de comunidades contra o avanço do sistema capitalista, racista e heteropatriarcal (Cabnal, 2010).

38

Nesse processo, se fortalece ainda a noção de que as mulheres são atingidas pela mineração e/ou por megaprojetos, refletindo o reconhecimento e, portanto, a legitimidade de seus direitos violados em decorrência da instalação dos empreendimentos. Faz-se necessário o reconhecimento dessa violação e a justa reparação. O nosso intuito é demonstrar como a existência de conflitos ambientais decorrentes da instalação de grandes projetos gera implicações diferenciadas para as vidas das mulheres.

Assim, a sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados, a negação das mulheres como sujeitos políticos, descortinada pelo fato de terem que lutar pelo direito de serem categorizadas como “atingidas”, e a apropriação da temática de gênero pelas corporações extrativistas demonstram como as desigualdades de gênero são reforçadas, bem como impõem a perspectiva universalizante, eurocêntrica e individualista de “gênero” nas comunidades. Como explica Sirley Ferreira, do MMC:

Não podemos separar a violência doméstica que sofremos em nossos corpos daquela causada pelos grandes projetos que chegam com falsas promessas. Nós, mulheres, estamos aqui firmes para dizer não ao racismo, não ao capitalismo, ao patriarcado e a esse projeto de morte e para afirmar a vida em todos os sentidos. A gente se entende como natureza, então defender a natureza, a terra, as águas, o mangue é defender a nossa vida. (Ferreira, 2022)

Importa observar que as referências de pertencimento e de identificação com a natureza se contrapõem às ideologias patriarcais, em que o binarismo associa mulher e natureza como entes alienados e domináveis, uma vez que as mulheres compreendem a condição humana de ser parte da natureza, e não dona dela.

Nesse sentido, as ações coletivas de defesa territorial das mulheres atingidas pelo capitalismo extrativista implicam um posicionamento político em torno de ser, estar e sentir com e no território. Ou seja, ressaltar aspectos visíveis, mas também invisibilizados, como os afetos, o cuidado na reprodução da vida e a construção de estratégias de sobrevivência e de lutas coletivas territoriais. Implicam também relações baseadas em processos coletivos, no uso coletivo da terra, do trabalho, do convívio social, de outras formas de se relacionar com o meio ambiente. Coletividades que atuam contra as violências como feminicídios, ecocídio e epistemicídios.

“O nosso nome é diversidade, e o sobrenome é resistência”, como afirma uma das autoras deste texto, Cristiane Faustino, do Instituto Terramar, ao destacar em uma de suas falas, durante os debates, que os projetos de infraestrutura construídos pelo estado em aliança com o setor privado reativam o projeto de país patriarcal, machista, cisgênero,

homofóbico, branco. As mulheres, além de lutar para visibilizar as violências cometidas contra povos indígenas e comunidades tradicionais e negras, por exemplo, transformam-se a si próprias para incidir e reivindicar suas múltiplas existências, interdependentes com a diversidade dos territórios.

Considerações finais

40

Neste texto, buscamos apresentar reflexões a partir de experiências que temos tido com mulheres de movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais sobre as diversas implicações da pandemia durante o governo Bolsonaro e do complexo hidro-agro-energético-mineral sobre as comunidades, povos e territórios, em particular os impactos diferenciados sobre os corpos, vidas e território das mulheres.

Os desafios cotidianos das mulheres e de suas vivências são cruciais no processo de resistência, enfrentamento e no debate sobre terra, território e modos de vida. Essas mulheres abordam a necessidade de compreender como o capitalismo extrativista afeta as suas vidas de maneira extremamente intensa, violenta e dolorosa. Contudo, apesar desse contexto de reais violações de direitos, as mulheres resistem e demonstram outros modos de vida possíveis. Também promovem e reivindicam diversas pautas, que se fundamentam em feminismos antirracistas e decoloniais, nos saberes e práticas tradicionais, na economia feminista, na agroecologia e na luta em defesa dos territórios.

Trata-se de reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, bem como sua participação na geração e apropriação da riqueza social. Superar a divisão sexual e racial do trabalho e do patriarcado – elementos culturais e

ideológicos que estruturam relações econômicas dominantes nas esferas pública e privada. Defender as atividades tradicionais, as economias populares e comunitárias, a soberania alimentar e a diversidade sociocultural dos povos. Seus saberes, práticas e movimentos sociais transformam o sistema dominante de produção, distribuição e consumo, promovem princípios ecológicos, conhecimentos tradicionais, sementes nativas e economias solidárias, transformam as relações de poder, a distribuição social da riqueza e a apropriação desigual do mundo material.

Considerando esses processos de mulheres “atingidas” e à frente de resistências, os encontros possibilitam a aproximação entre organizações e movimentos, entre distintos conhecimentos, experiências e realidades, superando as estratégias de ocultamento, invisibilização e silenciamento das mulheres que o patriarcado promove. Os intercâmbios representam ainda uma prática feminina de busca por soluções em diálogo: “As mulheres elaboram juntas a complexidade das suas resistências... as resistências de agora são continuidades, que estão ligadas às alianças entre os movimentos populares do passado, que resultam do acúmulo de saberes das pessoas-sujeitos dos territórios” (Reis, 2022). Nesse sentido, é preciso incentivar o fortalecimento das nossas identidades como um instrumento para a construção de estratégias articuladas, garantir a participação das mulheres na geração de conhecimento, afirmar o compromisso de sujeitos não discriminados na luta antirracista, assegurar a ocupação das mulheres em todos os espaços e endossar o reconhecimento da interseccionalidade.

Referências

- ACSELRAD, H. As desigualdades persistentes. *A terra é redonda*. 28/07/2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/as-desigualdades-persistentes/#_edn9>. Acesso em mar. 2024.
- AHMED, A. The Father of Environmental Justice on Why He Isn't Surprised by COVID-19 Health Disparities. *Texas Montbly*. 17/04/2020.
- ALMEIDA, I.; JESUS, C.P. "Feminismo camponês e popular: uma abordagem antirracista". In: MEZADRI, A.; CIMA, J.; TABORDA, N. W.; GASPARETO, S. A. K.; COLLET, Z. (orgs.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 75-85.
- ANTRA. Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso em jul. 2024.
- CABNAL, L. Feminismo diversos: El Feminismo Comunitario. *ACSUR: Las segovias*, 2010. Disponível em: <<http://www.calameo.com/books/002488953253b6850c481>> Acesso em jun. 2024.
- CARREIRA, D. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. *SUR* 28, v. 15, n. 28, 2018, p. 127-137.
- CHAMAYOU, G. *La Société ingouvernable*. Une généalogie du libéralisme autoritaire. Paris: La Fabrique, 2018.
- COLLINS, P.H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, Janeiro/Abril 2016.
- CONASEMS. Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. 06/03/2020. Disponível em: <<https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/>> Acesso em: maio 2024.
- DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*. 2.ed. Brasília, 2019.
- DOS SANTOS, A.B. *A Terra Dá, a Terra Quer*. São Paulo: Editora Ubu, 2023.
- FERDINAND, M. *Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FERREIRA, S. *Agronegócio e resistências nos territórios (parte II)*. Curso de extensão Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra. 29 de agosto, 2022. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/atividades2/agronegocio-e-resistencia-nos-territorios-parite-2/>>. Acesso em jun. 2024.
- FREITAS, L.M. *Agronegócio e Resistência nos Territórios*. Curso de Extensão Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U7am3sNjYOI>>. Acesso em jun. 2024.
- GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE-VIVA Organização Feminista. *Sem Parar. O trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Relatório de Pesquisa. SOF, 2021. Disponível em: <<https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>>. Acesso em jun. 2024.

- MIÑOSO, Y E. “El sentido de la teoría y la academia feminista: una mirada desde la subalternidad” (2008 – versão melhorada). In: Yuderkys E. *Miñoso – textos seleccionados*. Bogotá: Editorial em la frontera, 2017.
- OYĒWŪMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- REIS, Renata. Sessão IX - Mulheres, Ambiente e Território: conflitos, resistências e (re) existências. Curso de extensão Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra. 29 de agosto, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ESPPgZ78S-bY>>. Acesso em jun. 2024
- ROCHA, C. A Comunidade Quilombo-la do Cumbe e o Avanços do Capitalismo: o caso da energia eólica. Entrevista concedida aos participantes do Curso de Extensão Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra. 15 ago. 2022.
- ULLOA, A. “Ecología Política Feminista Latinoamericana”. In. Zuria, A.L.; Centeno, E.F.; Gutiérrez, M.V. *Feminismo Socioambiental: revitalizando el debate desde América Latina*. Cuernavaca: Universidad Nacional Autónoma de México, 2020.
- UNFPA. *Covid-19: Um olhar para gênero*. UNFPA, 2020.

Agronegócio: uma reflexão a partir das mulheres camponesas organizadas

*Catiane Cinelli, Renata Gadelha,
Ana Claudia Rauber, Noeli Welter Taborda,
Elisiane de Fátima Jahn,
Sirley Ferreira dos Santos*



NESTE TEXTO, BUSCAMOS TRAZER ALGUNS ELEMENTOS DA compreensão do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) acerca do agronegócio e de como ele impacta a vida das mulheres camponesas no Brasil. Além disso, apresentamos como as mulheres, em seus 41 anos de organização, vêm enfrentando esse sistema capitalista no campo, construindo um projeto popular de agricultura camponesa agroecológica feminista. Primeiro, abordamos alguns elementos consensuais sobre como surgiu o conceito de agronegócio, quais foram os idealizadores e como está diretamente ligado aos interesses capitalistas, coloniais, racistas e patriarcais. Posteriormente, apresentamos algumas ações de resistência construídas pelas mulheres camponesas.

47

Agronegócio como fase da modernização conservadora da agricultura

Para falarmos de agronegócio, é necessário compreender como o desenvolvimento capitalista acontece no campo. Segundo Ribeiro (2002), o germe do capitalismo foi implantado com a invasão, pela elite europeia, do que hoje é o Brasil, tendo o campo como forma de extração e produção, gerando lucro para a acumulação da classe dominante colonizadora (Conte; Martins; Daron, 2009).

No início, essa produção das riquezas aconteceu fundamentalmente a partir do trabalho de pessoas escravizadas nas plantações. Com o passar do tempo, outras relações sociais vão sendo estabelecidas no campo, mas sem que se alterasse o objetivo principal: o fornecimento de matérias-primas para a elite estrangeira e, posteriormente, para os capitalistas nacionais. “Serviu, também, como instrumento de acesso a recursos públicos, como financiamentos, para aquisição de insumos agrícolas, máquinas e tecnologias produzidas pelos grandes complexos industriais” (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 88).

Esse processo impôs um modelo de agricultura concentrador de terras e riquezas nas mãos de poucos, gerando o latifúndio, de um lado, e camponeses/as pobres e sem-terra, de outro. Para chegar nesse modelo, é importante salientar que, com o término da Segunda Guerra Mundial, houve um replanejamento na forma de desenvolvimento do capital que levou a uma reestruturação da agricultura. Nesse momento, implantou-se uma mudança na base técnica para a produção agrícola. É dessa forma que, literalmente, a Revolução Verde é despejada na América Latina.

É no desenvolvimento da Revolução Verde, também entendida como modernização conservadora da agricultura, que surge o agronegócio. O nome Revolução Verde surge em contraposição à Revolução Vermelha (socialista) e à Revolução Branca (iraniana). A Revolução Verde estava em andamento desde a década de 1940, com experimentos sendo feitos pela Fundação Rockefeller, dos EUA, no México. Aliada à ideia de agronegócio e em sintonia com a política externa estadunidense de “guerra contra a fome”, ela poderia se alastrar com facilidade para os diversos países considerados subdesenvolvidos. Sendo assim, corporações alimentícias

como as de insumos e processamento vão adquirindo cada vez mais mercado consumidor, capital e força política. É por meio das ditaduras militares que essa reestruturação foi efetivada em boa parte da América Latina.

No Brasil, foram garantidas todas as condições para a estruturação do capital no campo: crédito para comprar máquinas e insumos; construção e estruturação de estradas e ferrovias; financiamentos, inclusive a fundo perdido, para grandes empresas do ramo agrícola. Além disso, houve a criação de instituições de assistência técnica, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASCAR/EMATER), que se tornou referência na “educação” dos agricultores e no incentivo à mudança na forma de produção com aparato técnico, segundo os interesses do capital (Conte; Martins; Daron, 2009, p. 89).

49

A imposição desse modelo trouxe profundas consequências para o campesinato e, em especial, para a agricultura familiar camponesa, levando ao endividamento de famílias devido aos altos juros dos financiamentos agrícolas. Além disso, esse período intensificou a expansão da mecanização e da concentração da terra nas mãos de poucos, resultando no êxodo rural.

De acordo com Camarano e Abramovay (2009), entre 1950 e 1980, as áreas rurais das regiões Sudeste e Sul forneceram um volume expressivo de migrantes para as áreas urbanas. Já nas décadas de 1990 e 2000, é do Nordeste que saem do campo os maiores contingentes populacionais. Considera-se que, nos fluxos de origem rural, predominam as mulheres, com exceção dos anos 1960. Isso leva a uma

crescente masculinização do meio rural brasileiro e um consequente esvaziamento populacional.

Segundo Pompeia (2021), a primeira definição de agronegócio foi feita em 1955, pelo economista Davis¹, que usava o termo *agribusiness*: “*Agribusiness* refere-se à soma de todas as operações envolvidas na produção e distribuição de alimentos” (Davis, 1955, citado em Pompeia, 2021, p. 5).

Essa definição² descrevia um momento em que se estruturava a modernização da agricultura no sentido de inseri-la em complexos agroindustriais. Ou seja, a agricultura até então apresentava autonomia e independência de outros setores do mercado capitalista: ela mesma provia seus insumos, processava, armazenava e comercializava seus produtos. A proposta de Davis era que os agricultores passassem a se focar, a se especializar, unicamente na produção, deixando as demais tarefas para outros setores do mercado, que as executariam com mais eficácia. Sendo assim, a agricultura, de um “complexo natural”, passaria a fazer parte de um “complexo agroindustrial”: uma ampla cadeia interligando diferentes setores que, juntos, compunham o agronegócio.

Davis também advogava por uma dependência cada vez menor dos produtores em relação ao Estado e uma ligação

-
1. Doutor em economia agrícola e administração de empresas, trabalhou por oito anos como secretário executivo do Conselho Nacional de Cooperativas dos Agricultores dos Estados Unidos da América (Pompeia, 2021).
 2. Seria o “tripé primário do agronegócio [proposto por Davis e Goldberg, em 1957] composto de (i) insumos e máquinas agrícolas (operações de manufatura, comercialização e prestação de serviços para agropecuária), (ii) produção agropecuária (operações dentro da fazenda), (iii) processamento-distribuição (atividades relacionadas à agroindustrialização e à comercialização de itens advindos da produção das fazendas)” (Pompeia, 2021, p. 51).

maior com os agentes privados relacionados às atividades agropecuárias e seus negócios. Ele também argumentava que unidades agrícolas muito pequenas³ eram inviáveis (inaptas) para o futuro da agropecuária, e que o foco deveria estar no investimento de unidades produtivas maiores. Essa narrativa legitimava o processo de expulsão das famílias camponesas do meio rural.

A ideia de agronegócio logo se alastrou pelo mundo, e sua definição meramente descritiva continua sendo utilizada até os dias de hoje como forma de mascarar a sua complexidade, suas dimensões políticas, ideológicas, dentre tantas outras. Contudo, já no período em que foi formulado o conceito, ele sofreu críticas – infelizmente não tão ecoadas quanto foram os seus elogios.

Pompeia apresenta dois trabalhos publicados em 1958 que criticaram a ausência de discussão sobre as relações de poder no agronegócio e as possibilidades de cooptação deste para fins corporativos. Eles também denunciaram como muitos agricultores familiares [*family farmers*] não sobreviveriam ao processo de verticalização da agricultura, e os que sobrevivessem “teriam que competir entre si para alcançar melhor integração necessariamente cedendo parte importante da renda e da autonomia decisória” (Pompeia, 2021, p. 54).

O fim da autonomia das famílias agricultoras era visto como algo benéfico pelo sistema capitalista. A cadeia de dependência proposta pela ideia de agronegócio era louvada como um enorme avanço rumo ao progresso e ao desenvolvimento. O agricultor agora seria um homem de negócios,

3. Segundo Pompeia (2021), essas unidades consideradas pequenas, na época das pesquisas de Davis, correspondiam a estabelecimentos de 2 milhões de agricultores familiares [*family farmers*] nos EUA. Segundo Davis, essas pessoas deveriam se inserir em outros ramos do mercado.

não “perderia tempo” produzindo sua própria comida, ele se especializaria, enriqueceria e depois consumiria tudo o que necessitasse dos mercados, comandados pelas grandes corporações.

A ideia de agronegócio começa a se alastrar no contexto da Guerra Fria, com a criação da chamada Guerra contra a Fome. Segundo o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, em 1966, a principal causa das revoluções era a fome; logo, seria preciso acabar com a insegurança alimentar no mundo como forma de prevenir o avanço do socialismo no globo. Em princípio, a política estadunidense era a de distribuição de excedentes agrícolas. Agora, contudo, compreende-se que é necessário que os próprios países se modernizem para garantir a sua própria alimentação a partir da importação das habilidades agrícolas dos estadunidenses. Sendo assim, “após uma reunião na Casa Branca entre o presidente Johnson e o ex-presidente da Heinz Foods Company, foi criado, em setembro de 1967, um órgão público-privado cuja função era organizar a atuação das empresas no exterior” (Pompeia, 2021, p. 64).

Tanto a ideia de agronegócio como a de Revolução Verde chegam ao Brasil no início da ditadura militar, após um golpe realizado pelas elites que teve como um dos motivadores principais a forte discussão sobre a questão agrária que ocorria no país, sobretudo na década de 1950.⁴ Como forma de manter a estrutura agrária e aumentar a acumulação

4. De um lado, tínhamos os defensores da reforma agrária para resolver os diversos problemas que assolavam o país, não apenas o agrícola (defendido pelas Ligas Camponesas, Alberto Passos Guimarães, dentre outros), e, por outro lado, tínhamos a visão conservadora, que propunha a manutenção da estrutura agrária, contudo, com a modernização dos latifúndios.

capitalista advinda do campo, a proposta dos EUA foi muito bem aceita pelos governos militares. O Agribusiness Council (consórcio do agronegócio dos EUA, que atuava na “guerra contra a fome”) escolheu o Brasil como país com grande potencial para suas ações, fazendo visitas e oferecendo assessoria técnica, nas décadas de 1960 e 1970:

[...] foi lançado, em junho de 1967, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que planejava o fortalecimento do crédito rural, o estímulo à intensificação do uso de insumos e máquinas e à modernização das funções de armazenamento, transporte, agroindustrialização e comercialização. (Pompeia, 2021, p. 93)

Contudo, longe de resolver o problema da fome no Brasil e no mundo, o agronegócio deu continuidade ao processo de acumulação de capital nas elites agrárias do país e, sobretudo, das corporações transnacionais vinculadas a ele, tornando a agricultura cada vez mais dependente dos complexos agroindustriais e gerando e/ou intensificando diversos e profundos problemas, como veremos a seguir.

53

Agronegócio: perversidade, crueldade e desumanidade

No Brasil, o termo agronegócio se popularizou no final do século XX, a partir de sua difusão no mercado financeiro, órgãos governamentais e mídia pelas entidades patronais do setor agrário e agroindustrial: Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB)

e Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).⁵ A sua definição era aquela meramente descritiva de processos: “conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura moderna” (Campos, 2011, p. 104).

O foco dessa difusão era conseguir cada vez mais investimentos estatais para os diversos complexos agroindustriais no país, com apoio da população em geral. Contudo, as pautas do agronegócio não eram apenas afirmativas para o aumento de investimentos no setor,⁶ mas também no sentido de se posicionar contra as lutas dos movimentos populares e sociais que, ao denunciarem os diferentes problemas no campo – como a estrutura agrária concentradora, o trabalho análogo à escravidão, a destruição ambiental etc. –, eram e são um empecilho para o avanço sem limites do agronegócio no país.⁷ Ou seja, evidencia-se o caráter eminentemente político do agronegócio.

-
5. É importante destacar aqui a diversidade de entidades associadas à ABAG: bancos e empresas públicas (Banco do Brasil, Petrobras e Embraer), grupos de comunicação (Estado de São Paulo e a Rede Globo), Pricewaterhouse (consultoria influente no mercado financeiro), a Bolsa de Mercadorias e Futuros, FEALQ da Universidade de São Paulo – USP, empresas nacionais e transnacionais (Campos, 2011).
 6. Exemplos são as isenções fiscais, como a Lei Kandir (a Lei Complementar 87/96), que isenta do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários e semielaborados voltados para a exportação, contribuindo para a expansão de produção de *commodities* no Brasil. Com essa isenção, os estados deixam de arrecadar recursos que poderiam ser destinados à educação, saúde etc.
 7. Como exemplo, temos o caso dos setores do agronegócio se posicionando contrariamente à legislação contra o trabalho escravo e, mais recentemente, a favor do Marco Temporal (é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal).

Tendo em vista a complexidade que é o agronegócio e sua atuação nos territórios, concordamos com a definição trazida por Campos (2011), que permite que avancemos para além de um conceito meramente descritivo e que mascara os efeitos perversos do agronegócio nos territórios:

[...] o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um *locus* privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades socioespaciais. (Campos, 2011, p. 109)

55

O MMC tem discutido como o agronegócio muda a vida das mulheres camponesas. Tendo isso em vista, é importante destacar como, com agenciamento e poder político, o agronegócio vai transformando os lugares com a sua territorialização. A complexa articulação de capitais vai se apropriando dos espaços e condicionando-os à lógica de funcionamento do capital:

[...] instalação de segmentos industriais (como agroindústrias, fábricas de fertilizantes e de máquinas agrícolas), de serviços (como empresas de comercialização e armazenamento, de assistência técnica, de transporte, revenda de insumos, crédito, entre outros), e o setor de produção agropecuária propriamente dita. (Campos, 2011, p. 113)

As atividades do agronegócio vão se tornando hegemônicas e ditando o funcionamento das economias locais, controlando os fluxos (mercadorias, pessoas, informações, capitais, tecnologias) e as infraestruturas que serão investidas em cada localidade. É importante destacar que essa territorialização do agronegócio só ocorre devido ao forte apoio do Estado, que realiza as obras de infraestrutura de transportes, energia, etc., e também mediante legislações que favorecem o setor. É o que Barcelos (2018) chama de “preparação do terreno” para que o agronegócio possa ampliar as suas fronteiras.

56

Conforme já mencionado, a concepção originária de agronegócio já previa uma seleção dos agricultores que deveriam permanecer no campo (os capitalizados, com grandes áreas de terra, com poder de endividamento etc.), enquanto a grande maioria dos pequenos deveria buscar outras fontes de renda, para não atrapalhar o progresso agropecuário. Como muitos trabalhos já apresentaram, com a chegada da Revolução Verde no Brasil, o êxodo rural e a concentração de terras no país intensificaram-se enormemente, pois, para permanecer no campo tornava-se cada vez mais necessário adequar-se ao modelo do agronegócio que, pouco a pouco, ganhava terreno. Para além da especulação imobiliária, que tornam as terras cada vez mais custosas, sobretudo, quanto mais equipadas com infraestruturas financiadas pelo Estado, há também todo o processo de conflito constante pela terra, grilagens etc. (CPT, 2022).

Comparando dados trazidos por Campos (2011) referentes à estrutura fundiária do Brasil em 2003 com os obtidos no Sistema do IBGE de recuperação automática (Sidra, tabela 6772), referentes ao ano de 2017, é possível constatar que, nesses últimos 14 anos, o processo de concentração

fundiária teve continuidade no país. Em relação à quantidade de estabelecimentos, em 2003, cerca de 3,5% possuíam mais de 500 hectares, ao passo que, em 2017, o número passou para 2,1% dos estabelecimentos. Em relação à área por hectares ocupadas, em 2003, estabelecimentos com mais de 500 ha ocupavam 56,1% da área; em 2017, passaram a ocupar 58,4% da área. Ou seja, houve uma diminuição de estabelecimentos que possuíam mais de 500 hectares e um aumento na quantidade de áreas que passaram a dominar. Os números por si só saltam aos olhos: apenas 2% dos estabelecimentos agropecuários ocupam quase 60% da área destinada aos cultivos e pecuária no país.

Esse processo contínuo de concentração fundiária vem aliado à contínua substituição do uso da terra para a produção de alimentos para a produção de *commodities*, cujo foco é a exportação. Porto-Gonçalves *et al.* (2022), a partir da análise de dados do IBGE, trouxeram uma comparação da produção agrícola no Brasil de 1988 a 2018. Segundo os autores, em 1988, a área cultivada com arroz, feijão e mandioca ocupava 24,7% da área total cultivada no país. Em 2018, decresceu para apenas 7,7%. Já a área de produção de *commodities* (sobretudo, soja, milho e cana-de-açúcar) era de 49,8% em 1988, passando para 78,3%, em 2018. Como Larissa Bombardi (2017) evidenciou em seu trabalho sobre a geografia do uso dos agrotóxicos no Brasil, o aumento da produção de *commodities* vem acompanhado do aumento do consumo de agrotóxicos.

Em pesquisa sobre o avanço do agronegócio sucroenergético⁸ no estado de São Paulo, Valério (2022) revelou como

8. Cultivo monocultural de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool.

esse crescimento tem levado à diminuição da produção de alimentos no estado. As terras que antes eram destinadas à produção de verduras, frutas e legumes passaram a produzir cana-de-açúcar. Deixando de produzir alimentos localmente, o estado tem adquirido alimentos de regiões cada vez mais distantes, levando a um aumento no custo da logística e no preço final dos alimentos para o consumidor. Além disso, há o aumento da poluição devido à maior quantidade de consumo de combustíveis para que o alimento chegue na mesa dos paulistas.

O aumento dos canaviais criou pequenas ilhas de famílias agricultoras que ainda resistem e buscam produzir alimentos. Contudo, as dificuldades são várias: a deriva de agrotóxicos não só contamina a produção como, por vezes, leva à perda desta, como comprovou Valério (2022) em sua pesquisa de campo em Tupi Paulista/SP, Valparaíso/SP, Euclides da Cunha Paulista/SP e Rosana/SP. Valério também relata as dificuldades devido ao aumento de ataque de insetos que ocorre nessas propriedades de produção diversificada. Somado a isso, a intensa movimentação de máquinas e caminhões do setor sucroalcooleiro levanta nuvens de poeira cobrindo as plantações, impactando sua produção, uma vez que as plantas, cobertas por espessa camada de terra, recebem menos luz solar.

Como já vimos, desde a década de 1970 há críticas ao agronegócio. No livro *O mercado da fome*, Susan George (1978) afirma que o agronegócio estadunidense destruiu os sistemas alimentares locais, disseminando o que hoje chamamos de produtos ultraprocessados⁹ em detrimento da

9. Para compreender melhor o termo e os imensos problemas gerados pelo consumo de ultraprocessados, indicamos a leitura do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2014)

alimentação tradicional, saudável, vinculada às culturas locais; impactava os empregos e estruturas comunitárias dos países; expulsava as famílias agricultoras do campo, aumentando a concentração fundiária. Como diversas pesquisas apontam, isso se tornou realidade também nos países colonizados, nos quais esse modelo foi imposto.

É importante termos em vista que, contrariamente a um discurso recorrente, tanto na mídia como em espaços governamentais, não é possível conciliar o agronegócio com a agricultura familiar camponesa, pois o avanço do agronegócio nos territórios inviabiliza a permanência e o desenvolvimento da agricultura agroecológica camponesa. De forma ilustrativa, temos alguns resultados da tese de Gadelha (2021). A autora colheu relatos de camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas de MG e SC sobre o impacto do avanço do agronegócio na vida, na produção e no agroecossistema ao qual elas pertencem.

Em relação ao uso de agrotóxicos pelos vizinhos, as camponesas relataram a manifestação de crises alérgicas (no período de aplicação dos venenos); o extermínio do cultivo de uvas e outras árvores frutíferas nativas; o aumento da resistência dos insetos, doenças e capins, dificultando o seu controle biológico e o manejo das plantas invasoras; além da contaminação de sua produção agroecológica. Dessa forma, elas plantam de forma ecológica, mas colhem alimentos envenenados (Gadelha, 2021).

O agronegócio também influencia as mudanças climáticas e o acesso à água ao desequilibrar o regime de chuvas (muita seca ou muita chuva), levando a perdas produtivas e da agrobiodiversidade. Ele também promove a desertificação, secando as nascentes devido ao desmatamento, ao cultivo de pinus e eucaliptos e manejo inadequado do solo

(monoculturas, solo descoberto, aração etc.). Todos esses elementos indicam que não basta desenvolver o cultivo agroecológico nos agroecossistemas, pois este sofre diversas interferências do que ocorre no ambiente como um todo (Gadelha, 2021). Ou seja, não basta fortalecer as unidades produtivas camponesas, é preciso parar de fomentar o agronegócio.

Não há, portanto, possibilidades de conciliação entre agronegócio e agricultura familiar camponesa agroecológica, pois a produção capitalista está baseada no lucro, na grande propriedade, na produção de monocultura e também na concorrência entre os indivíduos, ou seja, as leis da própria produção capitalista (Marx, 2017). E isso se traduz em um processo constante de expropriação da classe trabalhadora de seus meios de produção e a exploração de sua força de trabalho, assim como dos bens naturais, buscando a produção crescente de mais-valia.

60

Outro ponto importante que precisamos levar em consideração é que, desde o início, o projeto do agronegócio estava vinculado à cooptação das universidades públicas e dos colégios técnicos para que estes investissem no desenvolvimento dos interesses das grandes corporações. Em 1968, um trabalho denunciou a “influência política de corporações sobre a Universidade da Califórnia, especialmente quanto às pressões para que áreas de pesquisa consideradas estratégicas tivessem priorização orçamentária na instituição” (Pompeia, 2021, p. 76). A parceria com as universidades tem sido fundamental para o avanço do agronegócio, uma vez que, além de utilizar recursos públicos para fomentar posteriores empreendimentos privados, é uma forma de legitimar a sua atuação e propagar a falsa imagem de progresso e desenvolvimento nacional.

No Brasil, instituições públicas e privadas criaram programas de pós-graduação sobre agronegócio, sem perspectiva crítica. Grupos de estudo e laboratórios foram criados para desenvolver pesquisas para a geração de produtos e serviços para o agronegócio, sendo muitas delas diretamente recomendadas por grupos do agronegócio como, por exemplo, a parceria da Monsanto com a Embrapa para o desenvolvimento de variedades de sementes transgênicas adequadas às condições de solo e clima brasileiros (Campos, 2011).

Como podemos perceber, o agronegócio é a forma como o capitalismo se capilarizou no campo e como tem controlado os sistemas alimentares não só no Brasil, mas também ao redor do mundo, trazendo diversos e diferentes prejuízos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Isso se faz com forte apoio do Estado, da mídia, instituições de pesquisa, além das diversas corporações transnacionais envolvidas na área. Sendo assim, é importante que se mantenham as denúncias das irregularidades e que se realize a promoção e fomento de outras formas possíveis de fazer agricultura, que não são conciliáveis com o agronegócio.

61

As Camponesas Resistem! Em seus 41 anos de existência, trilham o caminho em defesa da vida

Para nós, camponesas do MMC, a resistência local ao modelo de agricultura imposto pelo capital se deu desde sempre. Ao longo dos tempos, as mulheres tiveram papel fundamental na construção da resistência e da continuidade do modo de vida camponesa. Essa resistência ocorreu desde quando as mulheres teimosamente insistiam em guardar as sementes

em pequenos pedaços de pano ou em vidrinhos, para continuar plantando aquela variedade de um ano para outro.

A implantação do pacote da Revolução Verde com todas as suas consequências violentou principalmente as camponesas e os camponeses mais pobres, provocando a expulsão de muita gente de seus territórios (MMC, 2008).

Nesse contexto, se viram ameaçadas tanto as sementes crioulas quanto as comunidades tradicionais e camponesas, em especial as mulheres e todo um modo de vida construído socialmente, ao longo de muitas gerações, de acordo com os ciclos naturais, com autonomia na produção diversificada de sementes e mudas e na criação de raças de animais adaptadas.

Diante dos desafios e enfrentamentos realizados, principalmente, a partir dos processos de reabertura democrática no país, motivadas pela Teologia e Filosofia da Libertação e da pedagogia de Paulo Freire, no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, as mulheres camponesas passaram a se organizar em grupos, buscar conhecimentos e transformar a sociedade. Em outras palavras, a organização, a formação e as lutas permitiram (e ainda permitem) reconhecer as violências, desnaturalizá-las e impulsionar a mobilização para transformar essa realidade (MMC, 2018). Neste caso, reconhecer as violências causadas pelo agronegócio é reconhecer a contaminação da produção e dos corpos por agrotóxicos, a violenta contaminação das sementes crioulas pelas sementes transgênicas e a expulsão e inviabilidade de manter o modo de produção e de vida camponês.

Dessa forma, como estratégia de resistir e enfrentar o agronegócio, o MMC tem denunciado os malefícios desse modelo de morte desde a década de 1980. Porém, é nos anos 2000 que, em diversos estados, se iniciam experiências como a recuperação, produção e melhoramento de sementes de

hortaliças e plantas medicinais. A partir dessas experiências, o Movimento de Mulheres Camponesas apresenta, após a sua unificação e consolidação em 2004, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa Agroecológica Feminista como umas das principais bandeiras de luta, ação e formulação política, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e na conquista de direitos (MMC, 2018).

Para o MMC, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa Agroecológica Feminista se caracteriza por:

- Viabilizar políticas públicas para a agricultura que garantam a permanência no campo, a produção de alimentos saudáveis e créditos especiais para as mulheres;
- Defender, multiplicar e conservar a biodiversidade, as plantas medicinais e as sementes crioulas, patrimônio dos povos a serviço da humanidade, garantindo soberania alimentar;
- Cuidar e preservar o ambiente, respeitando o ciclo da natureza, bem como a garantia de energias renováveis, construindo um novo modelo energético;
- Lutar pelo direito e acesso à terra por meio da Reforma Agrária e o fim do latifúndio, estabelecendo limites de propriedades de terra;
- Garantir a geração de renda e a autonomia das famílias camponesas mediante redes populares e solidárias de consumo e comercialização de alimentos e outros produtos;
- Mudar as ações humanas, construindo uma visão ampla e integral do ser humano, respeitando a diversidade étnico-racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica e de espiritualidade;
- Valorizar e reconhecer o saber popular, fruto da herança do conhecimento da vida camponesa;
- Valorizar, valorar e reconhecer o trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas.

A partir do Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica Feminista, em 2007, o MMC lançou a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS), “com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância do campesinato na produção de alimentos saudáveis, diversificados e de qualidade que chegam à mesa das brasileiras/os, ressaltando o papel das mulheres neste trabalho” (MMC, 2018, p. 15).

Com o lema “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”, foi possível dialogar de forma ampla nos diversos setores da sociedade sobre a preservação da natureza e da biodiversidade, incluindo as sementes crioulas, além de apresentar os impactos do agronegócio e de seus monocultivos sobre o ambiente, o clima, a economia e a sociedade (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020). Esse projeto defende os princípios da agroecologia e tem como objetivo fazer:

64

[...] o enfrentamento à dependência econômica e ao modelo do agronegócio que destrói a natureza, como também potencializar a produção de alimentos saudáveis e diversificados para o autoconsumo e para a geração de renda foi fomentado, também pelo trabalho realizado pelas mulheres com as sementes crioulas. (Santos; Cima; Boni, 2018, p. 121)

Portanto, as sementes crioulas representam a essência fundamental para o projeto de agricultura camponesa agroecológica feminista. A produção das próprias sementes é o elemento central desse projeto: colher, guardar, produzir e trocar as sementes e as mudas crioulas sempre fizeram parte da prática histórica das mulheres (Seibert, 2019).

Nesse sentido, para fortalecer esse projeto de agricultura, a produção de alimentos saudáveis e diversificados, o

combate à fome e dar visibilidade ao trabalho das mulheres camponesas nos quintais produtivos, em 2020, o MMC lança a Campanha Nacional Sementes da Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação, cujo objetivo é “dialogar com a sociedade sobre a importância das sementes crioulas para a promoção da segurança e soberania alimentar, evidenciando as experiências, os conhecimentos e o trabalho histórico das mulheres na produção de alimentos diversificados e saudáveis” (MMC, 2019, p. 4).

Essa campanha foi gestada em um dos períodos históricos mais conturbados e difíceis do Brasil. Desde o golpe político-econômico-midiático-judiciário de 2016, “o Movimento articulado com as representações da classe trabalhadora vem denunciando mudanças na legislação que trazem perdas à população em geral e especialmente para as mulheres” (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 28). Desde 2016, até o final do governo de Jair Bolsonaro, vivenciamos um período de retrocessos e retirada de direitos: a redução de investimentos para as políticas públicas e, como consequência, o aumento ainda maior das desigualdades sociais; a volta do Brasil ao mapa da fome; e a devastação dos biomas com a flexibilização da legislação ambiental, que intensificou o desmatamento das florestas e as queimadas indiscriminadas.¹⁰

É nesta conjuntura que a Campanha Sementes da Resistência foi lançada no marco das Lutas do 8 de março em 2020, em diversos estados do país. Logo em seguida, no entanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou

10. Para saber mais sobre os impactos dos retrocessos de direitos e impactos no meio ambiente, bem como sobre a resistência de mulheres de diversos movimentos sociais durante esse período, ver *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*, organizado por Elisângela Soldateli Paim, 2021.

que estávamos passando por uma pandemia causada pelo vírus da covid-19, que no Brasil foi mais agravada pela incompetência criminosa e negacionista do governo Bolsonaro.

Mesmo diante de tantos desafios, tivemos que nos reinventar nesse momento de isolamento social. Estivemos isoladas, mas nos mantivemos organizadas e fizemos a luta, com processos de formação em plataformas virtuais, com construção de materiais didáticos, com mobilização das camponesas com as fotos e vídeos da produção realizada em quintais produtivos e de suas sementes. Dessa forma, a Campanha das Sementes contribuiu para animar as mulheres camponesas, como destacam Munarini e Colombo (2022), a levar a mensagem do cuidado com as sementes, a natureza, a terra, a água, a floresta, contribuindo com a recuperação e a preservação da biodiversidade.

66

Portanto, ressaltamos que a agricultura camponesa é uma das únicas alternativas ao agronegócio, pois mantém as comunidades, grupos de pessoas e famílias capazes de produzir alimentos saudáveis, diversificados, sem o uso de agrotóxicos. Por meio das sementes crioulas se têm autonomia de decidir o que plantar; com a organização popular se torna possível reivindicar e lutar por direitos e mudanças; e mediante os momentos de visitas, mutirões e rodas de prosas garantimos as trocas de saberes e conhecimentos entre as gerações (MMC, 2008).

De acordo com o MMC (2008), para enfrentar o agronegócio é necessário: que os povos do campo, das florestas, das águas e da cidade estejam articulados nas lutas; formar e manter grupos, associações e cooperativas de economia solidária; garantir a participação ativa das mulheres, e que suas demandas sejam respeitadas; enfrentar a sociedade

capitalista, patriarcal e racista; e pressionar os governos para garantir acesso aos direitos e avançar nas políticas públicas.

Resistir ao agronegócio e enfrentá-lo, é possível com a ressignificação do trabalho das mulheres, como afirmam Lima e Pereira (2020). E essa resistência se faz no cotidiano, na prática e na práxis das camponesas, com as sementes crioulas e a produção dos alimentos saudáveis e diversificados por meio da agricultura camponesa agroecológica feminista, que se concretiza quando estamos organizadas e fazemos a luta em defesa da vida. De acordo com Tabora, Cinelli e Collet (2021), a partir de seus quintais produtivos, que se tornam territórios e espaços de poder e de aprendizado, se dá a resistência e o enfrentamento ao capital e se reafirma o projeto popular de agricultura camponesa na perspectiva da agroecologia. As autoras afirmam ainda que a identidade camponesa preserva o DNA da resistência e da luta feminista camponesa popular, realizada no cotidiano e nos territórios das mulheres.

É por meio do Feminismo Camponês Popular que, no MMC, se constroem os elementos de uma sociedade anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. Para as mulheres organizadas no MMC, a agroecologia é modo de vida, ciência, conhecimento e projeto de sociedade para o campo e a cidade. Nesse contexto de resistência – com arte, beleza, amor a todas as formas de vida existentes no planeta –, as mulheres dão sentido a suas vidas e trilham os caminhos da transformação, mostrando por meio das práticas de seu cotidiano que existem e resistem outras formas de viver a agricultura, respeitando as diversas formas de vida e ambiente, construindo relações de equidade entre os seres.

Referências

- BARCELOS, E. *Geografia e Grandes Projetos: Ecologia, Política e Economia no Capitalismo de Fronteira*. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (Tese). 2018.
- BOMBARDI, L.M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 156 p.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- CAMPOS, C.S.S. *A Face Feminina da Pobreza em Meio à Riqueza do Agronegócio: Trabalho e Pobreza das Mulheres em Territórios do Agronegócio no Brasil – O caso de Cruz Alta/RS*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2011.
- CONTE, I. I; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, resistência e luta em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009, 171 p.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2021*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia; CPT Nacional, 2022, 269 p.
- GADELHA, R.R. *Resgate da construção de conhecimentos coevolutivos ecológicos, através da atuação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*. 446 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.
- GEORGE, S. *O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- LIMA, C.R.M.; PEREIRA, G.V. Agricultura camponesa e agronegócio: mulheres em resistência. In: MEZADRI, A.M. et al. (orgs.) *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- LORENZONI, C.; SEIBERT, I.G.; COLLET, Z. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, A.M. et al. (orgs.) *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção de capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MMC. *Mulheres camponesas caminhando rumo a superação da violência*. Passo Fundo/RS, 2008.
- MMC. *Feminismo Camponês e Popular*. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2018.
- MMC. *Sementes de Resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação*. Passo Fundo, 2019.

- MUNARINI, C.; COLOMBO, I. Sementes crioulas: camponesas construindo soberania. In: COLLET, Z. et al. (orgs.) *Resistências: por mãos de mulheres camponesas*. Chapecó/Seberi: Associação Estadual de Mulheres de Santa Catarina AEMC-SC, Oficina de Criatividade, 2022.
- PAIM, E. *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. São Paulo: Funilária, 2021.
- POMPEIA, C. *Formação Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- PORTO-GONÇALVES, C.W.; WANDERLEY, L.J.; RIBEIRO, A.G.; LEÃO, P.C.R.; SILVA, V.M. Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil. In: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2021*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia; CPT Nacional, 2022. 269 p.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, G.; CIMA, J.I.; BONI, V. Quintais produtivos: a experiência do movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina. In: PULGA, V.L.; CALAÇA, M.; CINELLI, C.; SEIBERT, I.; CIMA, J.I. (org.) *Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*. Porto Alegre: Rede Unida, UFFS, 2018.
- SEIBERT, G. *Feminismo Camponês Popular: Contribuição das mulheres camponesas na luta de transformação social*. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2019.
- TABORDA, W.; CINELLI, C.; COLLET, Z.. Território: um olhar a partir das mulheres do movimento de mulheres camponesas. *Anais do XIV ENANPEGE...* Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78105>>. Acesso em 28 fev. 2022.
- VALÉRIO, V.J.O. Da expansão da cana ao movimento da comida: agronegócio sucroenergético e abastecimento alimentar (hortifrúti) no estado de São Paulo (2006-2017). *Revista NERA*, v. 25, n. 62, p. 90-114, 2022.

Encurraladas pelo agronegócio: conflitos e resistências vivenciadas por mulheres em territórios de comunidades camponesas

*Rafaela Lopes de Sousa,
Sarah Luiza de S. Moreira,
Camila Dutra dos Santos,
Ana Paula Pereira Sousa,
Josimeire da Silva Lemos*



*A Chapada é nossa, a Chapada é do povo,
É só lutando que será nossa de novo!*
(canto popular de luta adaptado pelas mulheres do
Acampamento Zé Maria do Tomé, Ceará)

73

A RELAÇÃO ENTRE AS MULHERES E O AGRONEGÓCIO EM TERRITÓRIOS de comunidades tradicionais é um tema complexo, que engloba problemáticas sociais, ambientais, culturais e econômicas relacionadas diretamente com a dualidade capitalismo-patriarcado. Esse contexto, muitas vezes, as coloca em situações de vulnerabilidade, enfrentando desafios significativos em suas vidas cotidianas. O impacto do agronegócio nas comunidades rurais e no corpo-território das mulheres camponesas pode se manifestar de maneira desigual, afetando de forma mais intensa tais sujeitos que, frequentemente, desempenham papéis cruciais no cuidado e na defesa dos bens comuns, na preservação cultural e no equilíbrio socioambiental.

Nesse sentido, este artigo¹ visa destacar a importância de se compreender as dinâmicas complexas entre as mulheres camponesas e os impactos do agronegócio em territórios tradicionais, a partir do exemplo do Acampamento Zé Maria do Tomé, reconhecendo não apenas as adversidades enfrentadas, mas também as estratégias de resistências e resiliências adotadas por essas mulheres, perante os desafios impostos por um contexto de constantes ameaças e enfrentamentos.

Agronegócio e o que afeta o corpo-território das mulheres de comunidades camponesas

A intersecção entre o agronegócio e comunidades tradicionais coloca em evidência uma série de desafios que impactam diretamente o corpo-território das mulheres.

74

-
1. Este texto é fruto de um intercâmbio entre mulheres que se deu a partir do curso “Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra” (de junho a 27 de setembro de 2022), promovido pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) em parceria com a Coletiva Diálogo Feministas e a Fundação Rosa Luxemburgo. O “1º Intercâmbio entre Mulheres em Defesa do Território-Corpo-Terra-Águas na Chapada do Apodi e no Foz do Jaguaribe” foi realizado entre os dias 9 e 12 de agosto de 2022 e promoveu o encontro entre as mulheres do Ceará, mobilizadas pelo Instituto Terramar e organizações parceiras, como o Grupo de Pesquisa NATERRA/Uece, e as professoras e estudantes do CPDA/UFRRJ, com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. A atividade teve como intuito possibilitar trocas de experiências entre mulheres de vários estados – agricultoras, camponesas, pescadoras artesanais, estudantes – a partir dos territórios e das vivências de lutas e resistências das mulheres do sertão, na Chapada do Apodi, e do mar, no Quilombo do Cumbe e na comunidade Jardim, CE, nos contextos de enfrentamento aos grandes empreendimentos impostos sobre seus corpos, territórios, suas terras e águas e seus modos de vida.

“Corpo-território” é uma expressão que transcende a dimensão física, abrangendo a relação simbiótica entre as mulheres e o ambiente que as cerca, incorporando aspectos culturais, sociais e econômicos (Hernández, 2023).

Buscaremos abordar o avanço do agronegócio que, frequentemente, resulta em transformações profundas no corpo-território de mulheres camponesas. Esse avanço, muitas vezes, implica a perda de território, degradação ambiental e desestruturação dos modos de vida tradicionais, abrangendo a agricultura de base camponesa e familiar, comunidades dos quilombos, das florestas, das águas, do cerrado, da caatinga, dentre outros lugares. Ao compreender essas dinâmicas, torna-se possível vislumbrar estratégias de resistências, bem como fomentar diálogos sobre modelos de produção mais inclusivos e agroecológicos, que respeitem a diversidade e a integralidade dos corpos-territórios dessas mulheres.

75

Avanço da fronteira agrícola: concentração de terras e poder nas mãos do agronegócio

A difusão do agronegócio tem gerado profundos impactos sobre a reorganização do território brasileiro. As redes agroindustriais (Mazzali, 2000; Silveira, 2005; Elias, 2013), com apoio deliberado do Estado, vêm se estabelecendo nos lugares e produzindo uma reestruturação produtiva da agropecuária (Elias, 2013) condizente com seus interesses, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor agrícola e promovendo a formação e/ou reestruturação de regiões que passam a encarnar especializações territoriais produtivas e, ao mesmo tempo, excludentes.

A partir dos anos 1960 e 1970, surgiram no Nordeste diversos “subespaços dinâmicos” (Araújo, 1997) com tendência para uma acumulação privada associada ao agronegócio. Elias (2006) nos mostra como a dispersão espacial do agronegócio pelo território brasileiro promoveu a inserção de um “exército de lugares de reserva” (Silveira, 2003), que passaram a integrar produção e consumo globalizados.

Desde a década de 1980, o Nordeste vem sendo incorporado pela fronteira agrícola e recebendo os mais expressivos investimentos ligados ao agronegócio, gerando áreas competitivas para o capital agrícola. Como desdobramento desse processo, essas áreas vêm se reproduzindo, embora de forma heterogênea em alguns aspectos, com o incremento da urbanização, diversificação da economia urbana, acelerada reestruturação urbano-regional e, sobretudo, aprofundamento de desigualdades socioespaciais (Elias, 2006) por meio da “injustiça ambiental” (Herculano, 2008) e do “racismo ambiental” (Bullard, 2004).

Por conseguinte, há uma reorganização da produção agrícola nas regiões úmidas do Nordeste, mais especificamente nos vales dos seus principais rios, imposta por empresas integradas aos sistemas agroindustriais nacionais e multinacionais, associadas à ação estatal com interesse em difundir a fruticultura irrigada. A combinação das condições ambientais com o benefício da irrigação tornou possível a produção em grande escala de frutas tropicais nesses espaços, como na microrregião cearense do Baixo Jaguaribe.

Esse território, localizado na porção oriental do estado do Ceará, fazendo fronteira com o estado do Rio Grande do Norte, é formado por treze municípios: Fortim, Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Jaguaruana, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Morada Nova, São João do Jaguaribe, Tabuleiro

do Norte e Alto Santo, todos situados ao longo da bacia do baixo curso do rio Jaguaribe (Cavalcante, 2019).

Os grandes grupos agrícolas foram chegando ao Baixo Jaguaribe principalmente a partir da década de 1980, à medida que obtinham patrocínios do governo do estado por meio de isenção de impostos, favorecimento político e melhorias de estradas, energia e perfuração de poços, o que encareceu o preço das terras, fomentando uma forte especulação fundiária que acabou por excluir uma grande massa de pequenos agricultores. O marco desse período é o desenvolvimento do agronegócio de frutas para o mercado internacional, que se estende de meados dos anos de 1990 aos dias atuais.

No processo de incorporação pelo capital agrícola, essa região foi alvo de especializações produtivas, seletividades, concentração fundiária e de renda, precárias relações de trabalho, intensificação do êxodo rural, rupturas dos modos de vida locais e conflitos. Ocorreu enfim um desenvolvimento geograficamente desigual (Soja, 1993, p. 194), dentro de um contexto elitista e autoritário dos empreendimentos, principalmente agrícolas, mas também da carcinicultura, energias renováveis e mineração. Essas economias transformaram paisagens e trouxeram um conjunto de tensionamentos e conflitos para a região, que afetam sobremaneira o corpo-território das mulheres camponesas.

77

Dos conflitos e conflitualidades ao corpo-território de mulheres camponesas: desvelando conceitos

O conceito de conflitualidade é essencial para compreender as questões agrárias, pois considera as contradições e os paradoxos que emergem na solução de conflitos (Sousa, 2020).

Cabe destacar uma breve noção do que seria o conflito e a conflitualidade.

[...] o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam – por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo – a superação, que acontece com a vitória, a derrota, ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido; entretanto, a conflitualidade não. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos. (Fernandes, 2004, p. 26)

78

Fernandes (2004) também conceitua conflitualidade como:

O processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento. (Fernandes, 2004, p. 5)

A partir do exposto, podemos compreender que as conflitualidades fazem parte das nuances e das modificações no espaço geográfico e levam à iminência do constante avanço da concentração fundiária, da desterritorialização de comunidades tradicionais, das violências e da disputa por terra e água. Tais conflitualidades se estabelecem em um determinado território a partir de disputas e embates constantes.

Nesse sentido, é possível inferir que o modelo de produção do agronegócio é caracterizado pela expansão de monoculturas, pela concentração de terras, pela mecanização da produção, pela proletarianização das populações do campo e pelo uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos (Rigotto, 2011). O agronegócio tem se expandido nos espaços de vida dos povos do campo, das florestas e das águas.

Observa-se que os processos de injustiça ambiental recaem de maneira desproporcional sobre as populações mais vulnerabilizadas e, conseqüentemente, sobre as mulheres. No caso do Acampamento Zé Maria do Tomé, território analisado neste artigo, as conflitualidades se verificam a partir da invasão, da expropriação e da expansão de empresas do agronegócio, mas também pelas ações estatais que viabilizam a instalação de grandes empresas em territórios ocupados historicamente por povos e comunidades tradicionais.

As transformações territoriais derivadas deste modelo hegemônico de produção afetam diretamente as mulheres, reproduzindo e acentuando as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade. Fatores como a perda do acesso à terra; a concentração da água em determinadas fazendas; a contaminação da água, do solo e do ar por agrotóxicos; a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, decorrentes, por exemplo, do aumento das doenças e o aprofundamento do contexto de insegurança alimentar afetam diretamente o corpo e os territórios das mulheres camponesas.

Nas empresas agrícolas, as mulheres enfrentam funções que exigem esforços intensos e repetitivos (na maioria das vezes em pé), jornadas prolongadas, condições insalubres de trabalho, direitos trabalhistas negados ou atendidos

parcialmente, além do contato frequente com produtos químicos e agrotóxicos.

Uso intensivo de agrotóxicos e impactos na saúde das mulheres

O agronegócio é um modelo produtivo baseado no monocultivo de extensas áreas e na maciça substituição dos insumos naturais por insumos produzidos em escala industrial (Sousa, 2017), gerando contaminações por agrotóxicos, que envolvem não somente a natureza, mas também a saúde de camponesas e camponeses (Sousa, 2017).

Os agrotóxicos atingem de maneira imediata as/os trabalhadoras/es que vendem, transportam, manipulam e pulverizam esses insumos nas áreas de plantio e, indiretamente, as famílias que vivem no entorno das plantações. As mulheres também entram em contato direto com os agrotóxicos quando lavam as roupas e ferramentas de trabalho dos maridos e filhos.

O “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos” (Rigotto; Passos, 2013), desenvolvido na Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará (UFC), entre 2007 e 2011, sob coordenação da professora doutora Raquel Rigotto, objetivou caracterizar a exposição humana aos agrotóxicos e suas repercussões na saúde, nos municípios cearenses de Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas, localizados no Baixo Jaguaribe. Entre os resultados da pesquisa, Rigotto *et al.* (2013) destacou o significativo aumento nas taxas de internação e óbito por

neoplasia² e óbitos fetais nos municípios do referido estudo, em detrimento dos outros municípios estudados que não fazem uso intensivo de agrotóxicos. A pesquisa evidenciou a associação entre óbito fetal e ocupação paterna na agricultura em áreas e períodos com diferentes níveis de uso de agrotóxicos, bem como mostrou o aumento do risco de morte fetal quando o período de máximo uso dos agrotóxicos coincide com o momento da concepção.

A literatura científica vem apontando os diversos efeitos crônicos dos agrotóxicos, principalmente os cânceres. De acordo com a toxicidade específica de cada um dos quase 480 ingredientes ativos (IA) autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), há 15 mil diferentes formulações comerciais no mercado mundial, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2004 (Rigotto, 2011, p. 218), e 1.842 produtos agrotóxicos registrados no Brasil. E isto ocorre apesar do ainda escasso conhecimento sobre as exposições múltiplas, que correspondem à realidade mais frequente no campo (Diógenes, 2017).

As/os trabalhadoras/es rurais estão em contato direto com esses produtos, seja nas empresas do agronegócio seja na própria agricultura camponesa, onde a ideologia de produção do agronegócio penetra e impõe sua forma de produção. Também atingem as comunidades do entorno dos empreendimentos agrícolas e as/os próprias/os consumidoras/es, pois,

2. Neoplasia, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), é um tumor que ocorre pelo crescimento anormal do número de células. Esse crescimento celular foge do controle do organismo e pode ser capaz de desencadear consequências graves. As neoplasias podem ser classificadas em malignas ou benignas. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abc_do_cancer.pdf>. Acesso em 28 jul. 2024.

ao terem acesso aos refugos das plantações (o que é rejeitado e não será utilizado para a venda das empresas) ou consumirem as frutas ou verduras sem uma mínima higienização, acabam ingerindo uma quantidade mais elevada de resíduo de veneno nos alimentos.

O agronegócio, que cada vez mais depende do uso de agrotóxicos (Carneiro, 2015), afeta o sistema reprodutivo das mulheres, potencializando os casos de câncer, puberdade precoce, má-formação congênita e abortamentos, conforme apontado no terceiro episódio do *podcast O Negócio Tóxico do Agro* (2023), que debate os impactos dos agrotóxicos na vida das mulheres, com a presença de Raquel Rigotto (coordenadora do Núcleo Tramas/UFC).

Nesse mesmo podcast, a pesquisadora destacou que, de acordo com uma pesquisa do “Programa Mulheres, Saúde e Qualidade de Vida!”, em Barcelona, as mulheres têm maior potencial acumulador de agrotóxicos devido ao teor de células adiposas. O estudo explica que o corpo da mulher, principalmente a região dos seios, atua como um bioacumulador químico e sofre consequências como alterações na saúde reprodutiva e aumento da probabilidade de desenvolver câncer de mama. Quanto mais jovem a mulher for exposta aos produtos químicos, maior a chance do desenvolvimento de cânceres. Durante a puberdade, o tecido das mamas está mudando rapidamente e isso impacta o desenvolvimento do órgão de modo a poder resultar em tumores no futuro.

Aguiar (2017) pesquisou, em sua tese de doutorado, a respeito do nascimento de crianças com malformações congênitas e casos de puberdade precoce em meninas na Chapada do Apodi (Ceará). Nos oito casos investigados, a pesquisa

constatou uma relação entre os agrotóxicos e as doenças, estas decorrentes da exposição ambiental e ocupacional do núcleo familiar aos venenos, sobretudo, do contato das mulheres. Podemos perceber, a partir dos estudos citados acima, que elas são, sem dúvida, as mais afetadas pelos impactos sociais e ambientais deste modelo de produção agrícola.

Vidas pulsantes: as mãos que cuidam da terra, alimentam e fazem a luta na Chapada do Apodi, Ceará

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um movimento social que luta por terra, reforma agrária e por outro modelo de sociedade desde a sua gênese. O MST nasceu no sul do Brasil em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Suas e seus militantes consideram-se herdeiras/os e seguidoras/es das Ligas Camponesas, porque aprenderam com a experiência histórica e ressurgem, no presente, organizados/as de outras formas (Stedile; Fernandes, 2012, p. 18).

O Movimento se constrói em âmbito nacional, marcando presença em 24 estados do Brasil. No estado do Ceará, a primeira ocupação do MST ocorreu na fazenda São Joaquim, em Madalena, no ano de 1989, hoje denominado de Assentamento 25 de Maio.

Na microrregião do Baixo Jaguaribe, mais precisamente na chapada do Apodi, Limoeiro do Norte, Ceará,

o Acampamento Zé Maria do Tomé³ nasce da luta das/os trabalhadoras/es da chapada por terra, por meio de uma ocupação realizada pelo MST-CE, em 5 de maio de 2014.

Figura 01 – Mapa de localização do Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: SOUSA, 2020.

3. Este nome homenageia um líder ambientalista chamado José Maria (ou mais conhecido como Zé Maria do Tomé), que foi assassinado em 21 de abril de 2010, por pistolagem, a mando de empresários locais (Lima, 2022), com cerca de vinte tiros no Sítio Tomé, em Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi. Ele havia denunciado o uso indiscriminado de agrotóxicos; o não cumprimento da Lei n. 1.278/2009 (proibição da pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte); as grilagens de terras públicas no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi atrelados ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a expulsão de agricultores de suas terras (Sousa, 2020). O assassinato de Zé Maria é resultado de uma triste realidade, a violência no campo, que se estende por todo o país (Lima, 2022).

Aos poucos, as famílias construíram uma comunidade com duas vilas de casas, de alvenaria e taipa, resultado de seus próprios esforços. Também organizaram sua produção em áreas destinadas às famílias, com cultivos diversificados de banana, maçã, maxixe, coco, feijão, manga, goiaba, limão, abacate, caju, acerola, macaxeira, dentre outros.

O território da Chapada do Apodi, reconhecido pela fertilidade do seu solo e pela produção da fruticultura irrigada, vem sendo marcado também pela luta por terra, a partir de um enfrentamento direto entre dois modelos produtivos: de um lado, a forma de produzir das camponesas e camponeses que almejam terra para morar e trabalhar e, do outro, o agronegócio da fruticultura irrigada, monocultor e concentrador de terra.

Em meio a esse cenário, de um acampamento situado no berço do agronegócio do Ceará, essa comunidade camponesa vem construindo sua forma de (re)existir. Seu processo de organização acontece por meio de reuniões quinzenais entre as famílias, que também conceberam uma coordenação da comunidade, homologada em assembleia.

O Acampamento, no seu percurso de luta e organização, conta com parcerias de organizações como: Universidades;⁴ Igreja – por meio da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) –; Organização Popular (OPA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR Limoeiro do Norte/CE e STTR Apodi/RN); Rede Nacional de Advogados e

4. Universidade Estadual do Ceará (*campus* Itaperi, Fortaleza, e *campus* FAFIDAM, Limoeiro do Norte), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Instituto Federal do Ceará (IFCE, *campus* Limoeiro do Norte).

Advogadas Populares (RENAP); Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA); Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe (MMVJ); Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jaguaribe e Pastorais Sociais.

O MST, por meio do seu setor de gênero, trabalha a questão das mulheres na sociedade, na perspectiva do fortalecimento destas como sujeito político e produtivo, ampliando sua participação nas instâncias internas do movimento e também nos acampamentos e assentamentos, como é o caso da organização das mulheres do Acampamento Zé Maria do Tomé. Na busca por fortalecimento e diálogo com a sociedade sobre a importância do acampamento e de sua produção agroecológica, as mulheres organizaram o grupo Mãos que Criam.

86

A participação delas nos espaços de debate é notória desde sua origem, pois esse processo de luta forjou lideranças que passaram a ter participação ativa na coordenação da ocupação e na organização comunitária, nos núcleos e nas assembleias. O MST tem como princípio a luta por igualdade de gênero no conjunto do movimento, pautando a importância da participação das mulheres em todas as suas instâncias, como aponta o seguinte objetivo do setor de gênero do movimento:

Criar e assegurar as condições para que se tenha no mínimo 50% de mulheres nas instâncias diretivas do MST em todas as esferas de atuação e assegurar 50% da participação de mulheres nos processos de formação política, capacitação técnica e de escolarização. (Conspirações de Gêneros, 2017, p. 16)

O grupo Mãos que Criam tem como uma de suas motivações a construção da participação das mulheres no MST e na sociedade, no enfrentamento do machismo cotidianamente

enfrentado por elas, na luta por uma sociedade mais justa, na construção de novos caminhos, mesmo com todos os desafios.

As atividades do grupo se concentram em organizar e conduzir diversas atividades da comunidade. Uma delas é receber visitas de organizações como universidades, pesquisadoras, escolas da região, igrejas, etc. Essas visitas possuem como objetivos apresentar a realidade do Acampamento e a resistência da luta pela terra, bem como as alternativas de produção das famílias. Apesar de se encontrarem imersas em uma região do agronegócio do estado do Ceará, cercadas por empresas agrícolas, seguem produzindo de forma agroecológica em seus quintais e áreas produtivas, mostrando que é possível produzir alimentos saudáveis e com diversidade.

A agroecologia pode ser caracterizada como “uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis” (Gurur; Torná, 2012. p. 04).

87

Esse outro jeito de viver e produzir encanta os visitantes, que observam o momento da colheita do fruto até a hora do preparo da comida. As mulheres do grupo apresentam ainda a beleza e diversidade de seus artesanatos. É com eles que, com o grupo de mulheres Flor do Mussambê, da Comunidade do Tomé, elas realizam a Feira das Mulheres da Chapada.

Um outro elemento importante a se destacar são os trabalhos domésticos e de cuidados realizados pelas mulheres para a produção e a reprodução da vida em suas casas, em seus quintais, nas suas hortas, com seus artesanatos, na busca

por uma vida digna para suas famílias. A fala de uma liderança do setor de produção do MST-CE, Antônia Ivoneide Silva, mais conhecida como Neném, expressa a diferença entre mulheres e homens no que diz respeito à forma de pensar a produção agrícola: “Os homens pensam a produção grande, as mulheres pensam a produção longe.”

O trabalho e a organização das mulheres no Acampamento mostram a importância da sua contribuição para a soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias, com toda a produção diversificada e agroecológica nos quintais, hortas e roçados de frutas, verduras, hortaliças, grãos para o autoconsumo, mas também para a venda nas feiras, além da produção de doces e artesanatos. Todo esse trabalho precisa ser valorizado e reconhecido como fundamental para a geração de renda, monetária ou não monetária, para as famílias e para a comunidade, pautada na lógica agroecológica de se relacionar e de produzir.

88

Um dos maiores desafios do Acampamento está na comercialização da produção, que hoje é vendida aos atravessadores, em virtude da falta de acesso ao mercado formal. Como alternativa para a divulgação e venda dos produtos, as mulheres do Acampamento foram construindo as feiras das mulheres da Chapada, nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, e passaram a participar da feira na Universidade Estadual do Ceará (Uece/Faculdade Dom Aureliano Matos – FAFIDAM).

As feiras têm sido um espaço muito importante, não apenas para a comercialização da produção das mulheres, mas para dar visibilidade à produção de alimentos saudáveis para o campo e a cidade, e também como forma pedagógica de conscientizar a sociedade sobre a importância da agricultura camponesa e agroecológica. Em 2021, em meio

à luta contra o despejo, foi muito importante a articulação do Acampamento na realização das feiras de agroecologia e reforma agrária popular do Baixo Jaguaribe, ao lado das demais organizações parceiras, pautando a relevância dos alimentos saudáveis para a sociedade como um todo.

A organização e luta das mulheres em sua produção agroecológica é uma forma de resistência que busca mostrar a relevância da defesa da terra para quem vive dela. No entanto, mesmo nove anos após a ocupação Zé Maria do Tomé, ainda não há o reconhecimento e assentamento das famílias, que seguem em disputas judiciais e enfrentamento às constantes tentativas de reintegração de posse.

A resistência das mulheres se coloca como uma forma de mostrar que, com acesso à terra, com irrigação, feiras mensais e trocas de experiências, com condições reais de vida e produção, somadas à possibilidade de acesso a fomento produtivo e políticas públicas, é possível viver bem e contribuir para a economia local e regional.

Seguindo o método “campe sina a campe sina” (camponês a camponês),⁵ o grupo Mãos que Criam troca experiências práticas e produtivas com suas participantes, de maneira a fortalecer a agroecologia como modo de vida, com técnicas específicas para a produção agrícola, pautadas em métodos biológicos, não químicos, sem o uso de agrotóxico, e com valores pautados na liberdade, autonomia, igualdade e numa vida em um território livre de todas as formas de violência.

Com cinco anos de resistência, o grupo tem sido reconhecido como sujeito central do Acampamento Zé Maria

5. Para compreender melhor acerca dessa metodologia, é possível acessar o artigo produzido por Peter Rosset e Lia Pinheiro Barbosa (2021), disponível em: [https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/](https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-camponesa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/)

de Tomé, inclusive tomado como referência para grupos de pesquisa que buscam estudar a luta em defesa da Chapada do Apodi, somada à luta das mulheres e pela reforma agrária. Vale destacar que o esforço do MST compõe um projeto político ideológico de uma outra sociedade, pautado na produção, resistência e construção do Feminismo Camponês Popular.

O Feminismo Camponês e Popular é uma construção política e ideológica que se diferencia de outras formas de feminismos que são urbanos e conservadores. É “camponês” porque parte da realidade do campo, e não da cidade; e “popular” porque é um feminismo das “classes populares” (camponesas, trabalhadoras, migrantes, assalariadas agrícolas, indígenas, afrodescendentes, etc.) (Via Campesina, 2022, p. 15).

90

O Mãos que Criam é um exemplo da resistência feminista campesina, popular e agroecológica, que em seu cotidiano busca afirmar o trabalho e a contribuição das mulheres para a produção e reprodução da vida, construindo relações de reciprocidade e cuidado umas com as outras, e com seu território, seus corpos, suas famílias e a natureza. Elas seguem, a partir das suas práticas e ações, na defesa de um outro projeto de campo, com produção agroecológica e igualdade de gênero, participação igualitária das mulheres e uma vida sem violência contra seus corpos-territórios.

Resistência ao agronegócio por meio da agroecologia

A agroecologia tem se constituído como um espaço de luta e resistência dos povos, em defesa de seus territórios e bens

comuns, por uma vida mais saudável mediante a produção e o consumo de alimentos saudáveis e da construção de relações mais justas e igualitárias. Partindo do conceito de ciência, movimento e prática (Gliessman, 2000; Siliprandi, 2009; Seibert, 2019), as mulheres têm afirmado seu papel fundamental na história e na memória da agroecologia, desenvolvendo conhecimentos e práticas tradicionais de conservação da natureza, de garantia de soberania e segurança alimentar, para suas famílias e comunidades, além da realização dos trabalhos de cuidados para a sustentabilidade da vida.

A reflexão sobre a necessidade de uma forma de produzir e se relacionar com a natureza de forma mais harmônica foi se tornando necessária (e até mesmo urgente) a partir do avanço do capitalismo, com a ampliação da apropriação privada dos bens comuns, a exploração da mão de obra das/os trabalhadoras/es do campo e das cidades e a destruição e contaminação ambiental resultante da busca desenfreada por lucro, destruindo vidas e a natureza. Uma das expressões mais concretas desse processo de exploração, geração de desigualdades e extinção da diversidade de seres é o agronegócio, a forma como o capitalismo tem se instalado no campo, com a produção de *commodities* para exportação.

Os conflitos vivenciados no Acampamento Zé Maria do Tomé mostram como o agronegócio se organiza em torno da produção de monocultura para exportação ao se apropriar dos bens comuns, como as águas, com o apoio do Estado, e acaba por contaminar e desorganizar as comunidades e os corpos-territórios das mulheres.

De um lado, estão os projetos dos perímetros irrigados, cujo objetivo inicial era trazer água para potencializar a produção na região, mas que acabaram apropriados por

grandes proprietários, pelo agronegócio. De outro, o que se vê é a expulsão de famílias da agricultura familiar, que sempre viveram e produziram neste território. Hoje, é possível ver canais de irrigação, privatizados de maneira indireta, contaminados pelo intenso uso de agrotóxicos por parte das empresas de fruticultura, passando ao lado de comunidades que ainda precisam dessa água para viver. Mas a resistência se faz viva!

Figura 02 - Área do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), onde está localizado o Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Sousa, 2020.

Diante das problemáticas relatadas no Acampamento, pudemos conhecer os processos de resistência em defesa do território contra o agro-hidronegócio, em virtude da forte organização e luta das mulheres camponesas na construção da agroecologia. Para elas, produzir alimentos saudáveis, sem

agrotóxicos, com relações justas e igualitárias de trabalho, pautando a água como um bem comum, é a melhor forma de mostrar a força da agricultura camponesa. Nesse contexto, os quintais produtivos têm uma grande importância como espaço de autonomia e decisão das mulheres.

Elas têm mostrado como o trabalho que realizam em seus quintais reflete na produção de alimentos saudáveis e na reprodução da vida e geração de renda para elas e suas famílias. São quintais repletos de hortaliças, árvores frutíferas, plantas medicinais, grãos etc. que, mesmo em áreas pequenas ao redor de casa, conseguem guardar muita riqueza.

Figura 03 - Acampada e guardiã de sementes crioulas em seu quintal produtivo



Fonte: Sousa, 2020.

Figura 04 - Quintal produtivo de uma acampada



94

Fonte: Sousa, 2020.

Em apenas um dos quintais é possível observar uma variedade de hortaliças (jerimum, cheiro-verde, alface, pimentão, coentro, vagem), tubérculos e tuberosas (batata doce, beterraba, macaxeira), plantas medicinais (boldo, malvarisco, hortelã, corama, mastruz, erva-doce, erva-cidreira, manjerição, capim santo), árvores frutíferas (banana, caju, manga, coco, acerola, cajarana, mamão, melão, seriguela, goiaba, tomate, tomate-cereja, maracujá, carambola, tamarindo, pitaia), dentre outros.

Assim, a perspectiva agroecológica trazida pelas mulheres, que afirmam o papel central delas na construção de uma outra sociedade, mostra como tanto a variedade de cultivos quanto os manejos da terra, da água e das sementes com técnicas que não agridem a natureza, somados aos diálogos sobre a construção de novas relações entre os seres humanos e a natureza, podem de fato ser respostas à violência estrutural

do capital e suas manifestações. O grupo de mulheres Mãos que Criam, do Acampamento Zé Maria do Tomé, é, portanto, sinônimo de luta e resistência das mulheres camponesas na Chapada do Apodi.

Considerações Finais

A análise dos conflitos no campo enfrentados por mulheres em territórios de comunidades tradicionais contra o avanço do agronegócio revela um panorama complexo e desafiador. As ameaças à natureza, a perda de território e as desigualdades e violências de gênero emergem como componentes interconectados desse desafio, exigindo abordagens holísticas e inclusivas para lidar com tais questões. As estratégias, ancoradas em saberes tradicionais, práticas agroecológicas e de cuidados, oferecem um contraponto à lógica predatória do agronegócio.

95

Assim, a compreensão dessas dinâmicas complexas não apenas destaca a urgência de repensar modelos de produção, mas também ressalta a importância de reconhecer e fortalecer o papel das mulheres, do feminismo e da agroecologia, como agentes-chave na construção de alternativas com mais igualdade, liberdade, autonomia, justiça e paz, que dialoguem com a lutas interseccionais de classe, raça, etnia e gênero.

Referências

AGUIAR, A. *Exposição aos agrotóxicos e efeitos crônicos sobre a saúde humana: uma “herança maldita” do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

ARAÚJO, T. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. São Paulo, IEA/USP, vol. 2, n. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002>. Acesso em: 22 out. 2023.

- BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri, HERCULANO, S.; PÁDUA, J. (Orgs.) *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.
- CARNEIRO, F. (org.) *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2015.
- CAVALCANTE, L. As firmas tomaram conta de tudo: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe/CE. 2019. 396f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- DIOGENES, S. (In)visibilização das causas de câncer na zona rural do município de Limoeiro do Norte-CE: a vulnerabilização das comunidades rurais e os riscos dos usos dos agrotóxicos. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.) *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006. p. 25-82.
- ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (org.) *Espaço e energia. Mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.
- FERNANDES, B. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. (org.) *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- GLIESSMAN, S. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- GURUR, D.; TONÁ, N. Agroecologia. In: *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, [S.l.], v. 3, n.1, Artigo 2, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacE-HS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- HERNANDÉZ, D. T. C. Mulheres, corpos e territórios: entre a defesa e a despossessão. In: HERNANDÉZ, D. T. C.; JIMÉNEZ, M. B.. *Corpos, territórios e feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas*. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- LIMA, C. Após 12 anos, último réu acusado pelo assassinato de Zé Maria do Tomé vai a júri popular. *Brasil de Fato*, Limoeiro do Norte, 04 de agosto de 2022. Caderno Violência no Campo. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/04/apos-12-anos-ultimo-reu-acusado-pelo-assassinato-de-ze-maria-do-tome-vai-a-juri-popular>>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em Rede”*. São Paulo: Unesp, 2000.

- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *Conspirações de Gêneros*. São Paulo, 2017.
- O NEGÓCIO TÓXICO DO AGRO: *O impacto dos agrotóxicos sobre a vida das mulheres* (episódio 3). Entrevistada: Raquel Rigotto. Entrevistadores: André Gouveia e Roberta Quintino. Edição: Thomas de Freitas. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida/ Fiocruz Brasília. Brasília: 27 março 2023. Podcast. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jAK5y-hbgHlw>>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- RIGOTTO, R.; PESSOA, V. M. Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos. *Tempus. Actas em Saúde Coletiva*, vol. 4, n. 4, p. 142-143. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3MsXvot>>. Acesso em: 5 maio 2023.
- RIGOTTO, R. et al. *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola do Baixo Jaguaribe, Ceará*. Fortaleza: Editora UFC, 2011.
- RIGOTTO, R. M. et al. Tendências de agravos crônicos à saúde associados a agrotóxicos em região de fruticultura no Ceará, Brasil. *Rev. bras. epidemiol.* [online]. 2013, vol. 16, n. 3, pp. 763-773.
- ROSSET, P.; BARBOSA, L. P. Metodologia “De Camponesa a Camponês e a territorialização da agroecologia. MST, 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/02/17/metodologia-de-camponesa-a-campones-a-campone-sa-a-campones-e-a-territorializacao-da-agroecologia/>>. Acesso em: dez. 2023.
- SEIBERT, I. G. *Feminismo Camponês Popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social*. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35503/1/2019_IridianiGracieSeibert.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- SILIPRANDI, E. C. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. 291f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2003.
- SOJA, E. W. *Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.
- SOUSA, R. L. *O circuito espacial da produção dos agrotóxicos: consumo e impactos socioambientais no município de Quixeré/CE*. 2017. 153f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2017.
- SOUSA, R. L. *Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE*. 2020. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

- STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Característica e Princípio. In: STEDILE, João Pedro; FERNANDES, B. M. *Brava Gente: Trajetórias e princípios: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- VIA CAMPESINA. *A caminhada do feminismo camponês e popular na Via Campesina*. Zimbábue, 2022.

Conhecimentos tradicionais, uma inspiração indígena no debate contemporâneo*

Elisa Pankararu

* Apresentação durante o curso “Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas, sessão VI: Agronegócio e resistências nos territórios”, realizada no 22 de agosto de 2022 (texto editado).

NAÇÃO INDÍGENA ASSISTE
CANTORÃO
PANKARARÉ



GENOCIDA



BOA TARDE A TODAS, A TODOS E A TODES! É COM MUITA alegria que participo dessa mesa, nessa tarde de agosto, apesar das mazelas trazidas pela colonização para as nossas aldeias e os nossos territórios sagrados. Mas nós estamos aqui, resistentes, dando continuidade à nossa ancestralidade.

A história do Brasil caminha ao lado de um projeto de genocídio ainda em curso. A chegada do invasor em 1500 — invasor no masculino, porque, naquele contexto, foram homens os invasores, o que pressupõe perversidades específicas — trouxe uma relação de estranhamento com as culturas, crenças e formas de convivência já presentes aqui. E, de imediato, cometeram intervenções violentas, sem respeito, o que chamo de “descoberta” da casa alheia, da cozinha alheia, da panela alheia, descoberta deseducada e sem autorização dos donos da casa.

Esse projeto de genocídio contínuo é composto de fases: o não respeito, o apagamento, a invisibilização e o esquecimento. Tais fases ou estratégias contam sobre a ausência e a presença dos povos indígenas no Brasil em vários espaços, na literatura, nos livros didáticos, e inclusive no imaginário do povo brasileiro. Isso é perigoso, nesse trajeto, em virtude da negação e/ou violação de direitos nas políticas públicas na contemporaneidade. A violência de qualquer natureza é um desses vieses.

Meu lugar de fala é o território Pankararu, o Tronco Velho Pankararu, com o qual tenho uma relação de pertencimento. A inspiração das minhas afirmações tem origem na cultura, tradição e cosmovisão do meu povo. Num país multicultural, como o Brasil, é preciso falar que os mais de 305 povos indígenas têm as suas diferenças culturais.

Ao abordar tema do agronegócio, é importante demarcá-lo do lado contrário ao da agroecologia, uma vez que comunga com a dominação, com o machismo e com o racismo. Sendo assim, diverge da ideia de resistência, a agroecologia é resistência. Sem feminismo, portanto, não há agroecologia!

A agroecologia propõe a igualdade e a justiça social. Por isso, é importante abordar o feminismo popular e camponês e a concepção do feminismo indígena. Feminismo popular e camponês remete à prática, à vivência das mulheres na luta por igualdade, por justiça social, pelo bem, pelo bem-viver. Assim, é preciso entender o conceito terra-território.

No território Pankararu, o meu povo se organiza de forma matriarcal. Por que digo que é uma sociedade matriarcal? Porque tem, na sua história, a presença e o nome de grandes mulheres que nos conduzem, lideranças de mulheres empoderadas! Então, a minha inspiração parte dos ensinamentos, da presença dessas mulheres, mesmo que elas tenham estado nessa vida terrena há mais de cem, duzentos anos. No entanto, seus nomes continuam, suas histórias e seus ensinamentos permanecem entre nós até hoje. E fazem com que a sua descendência, mulheres de hoje, deem continuidade a essa luta.

Quem são essas mulheres? Fui uma criança, uma jovem que passou a ter acesso à energia elétrica apenas aos 15 anos. Na minha infância, convivi com essas mulheres, que hoje chamo de empoderadas e que me inspiram. Quem são essas

mulheres? Parteiras, rezadeiras, curandeiras, benzedeiras, puxadoras de rituais — vou usar o termo puxadoras de rituais para que me compreendam melhor. Elas têm uma contribuição e uma presença crescente ao ocupar postos de liderança nos espaços públicos, partindo da sua convivência no chão das aldeias, da relação com o povo. Além do mais, exercem as funções de pajés, caciques, profissionais de saúde, profissionais de educação e garantem a representatividade indígena no espaço institucional, em conselhos internos, instâncias, conselhos e organismos municipais, estaduais, nacionais e até internacionais.

Eu me inspiro nelas, mas também me inspiro em mulheres que vivem em estado de subalternidade, de desigualdade, de injustiça, portanto em estado de violência, de violação. Trago a minha inspiração a partir da ideia de terra-território para nós, povos indígenas, a partir do meu lugar de fala.

Como associar a ideia de território ao feminismo indígena? Esse território é um espaço sagrado, é a morada dos nossos seres sagrados, das nossas pessoas, da ancestralidade e da espiritualidade. No mundo do sagrado, também estão os seres femininos, o que me inspira a pensar em equidade. É lar também de outros seres, como árvores, plantas medicinais, animais, pedras, serras, águas, rios, fontes. É um território de gestão compartilhada, com os seus sistemas próprios. E quero pontuar agora três sistemas: de educação, saúde e convivência.

Quando eu falo de sistema de educação, não estou falando do Ministério de Educação e Cultura (MEC), falo de um sistema de educação que significa ensinamento partilhado entre gerações, dos nossos mais velhos, mas também dos nossos jovens, dos nossos seres sagrados, dos nossos seres invisíveis. O nosso sistema de educação são os conhecimentos

tradicionais. As mulheres também são detentoras, guardiãs e zeladoras dos saberes tradicionais, o que, mais uma vez, me inspira a pensar em equidade.

Junto a esse sistema de educação, está o sistema de saúde indígena, que não é o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora seja chamado de único, pouco vou falar a respeito, ele deve ou deveria dialogar com o nosso sistema de saúde, que são os nossos procedimentos de cura. Mais uma vez, são as mulheres as detentoras desses conhecimentos e realizadoras desses processos, seja através das águas, das plantas medicinais, dos banhos, dos cantos e das palavras, enfim processos próprios de cura.

O terceiro sistema é o sistema de convivência, um sistema de harmonia. E aqui entra o feminismo indígena: nesse sistema de convivência, não há espaço para a violência, não há espaço para o racismo nem para o machismo. Portanto, a violência contra a mulher não faz parte da nossa cultura. No entanto, ela habita aqui e chega através da mazela da colonização, que invade, viola, violenta os nossos territórios sagrados, os nossos corpos femininos, as nossas mulheres, as nossas meninas, mas também violenta os nossos homens e os nossos meninos.

Quando faço referências a esses sistemas próprios que enxergo quando falo de terra-território, estou falando de um universo de essência e tradição indígena, sem as mazelas da colonização. A invasão de 1500 é nada mais que o primeiro golpe. No entanto, os golpistas de 1500 deixaram os seus herdeiros, os seus “tatataranetos” que estão aí no agronegócio, que estão aí na política, que deveria ser pública, que estão aí nas assembleias, nas câmaras. Enfim, continuam violentando os nossos indígenas de norte a sul desse país.

Não é apenas um testemunho de como é a realidade de sangue desse país lavado e construído em cima do sangue indígena, do sangue negro, do sangue camponês! Às vezes, me perguntam: “Ora, Elisa, você fala do patriarcado, do racismo, por acaso o seu povo não tem patriarcado?” Sim, um baixo patriarcado, mas o matriarcado também. Pensando nas falas das professoras Rita Segato e Julieta Paredes — que defendem o entroncamento patriarcal como o encontro do invasor colonizador e violentador contra os nossos homens e que os escravizaram —, é necessário quebrar o mito de que não existia escravidão indígena: existiu, sim! Existe, sim! O entroncamento patriarcal nada mais é que contaminar o nosso território sagrado, contaminar os nossos costumes, violentar e invadir.

No entanto, nem tudo foi destruído, há resistência. Há resistência, porque nós concebemos essa terra como a mãe, mãe terra. Então, nos perguntamos: “Como é que esse sistema ganancioso concebe a terra?” Ele não concebe a terra como mãe, pois desrespeita a harmonia!

Alguns universitários, universitárias e lideranças indígenas contestam a existência do feminismo indígena enquanto movimento, organização e pensamento de mulheres indígenas. O termo causa certa controvérsia, digo polêmica, uma vez que alguém afirmou não existir feminismo indígena. Volto a lembrar do meu lugar de fala, do meu lugar de pesquisadora: tenho a tranquilidade de dizer, ao me inspirar na minha ancestralidade, de me apropriar do termo, que é questionado por ser criado, em princípio, na Europa, por mulheres brancas. No entanto, hoje, décadas depois, o considero de domínio público, uma vez que, no Brasil e em outros países, existe uma diversidade de feminismos.

A Julieta Paredes, por exemplo, afirma que o feminismo enquanto prática, não enquanto conceito, e promoção da igualdade já existia com as nossas avós desde o século XIII, do século passado, enfim desde tempos imemoriais. Ao pensar feminismo indígena, tenho a tranquilidade de falar sobre, escrever e conceituar, já que observo ação dessas mulheres, que chamo de empoderadas, ao participarem das assembleias e dos rituais sagrados. Sendo assim, o feminismo indígena é uma prática, um fazer coletivo, que começa no chão das aldeias, em prol da comunidade, e que não comunga com violência de natureza alguma. Por isso, apoia outros movimentos de mulheres, outras organizações de mulheres, ao compreender a proposta de igualdade e justiça social, de não violência, de não injustiça social, de não desigualdade.

106

Importante mencionar que o agronegócio está atrelado ao racismo e à opressão. Precisamos falar de racismo e da opressão contra os povos indígenas, mas também contra os povos camponeses, os povos negros, os povos ciganos, a população LGBTQIAPN+ e contra todos aqueles e aquelas que não estão nesse formato, nessa cara racista: a cara do homem branco, hétero, cristão, patriarcal e capitalista. Que tem um viés epistêmico, cosmológico e social, o fundamentalismo religioso está presente, é preciso falar a respeito, é preciso trazer o racismo para a pauta do dia.

O agronegócio comunga com o machismo na sua forma de ser. A resistência comunga com a agroecologia e o feminismo. O lugar a que pertencemos, a caatinga, assolada pelo racismo e pela opressão da sua gente, do seu povo, é um bioma único no planeta, com características próprias. No imaginário e na construção cultural popular no Brasil, ela é representada como um espaço de miserabilidade, cujas matas, construção histórica e cultural são desvalorizadas.

Infelizmente, é traduzida na literatura e nos meios de comunicação como caricatura de feiura, em que a história dos coronéis aparece como a história dos vencedores, sem a voz dos vencidos. Apesar disso, hoje, a nossa voz pode transmitir as histórias de nossos antepassados: de como a dominação foi violenta com os nossos, como nossas mulheres e meninas foram violentadas. Nós estamos nas academias, nos meios de comunicação e podemos levar nossa voz longe.

Destaco que a floresta ou bioma caatinga não é apenas único no planeta como também tem uma simbologia muito forte, de resistência. Não se trata de mata seca, mas de uma mata que dorme e acorda quando chove, que protege o solo e as espécies que ali estão, que contém as plantas que alimentam e que curam. É um campo de cultura, um campo de beleza, porém um campo de conflito, de enfrentamento, de luta contra as injustiças.

Assim, eu trago o feminismo indígena, trago as minhas concepções, os meus estudos, a minha pesquisa para integrar esse coletivo de feminismo popular e camponês. Vamos levando a nossa voz, a minha voz que não é apenas a voz de Elisa, mas de um corpo-território, que carrega os ensinamentos dos nossos antepassados e seres sagrados também femininos. Sendo assim, nossas mulheres são sagradas, somos a inspiração e a representação desses seres, assim como nossas mães velhas e nossos mais velhos. E, nessa trajetória, está a nossa descendência, a juventude e as crianças. Estamos aqui desde sempre e para sempre. Para a nossa existência, não existe “marco temporal”, por isso a resistência. Há uma filosofia, um ensinamento de nossos parentes Xukuru, que diz: “Em cima do medo, coragem!”

A carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna

*Entrevista com
Cleomar Ribeiro da Rocha*

DO QUE A DIANTA POVO LIVRE NO TERRITÓRIO PRESO

AVISO
PROPRIEDADE
PRIVADA
ENTRADA PROIBIDA

ENERGIA LIMPA?

CLEOMAR RIBEIRO DA ROCHA É QUILOMBOLA E PESCADORA do território quilombola do Cumbe, habitado por aproximadamente 170 famílias (cerca de oitocentas pessoas), que vivem do mar, das dunas e do mangue, localizado no município de Aracati, no litoral leste do Ceará, a cerca de 160 quilômetros de Fortaleza. O território é atingido por uma usina eólica da Companhia Paulista de Força e Luz Energia (CPFL), pela carcinicultura, por empreendimentos turísticos e pelo derramamento de petróleo que afetou o litoral nordestino em 2020. Cleomar participou ativamente dos cursos de extensão “Direitos e saberes feministas em tempos de pandemia” (realizado em 2021) e “Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas” (realizado em 2022). Durante este último, organizamos um intercâmbio entre as mulheres participantes do curso e referências dos territórios da nascente e foz do rio Jaguaribe, curso de água que banha o Ceará. Cleomar foi uma das anfitriãs do encontro. Aqui compartilhamos fragmentos das conversas que tivemos com ela durante essas atividades.

Elis & Fabrina: Cleomar, conta para nós sobre você e seu território.

Cleomar: Sou Cleomar, mulher das águas, sou quilombola, uma defensora dos direitos humanos. Somos a voz do território, quem está aqui é um pedacinho do território, trazendo toda uma luta e resistência.

Sou do Ceará, Aracati, litoral leste, vivo no território quilombola do Cumbe. Para quem não conhece, temos uma parte que é área de manguezal, outra que é área de duna e mais uma que é de praia. Áreas com as quais sempre tivemos relação, que me representam, porque sou uma mulher pescadora, uma marisqueira.

Este território é minha ancestralidade, um território-vivência, um território-memória. Eu cresci aqui, conheço cada cantinho com muito amor, com muito afeto. O pertencimento do cuidado, de ver o território como um professor, como um educador. Digo que o território nos ensina muito, e, por termos acesso a cada cantinho, nós pescávamos na lagoa, na praia; produzíamos nossa farinha, assávamos os peixes.

Então, esse território significa muito, ele é identidade! Não sei falar de mim sem falar do território. E, como disse, sou a voz do território! Falo sobre a relação com ele, com o manguezal, com as áreas de dunas, com as lagoas, a praia, o mar... Vivi dentro do manguezal, de onde me alimentei, esse território que me deu água quando tive sede, um território que traz espiritualidade, encantaria. Inclusive, como temos pescas periódicas, no inverno e no verão, o território é dinâmico, passa por mudanças constantes. A gente acompanha todas as fases que o território naturalmente tem. Digo que a gente vai de acordo com as marés. É o território que faz a leitura, a gente vai sendo conduzida nesse processo. É essa relação que me faz, cada vez mais, resistir e lutar! Porque

dizemos que o território sofre, e nós sofremos, porque somos território! Quando nosso território é impactado, degradado, destruído, poluído, nós também somos! Sentimos os mesmos sintomas do território!

Considerando o que o território significa para você, como você analisa os impactos dos grandes projetos de infraestrutura que estão acontecendo no Cumbe?

Vou falar sobre a chegada da usina eólica no território quilombola do Cumbe para vocês entenderem como é instalado um empreendimento desse porte, mesmo com a ideia de energia limpa, energia renovável que vai melhorar a vida de todo mundo, uma energia que não destrói. É essa a discussão, é esse o discurso do desenvolvimento que chega à comunidade.

Essa usina eólica chega com 67 aerogeradores. Fomos um dos primeiros territórios no Ceará a padecer dos impactos negativos, com a chegada da notícia de que a usina seria instalada em Canoa Quebrada, praia situada ao lado do nosso quilombo. Então, começou assim, sem a gente saber se seria no Cumbe.

E como chega? Chega trazendo violência, violando os nossos corpos; os nossos corpos estão oprimidos dentro do nosso próprio território, ao qual ficamos sem acesso pleno. A gente costuma dizer: “De que adianta um povo livre num território preso?” Território ao qual estamos sem acesso. Durante a instalação da usina, nossas crianças não iam mais para a escola sozinhas; surgiram muitos bares e, com isso, bebida; mulheres e crianças vulneráveis, expostas à exploração sexual, devido ao grande número de trabalhadores homens vindos de outras cidades; muita poeira dos caminhões gerando problemas respiratórios; problemas

psicológicos. Tudo muito invasivo até hoje, com muitas restrições ao mar, às dunas.

E tem mais. Na década de 1990, a gente também enfrentou a chegada da carcinicultura,¹ o camarão criado em cativeiro que domina toda essa área de manguezal. Área onde eu fui mais cuidada, mais alimentada, e de onde até hoje eu me alimento. Nas áreas de praia e duna, tenho uma relação com as enchentes que a gente tinha no território, e a gente tinha que morar nas dunas. A gente criou uma relação, plantávamos na duna, pescávamos nas lagoas e no mar, colhíamos frutas, tínhamos uma relação ancestral, um lugar de afeto. Ahhh, muito afeto!

A cachaça do Cumbe era uma cachaça muito afamada, conhecida. E, como o quilombo está localizado em uma região de um coronelismo muito grande de terras, de novos engenhos, onde já se trabalhava com a cachaça por muito tempo, diziam que o manguê não tinha importância, que a duna não tinha importância. Não tinha importância para eles, né?!

E é por tudo isso que a gente discute o racismo, o racismo ambiental que afeta o nosso território. E que afeta também a nossa saúde dentro de um lugar que está destruído, fragmentado.

Em poucas palavras, a carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna.

Cleomar, quais os impactos da usina eólica?

É tudo muito grande, muito gigante, você se assusta com aquele poder. A usina entra em uma comunidade que não

1. Técnica de criação de camarões em viveiros. A carcinicultura precisa fazer comporta, que seria uma forma de drenar a água, então precisa das águas que chegam naquelas camboas para passar para seus tanques de camarão. Carcinicultura são tanques de camarão no cativeiro.

tinha estrutura para receber um empreendimento desse tamanho. Por isso, lutamos de todas as formas para impedir. Mas já estava tudo decidido antes mesmo de chegarem aqui, até porque o processo foi escondido da gente, diziam que era em Canoa Quebrada. Aí, quando a gente percebe, a usina está sendo construída praticamente dentro do nosso território. Sofremos muito com isso, foi como se nossa vida tivesse virado do avesso.

Estamos falando de uma comunidade onde muitas casas eram de taipa. E, com o empreendimento, muitas casas caíram. A igreja quase caiu, a escola quase caiu. Tem o impacto de carros pesados indo e vindo, o impacto das torres eólicas pesadas dentro do quilombo, dentro de uma comunidade que não tem estrutura. Não tinha como se preparar para uma estrutura dessas. Primeiro, entrou uma empresa para trabalhar nas dunas. O mais doloroso, nesse período de construção, era ver a devastação do território, a devastação das nossas lagoas sendo enterradas. Eles demarcaram toda a área, da estrada onde passavam os caminhões até o local de instalação de todas aquelas hélices, aquelas torres. E muitas dessas torres estão em lagoas tradicionais. Nós temos várias lagoas tradicionais na comunidade em área de duna e eram nessas lagoas onde passariam as estradas. Eles enterraram muitas lagoas. Não dava para acreditar em tanta destruição, naquele rasgado no território gerado pela usina eólica.

Como suportar tanta destruição de uma “energia limpa”? Então, olha o papel dessa “energia limpa”: destruir comunidades, destruir nossa vida, destruir nossas práticas e devastar o nosso território. Muitas pessoas perguntam: “Cleomar, mesmo com esse processo de construção, essa violência, essa degradação todinha, hoje é tranquilo?” Hoje, a situação é ainda mais grave. Eles são muito rasteiros, são muito maus!

Os empreendimentos visam somente o lucro! E é como se a gente não fizesse parte da terra, porque em nenhum momento nós somos vistos. Oh, ali tem um povo, tem as práticas culturais deles, tem a relação deles com o lugar, a cultura de ir à praia, de ir ao mangue, de ir às lagoas, de colher fruta, de buscar lenha. Acabaram com nossas práticas culturais nas dunas, até porque hoje a gente tem um campo minado de redes de fiação elétrica. E é bom lembrar que as dunas móveis têm um papel, nem eles conseguem conter a força delas. Eles têm máquinas trabalhando todos os dias, todos os dias, todos os dias! Tem vezes que eles não controlam a força da duna, e de um dia para o outro ela se move muito rápido.

Por causa dessa destruição, por causa da usina eólica, perdemos a nossa autonomia, a nossa identidade. A gente fica perdido no território. Então, apesar de o discurso ser de produção de uma energia boa, de uma energia limpa, de uma energia que não produz poluição, na prática ela está destruindo comunidades, está destruindo ancestralidades.

Que isso fique explícito, porque a ideia é que essa energia seja “limpa”, mas a gente contextualiza: “Olha, a energia não me deixa passar no meu território, a energia não me deixa mais fazer minhas práticas, a energia não me deixa mais usufruir das lagoas, pescar nas lagoas, ir à praia!”. Olha o papel desta “energia limpa”! Ela é sustentável? Ela é renovável? Destruindo mulheres, seus corpos, não só o meu, mas de quem vive na comunidade. E aí, quando chegamos a esse nível de adoecimento é porque estamos fragmentados, assim como o território!

O território resiste até onde pode, e nós, através da nossa relação com a terra, o vemos pedindo socorro. Como somos território também, estamos sentindo. A gente reflete a dor, a destruição; a privatização que a terra está sofrendo é a

nossa privatização também. Porque eu não sou liberta, sou escrava ainda, no sentido de não ter mais minha liberdade no território. E a escravidão, a gente sabe que se renova dessa forma, esse tipo de escravidão da gente acorrentada no próprio território, nós somos impedidos de concluir nossas práticas. Tanto em áreas de manguezal, pela carcinicultura, quanto em áreas de duna, pela usina eólica.

Como vocês lidam com o enfrentamento de um projeto construído usando o discurso da energia limpa, como você mencionou anteriormente, em nome da transição energética?

Como a energia eólica vem com esse discurso de energia limpa, quem era doído de se dizer contra esse empreendimento? Os empreendedores diziam na nossa cara: “Os movimentos pediam a energia limpa, então chegou essa energia.” Tanto que hoje eles ainda dizem, eles contextualizam isso, “é uma energia que vocês pediram.” Mas essa energia tem que ser contextualizada, porque, como fomos o primeiro território quilombola a receber esse tipo de empreendimento aqui no Ceará, fomos também a primeira comunidade a contextualizar que energia limpa de fato era essa.

Como é que essa energia é limpa se vem destruindo comunidades, vem destruindo povos, vem destruindo ancestralidade, vem destruindo práticas? Eu não posso mais continuar com as minhas práticas culturais, estou proibida, estou limitada, estou sendo expulsa de um território que é tão importante para mim, para nossas práticas. Eu digo que o território é estruturante, porque traz essa reprodução cultural, ancestral, social, econômica, mas hoje a gente tem que viver de estratégias, incidências.

Como viver no território atingido por tantos projetos? Como se reinventar hoje para ter um território para viver, para que a nossa ancestralidade, nossas práticas não sejam todas exterminadas por conta de um parque eólico que se diz limpo? Essa energia não é limpa. Nós estamos com os corpos destruídos, nossos corpos estão fragmentados, nossos corpos estão oprimidos por um parque eólico que se diz limpo.

Para as empresas, as nossas vidas não importam, não são impactadas. E a gente traz essa contextualização para afirmar que ele não é limpo, porque está afetando um território que tem esse significado importantíssimo para a gente.

Diante de todas essas violências, silenciamentos, violações, impedimentos de praticarem suas atividades, seus modos de vida, como vocês se organizam?

118

A associação quilombola vem num processo intenso de luta, em que costumamos dizer que o que está acontecendo hoje estamos há tempos alertando. Estamos denunciando desde o início de nossa luta, falando sobre o papel dessa “energia limpa” no nosso território. Para chegarmos à praia, por exemplo, temos que ter um acordo. Isso porque precisamos circular, precisamos passar para pescar, para acessar a praia, as nossas lagoas, as nossas áreas. Então, é uma luta constante, uma luta diária, é uma luta para gente se manter aqui, porque a eólica não nos deixa transitar.

Para eu chegar à praia ou às lagoas, tenho que passar por essa usina eólica. E aí, se você for perguntar à direção da empresa se somos impedidos, eles dizem: “Não, eles passam. O cuidado que a gente tem é de orientar para que eles não corram nenhum risco.” Destaco que o risco faz é tempo que estamos correndo, desde que escutamos falar destes empreendimentos.

A empresa é cada vez mais violenta. Para a gente passar, a gente tem que brigar, brigar para chegar ao nosso cemitério. É tudo muito agressivo por parte dessa usina, que se diz “limpa.” Para a gente chegar ao nosso cemitério, que é um cemitério secular, considerado sagrado, temos que pedir permissão. No início, tínhamos que escrever um ofício quando alguém morria. Nós tínhamos um caminho para chegar ao cemitério que foi destruído pela carcinicultura. Para irmos à duna, a gente tinha que fazer um ofício para a empresa. Isso mudou depois que fizemos um acordo, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), para que pudéssemos passar para enterrar nossos mortos, nossos entes queridos. Então, não é qualquer dia que podemos ir ao cemitério.

Vejam a gravidade disso tudo! Mas isso parece ser tão banal, tão certo. Para nós, é tão violento ter uma “energia limpa”, e sermos maltratados por essa “energia limpa”! A gente está sendo destruído, a gente está sendo expulso por essa “energia limpa”!

Mas seguimos resistindo. Organizamos, todos os anos, a Festa do Mangue,² que já era uma prática nossa, mas a oficializamos como forma de resistir, como forma de luta, de fortalecimento, de dizer que existimos, de identidade. Minha identidade é o mangue, minha identidade é o território, e as consequências se refletem em nossos corpos, em nosso adoecimento, em criminalização, perseguição.

Assim, nos organizamos, como associação, para também combater isso. Nós costumamos dizer que somos um povo festeiro que gosta de dançar também. E a festa do mangue

2. A Festa do Mangue é um evento tradicional realizado anualmente no território Quilombola do Cumbe e tem como principal objetivo ocupar o território, falar do ecossistema manguezal e a importância para a identidade quilombola-pesqueira.

traz muito isso, essa forma de combater toda a opressão que vivemos dentro do território. Então, somos um povo quilombola, pescador oprimido por uma “energia limpa”.

Uma outra forma que temos de nos organizar é o Bloco Carambola, que também é uma festa, a gente desfila no carnaval cultural. A gente criou uma agenda para ter, em cada mês, uma comemoração, como, por exemplo, o Dia do Quilombo, dia da nossa certificação.

Também fazemos muita aula de campo perto da usina eólica. A gente não entra, mas realiza as aulas, sabemos que há vigilância e também perseguição à nossa ida. Uma das coisas que o empreendimento fez foi dividir a comunidade. Vemos isso em vários territórios, a divisão imposta pelas empresas, que buscam dividir para dominar. Dividir é uma estratégia colonialista.

120

Como tem sido o processo de luta em defesa do seu território e do seu corpo, como mulher, quilombola, pescadora?

Dentro de um quilombo cheio de conflitos, cheio de perseguição, a gente ainda tem a força para buscar nossa identidade, nossa história e ancestralidade que o colonialismo tenta apagar. Digo que estamos costurando nossa história apagada pelo colonialismo, pelos coronelismos da região. E, por isso, é importante estarmos nesses espaços, não tem nada mais verdadeiro do que trazermos a nossa realidade, falarmos por nós. A nossa história foi sempre muito contada na visão do colonizador, e a gente precisa contar nossa própria história, nossa própria realidade, e não deixar que falem por nós.

A colonização é um processo em que eu não posso ser, não posso pensar, fazer outra leitura da vida, da história, não posso ser uma mulher rebelde, não posso ser uma mulher de luta, não posso ser uma mulher que resiste. Meu

pertencimento, minha história, minhas práticas são mais gritantes do que tudo o que me inferiorizou a vida inteira, em que tentaram impor que eu não tinha condições. O patriarcado não me deixou estudar e cortou sonhos. O patriarcado mata! Hoje, me orgulho de defender meu território, defender a mulher que sou, as mulheres que estão na luta. Quero dar visibilidade à potência que somos, nós mulheres somos potentes, mesmo sofrendo com a colonização, com o sistema capitalista que se impõe sobre nossas vidas. A minha infância foi isso e me fez essa mulher de luta, tenho pressa de lutar, de mudar a história.

Agradeço também às organizações que nos apoiam, que nos acolhem, cuidam de nós quando saímos dos territórios para encontros com outras mulheres, isso é muito bom! Sem dúvidas, além do processo de enfrentamento dentro dos territórios, nos sentimos amadas e cuidadas! Lá, com as empresas e as outras pessoas de fora da comunidade, o cenário é outro. Parece que somos as vilãs, o povo do mal! É esse o entendimento que é passado para nós.

A gente defende a vida; ao mesmo tempo, parece que a luta de nós, mulheres, em defesa do território, é marginalizada. Tive que sair do mangue, trabalhando com marisco, para defender o território, para defender o mangue. Era o meu autocuidado: trabalhar na maré, ver as marés, a cheia, a seca. Nós temos os processos dentro dos territórios, somos cuidadas, até para trabalhar! O manguezal cuida, cuida de nós. No trabalho, não sentimos que estamos trabalhando, nos sentimos cuidadas. Dali, a gente leva o alimento. Tive que sair para fazer esse papel do cuidado.

E, como disse, nós somos o território, essa dor está em nós. E aí, você faz a leitura da terra, o mangue está sendo degradado, as nossas águas estão sendo poluídas, os nossos

oceanos estão sendo privatizados, porque a eólica também diz que é dona das nossas praias. Nos períodos de inverno, temos as pescas, temos uma relação muito grande com aquelas dunas, com as lagoas, vamos buscar ervas e não vamos mais para esses lugares. Isso é muito doloroso, isso traz adoecimento!

Estamos aqui com áreas de manguezal sendo destruídas, são mais de dez hectares ocupados pela carcinicultura, perdemos o acesso. Às vezes, dizem assim: “nós somos frágeis!” Mas são essas situações que nos fragilizam! E para a gente sair de nossas origens, de nossas práticas, enfrentar outros cenários, estar em outros lugares, para defender esse território, que é importante para as gerações que vêm, precisamos estar fortalecidas.

122 Enquanto digo que estou sendo expulsa, estou sendo oprimida, a energia eólica diz ser uma “energia limpa”! Quem está mentindo? Porque não somos vistas, e, muitas vezes, acham que somos uma fraude quando digo que estou sendo expulsa, que estou sendo oprimida dentro de um território por uma energia que se diz limpa!

É um sofrimento muito grande. Eu choro. Cada dia é um desafio. É tão forte, é tão doloroso! Acho que passar meus sentimentos de indignação, da injustiça que sentimos dentro dos territórios é importante. O território tem uma representação muito grande em minha vida! O mangue sofreu, em grandes períodos, por ser um lugar fedido, nojento! Mas ele me alimentou a vida inteira, me alimenta! O mangue é o berço da vida, para termos nossos peixes nos oceanos, precisamos cuidar dos nossos manguezais!

Às vezes, em alguns momentos, quando não conseguimos falar, nos abraçamos, porque a fala não sai, a dor é grande! E a gente revê nossas estratégias: “como é que a gente vai

fazer?” Tem hora que a gente não tem saída, mas a gente também avalia onde está o problema, a gente identifica onde está, como rebater tudo isso? Que crime eu cometo por defender meu território? Qual é o crime?

É um direito meu viver o meu modo de vida, é regra para mim, o que minha comunidade me ensinou para mim é regra! Cuidar do meu quintal produtivo, ir para a minha pesca, ir para o meu passeio, porque o território faz esse autocuidado. Eu fui, a vida inteira, cuidada por um território que me proporcionou tudo o que eu queria!

A luta me ensinou muito a ter esse papel de mulher dentro do território, mas saímos de lá, do quilombo, muitas vezes criticadas, aquele preconceito do racismo de dizer “o que essas mulheres estão fazendo lá no Rio de Janeiro?”. Se o meu filho está, por exemplo, com alguma dificuldade no colégio, dizem que ele está ruim porque a mãe dele não pára em casa. Isso mexe, isso dói! O processo que nós, mulheres, enfrentamos para estar na luta! Eu já ouvi dizer “coisa feia, mulher estar na luta, mulher brigando!”

Aprendi e aprendo muito, muito, com outras mulheres em luta. Cada mulher, que escuto falar da sua luta, me fortalece no meu território.

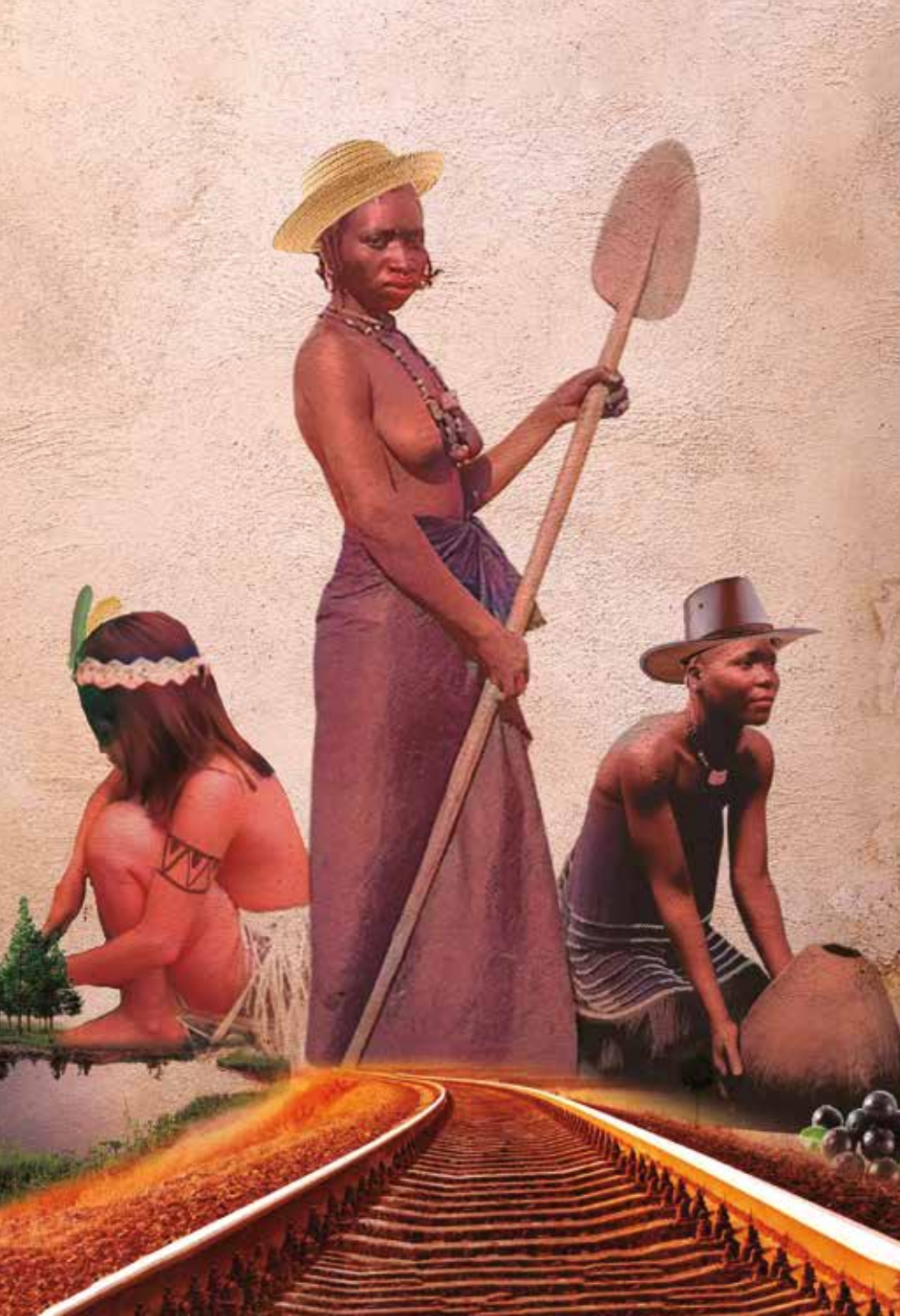
O processo de defesa do território não é fácil, é muito adoeedor! É constante, é constante a injustiça! O carcinicador, os empresários da usina eólica apontam o dedo na nossa cara constantemente! Somos vigiadas dentro do nosso território o tempo todo! Para eu andar no território, andar nas dunas, tem vigília atrás de mim! Queria eu poder tirar aquelas torres, eu não posso carregar uma torre daquela! Então, aqueles vigias são para quem? São para nós, para nos vigiar e nos criminalizar! E a gente responde processos judiciais. É por isso que estamos no programa de defesa dos

direitos humanos, porque somos constantemente ameaçadas, porque fazemos nossa defesa, nossa luta.

Por fim, a minha formação foi a do território, essa formação que me deixou mais humana, e que eu, como mulher negra pescadora, tenho que ter, tenho que fazer algo, não sou covarde, tenho que lutar por esse território, mesmo adoecida, mesmo com esse processo violento que estamos vivendo! Adoecida, eu estou lutando!

**Mulheres e mineração:
resistências feministas a
megaempreendimentos
e ao garimpo ilegal no
corredor de ferro Carajás**

*Ailce Margarida Negreiros Alves
e Larissa Pereira Santos Mestra*



EM PLENA ECLOSÃO DE GUERRAS EM ÂMBITO GLOBAL, COM milhares de mortos e feridos – dentre estes, uma quantidade significativa de mulheres, de crianças e de jovens, que se tornam vítimas fatais ou perambulam pelo mundo à procura de um lugar –, escrever sobre mulheres numa região atravessada pelo corredor de ferro Carajás nos exige muito equilíbrio e racionalidade.

O corredor representa grande parte da infraestrutura necessária para extrair matéria-prima e escoar toneladas de ferro e outros minerais de Carajás, no Pará, até o Porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão. No entanto, trata-se de uma estrutura minero-ferroviária construída de forma autoritária, que acentua todas as desigualdades sociais, econômicas, étnicas, raciais e de gênero. São altos os índices de violências e violações de direitos humanos e da natureza.

Escrevemos a partir da vivência, escuta e observação fundamentadas em nossas áreas de atuação, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, na Comissão Pastoral da Terra e na Associação Justiça nos Trilhos. Somos norteadas pelos debates abertos e temas contemporâneos, a exemplo dos corpos-territórios, observando a relação direta entre as comunidades, os movimentos sociais e as mulheres dos territórios ao longo do corredor de ferro.

As discussões levantadas aqui por duas mulheres são fruto de diálogos coletivos com outras muitas, incontáveis, moradoras do Pará, do Maranhão, do Norte e do Nordeste brasileiro. Aqui, tentamos descrever também os resultados dos diálogos construídos ao longo do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”, realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo, pela Coletiva Diálogos Feministas e pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 2022.

Dessa maneira, o trabalho tem como objetivo dar visibilidade à condição em que vivem as mulheres no corredor de ferro Carajás, refletir sobre a forma como a mineração – que tem como protagonista no cenário de violações de direitos a mineradora Vale S/A – afeta a vida das mulheres camponesas, quilombolas e indígenas, identificar as formas de resistências construídas pelas mulheres, bem como as práticas de feminismos resistentes às violações de direitos.

128

O corredor de ferro carajás e a pressão sobre territórios e povos tradicionais

O Corredor Carajás, que se estende do sudeste do Pará até o litoral do Maranhão, constitui-se de um sistema que integra os trinômios mina-ferrovia-porto e extração-escoamento-exportação. Cada uma dessas três dimensões produz impactos ambientais, econômicos e socioculturais, além de mortes. Tal sistema extrativista é destinado particularmente à exportação de minério de ferro para outros países e continentes.

O minério é retirado do fundo da floresta amazônica, com "pelo menos, 13 mil anos e a região é ocupada há 19 mil

anos” (Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti, 2021). Como bem situa no tempo, os autores a qualificam como:

[...] a diversidade ecológica e biocultural da Amazônia, tão fundamental à vida no planeta, é o resultado de milênios de um sentirpensar com a floresta dos amazônidas; com seus saberes de coletar, pescar, caçar, praticar agricultura, habitar, proteger, curar, cozinhar, comer e conviver. (Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti, 2021, p. 14)

As populações viveram por milênios em relação com a floresta, as águas, os campos diversos, até que grandes empreendimentos, com estratégias econômicas de alimentação do capital internacional, se impõem, ao longo da história, particularmente nas Amazônias.

O momento atual aponta para o *boom* da exploração predatória da natureza, dada a intensidade e amplitude que tomam, sem qualquer cuidado com a vida na sua diversidade. Trata-se de um modelo extrativista mineral predador, que extrai, suga tudo que lhe interessa da natureza, retira da mãe terra grande parte de seus componentes, destinando-os ao mercado externo, para atender o sistema capitalista, e não deixa nada no lugar. Quando extrai, mata tudo do entorno, coloca em risco toda a vida do planeta: insetos, espécies de plantas e animais só vistos ali.

A mineração faz parte da história colonial da América Latina, como Eduardo Galeano descreveu contundentemente em *As veias abertas da América Latina* (1971). No Brasil, se faz presente desde os primórdios da invasão europeia portuguesa, e, particularmente a partir do século XXI, está atrelada a outras estratégias neoliberais de acumulação capitalista a partir do consenso das *commodities*, intensificando processos

de estruturação da exploração dos bens comuns para exportação, de acordo com Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 34). Já Svampa (2012), citada por Seabra (2021, p. 38), enfatiza:

[...] a passagem do Consenso de Washington – com um amplo processo de reformas estruturais, endividamento e privatizações que assolaram Estados periféricos e semi-periféricos – para o Consenso das *Commodities* – com a intensificação da exploração e da exportação de *commodities* – [implica] lógicas de acumulação por espoliação, desapropriação e reapropriação privada de terras, territórios, bens comuns e naturais. (Svampa, 2012)

130

A Amazônia, dada sua importância para o mundo, é tomada pela busca incessante do lucro sob o capitalismo extrativista, que tem como sustentação três importantes bases: patriarcado, colonialidade e capitalismo (Hernandez *et al.*, 2020). A atividade mineral, no formato que está estabelecida, controla os territórios, fazendo pressão constante contra os povos que tradicionalmente os habitam com ameaças, invasões e outras violências.

Na era das *commodities*, no campo, observa-se trabalho escravo, persistência dos conflitos, assassinatos e chacinas de camponeses. Nas cidades, a fome e a exclusão continuam como reflexo da pobreza extrema, estratégia centrada na acumulação por espoliação (Seabra, p. 38). Nas Amazônias brasileiras, especialmente a paraense e a maranhense, o grande negócio minero-ferroviário materializa-se de forma agressiva contra os povos tradicionais, verdadeiros donos dessa terra.

No corredor de ferro Carajás, observamos altos índices de violência, sobretudo na parte sul e sudeste do Pará, onde o programa desenvolvimentista militar deixa expostas marcas e dívidas. Para lembrar algumas: Ubá (1985); Eldorado dos Carajás (1996); Pau D'Arco (2021), atingindo uma mulher; Parauapebas (2021), que vitimou cinco jovens, dentre eles também uma mulher,¹ para citar algumas na Amazônia Oriental, sul e sudeste do Pará.

Os 892 quilômetros de ferrovia que cortam a região sudeste do Pará e todo o Maranhão, incluindo 27 municípios, 28 unidades de conservação e 86 comunidades quilombolas, conforme dados da Plataforma Dhesca de 2013 (Sant'Ana Júnior; Alves, 2018, p. 269), formam um cenário pavoroso, instituído com a cumplicidade de sucessivos governos ao adotarem parâmetros da acumulação capitalista, patriarcal e racista na Amazônia quando acolheram a mineração e depois abriram mão da soberania nacional desse processo, privatizando a Vale S.A.

Segundo o relatório de conflitos da Comissão Pastoral da Terra, citado por Gonçalves (2017), foram 2.693 conflitos por terra na Amazônia Legal em um horizonte temporal de quatro anos, entre 2016 e 2019. Foram 112 mortes de camponeses entre 2012 e 2015 e 155 entre 2015 e 2019, o que mostra um aumento dessas violências. Os saldos são dolorosos.

1. Ver reportagem de *Bom dia Pará* de 22 set. 2021, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9882793/>.

A mineração é colonial, patriarcal, machista, sexista, racista e não vem sozinha

Na década de 1960, na ocasião do golpe militar, influenciado pelo imperialismo, ninguém se intimidou em documentar que a Amazônia era para homens. Devido a uma visão determinantemente patriarcal, amparada na lógica capitalista, nem se percebeu a presença de mulheres por essas bandas quando disseram “Terras sem homens...”. Na verdade, essa era a terra matriarcal, das amazonas, quiçá primeiras guerreiras (Pizarro, 2012) de muitas mulheres lideranças, castanheiras, ribeirinhas, quilombolas, de populações tradicionais etc.

Observa-se uma radical mudança de paisagem na região, que Martins (1999) chamou de fronteira, por representar a chegada de tantos e o encontro dos diferentes. Hoje, há imensos pastos, grandes áreas de juquira, paisagens homogêneas de eucalipto, teca, paricá e outras espécies típicas de monocultura, além de soja e milho, enquanto o povo arde debaixo de lona preta, resistindo, lutando por um pedaço de chão para plantar alimentos. Os nossos bichos morrem por ter seu habitat e sua cadeia alimentar destruídos nessa lógica desigual e de múltiplas violações.

Nesse contexto de morte, as populações tradicionais são as mais atingidas, porque dependem da natureza para a materialidade da vida, da terra, das águas e das florestas: povos indígenas, quilombolas, camponeses e outros. Todavia, são as mulheres que sentem com mais intensidade todas essas situações e calamidades, uma vez que já sentem na carne as desigualdades de gênero, raça e classe devido às consequências da devastadora atividade da mineração e do agronegócio.

Aliás, notamos aí uma “boa combinação” do modelo capitalista contemporâneo.

Crescem, a cada dia, os conflitos de ordem ecológica e socioterritoriais em regiões, países e continentes onde se instalam os megaprojetos extrativistas, onde antagonicamente se enfrentam territórios tradicionais e as lógicas de uso e mercadorização dos bens comuns. A grande mineração é colonial, patriarcal, machista, sexista, racista e não vem sozinha. Há uma combinação de negócios que se coadunam, produzindo diversas violências e violações, em particular no contexto do corredor de ferro Carajás. Seabra (2021) faz a afirmativa de que:

Essas violências afetam com especial perversidade mulheres que atuam na defesa dos territórios e da vida e sofrem com os ataques sistemáticos dos agentes da devastação. São essas mulheres que atualizam, assumindo todos os riscos, as estratégias coletivas e comunitárias de solidariedade e cuidados para com as vidas humanas e não humanas no enfrentamento das políticas de morte e genocídio do governo ultraliberal, racista e misógino brasileiro. (Seabra, 2021, p. 35)

133

A nota técnica do Ministério Público do Estado do Pará, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (NT nº 001/2023 – GE-DHA/DPGE/CEAF/MPPA), de 18 de agosto de 2023, registra um total de 18.663 estupros e estupros de vulnerável no estado do Pará. Destes, só na Região de Carajás, conhecida como uma das mais ricas do mundo, ocorreram 1.669, sendo 341 estupros e 1.328 estupros de vulneráveis.

Constam ainda 18 ocorrências de estupro de vulnerável seguido de morte, que não aparecem nesses números. Esses

dados só reafirmam o quão violenta é a vida por aqui. A maioria desses números são de vidas negras. Além da tentativa de silenciamento e invisibilidade das pessoas afetadas, a criminalização de sujeitos que reclamam direitos tem sido prática recorrente entre as agressões da mineradora.

Conforme dados do informativo “Mulheres amazônidas: violências de gênero em contextos de exploração mineral (2023)”, nas cidades onde mais se arrecada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM), os índices de violência e violações são altos e faltam políticas públicas efetivas de atendimento às mulheres. O documento também afirma que: “em Marabá a proporção de mulheres negras em extrema pobreza é 20 vezes superior à de mulheres brancas, em Canaã dos Carajás é 11 vezes e em Parauapebas, nove vezes” (INESC/UNIFESSPA/FECAMPO/CPT, 2023, p. 5).

134

A violência obstétrica registrada em várias denúncias públicas, inclusive no Ministério Público, em Marabá, mostra a insuficiência de políticas de saúde para atender mulheres. Um quadro extremamente desolador, mas elas continuam resistindo e construindo coletivamente a existência. Não é de se ignorar a existência desses dados em cidades que têm em comum a atividade mineral em larga escala.

“Ainda tem que enfrentar a poderosa Vale. Sim, essa quer nos matar no cansaço”: o caso do sudeste do Pará

Essa forte frase verbalizada por uma mulher camponesa e acampada traduz as mazelas provocadas pela ação da mina S11-D, uma mina explorada pela Vale S.A, na Floresta Nacional do Carajás, no Pará. Ainda pior é a postura da empresa

de ignorar, de chegar munida de poder econômico, político, jurídico, e dizer “aqui é meu! Não façam nada aí! Não pode mexer em nada!”. E quem já estava ali trabalhando, produzindo alimento, vivendo, fica numa situação de humilhação perante a poderosa Vale S/A. Esta, diante das autoridades locais, tem todo o poder de usufruto e de produzir incômodos aos moradores dali. Explosões, poeira, produção de barulho, poluição do ar, entre outros. Muitas famílias vivem em diferentes territórios. Lígia, do acampamento Eduardo Galeano, município de Canaã dos Carajás, ao ser questionada numa entrevista, responde: “Ainda tem que enfrentar a poderosa Vale. Sim, essa quer nos matar no cansaço.” (Lígia, 2023).

Mulheres de populações camponesas, indígenas, quilombolas e de periferia enfrentam, além da desigualdade econômica, as consequências da agressiva exploração mineral na região sul e sudeste do Pará, o que exige uma análise sensível pela pluralidade de dimensões da vida das mulheres, um olhar analítico interseccional que inclua as diferentes opressões de gênero, classe, raça e etnia (Seabra, 2021; Davis, 2016). Como bem definiram estes pesquisadores:

As escolhas políticas e econômicas em torno das exportações de *commodities* agrícolas e minerais como o caminho absoluto para a conquista do superávit primário, na Amazônia, nada mais foram do que o aprofundamento dessa forma peculiar de expansão/ invasão capitalista por dinâmicas de territorialização guiadas por uma razão cínica em que o exercício do poder se dá pela interdição da possibilidade de realização da vida. (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 34)

Há um arranjo quase perfeito, porque a mineração não anda só, traz consigo outros atores fortes que contam com

o apoio aberto do estado, que produz toda a logística para a execução de projetos e negócios. A mineração aciona bancos, grandes corporações transnacionais, latifundiários, empresários e também a violência.

As previsões não são animadoras para as populações que vivem nesse corredor; os estragos ocasionados pela Vale S.A. são grandes. Informações da Amplo Engenharia e Projetos (2010, 2016) e Sete Soluções e Tecnologia Ambiental (2012), citadas por Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021, p. 40) dão conta que nos próximos 22 anos, ao atingir 6,5 bilhões de toneladas de ferro, a empresa vai produzir 4,6 bilhões de toneladas de estéril, uma destruição de 3.644,73 hectares de áreas de cava. São quase 4 mil campos de futebol de buracos da mineração de ferro, aos quais irão se associar os 2.136,41 hectares de pilhas de rejeitos e 4.110,86 hectares de áreas desmatadas somente em Carajás.

O Encontro Regional das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração, ocorrido em São Luís, Maranhão, de 21 a 24 de julho de 2023, trouxe o debate sobre os impactos diferenciados na vida das mulheres. Primeiro, é preciso ver que a mineração não vem sozinha, é acompanhada de um conjunto de outros elementos, uma vez que combina negócios para dinamizar transações, transacionar espaços jurídicos, constituir setores legais, ampliar seu poder junto aos municípios e às políticas públicas. Essencialmente, exige uma alargada e potente infraestrutura: estradas, ferrovias, barragens, linhas, portos, entre outros.

Como parte essencial de geração de capitais e alimentação desenfreada do capitalismo quase em colapso, a mineração é feita de forma agressiva à natureza por meio de um processo de extração da matéria-prima, também chamado de primarização da natureza e de acumulação primitiva,

por necessidade do próprio capitalismo de alimentar a concentração de riquezas, numa lógica selvagem (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

Essa lógica requer o que é mais precioso para os povos tradicionais e particularmente para as mulheres dessas comunidades, em razão do papel particular que elas têm nessa organização social capitalista-patriarcal: o cuidado. Com isso, o capitalismo exige matéria-prima, nossas terras e territórios, nossas florestas, nossas águas, nossos rios, igarapés, açaçais e tantas outras riquezas e sabedorias.

A mineração é tão potente e cruel que, para que ela exista, territórios, cidades, precisam deixar de existir. Populações indígenas (povo Akrátikatêjê, Awaeté Parakanã) e ribeirinhas foram deslocadas de suas origens. Jatobal, Jacundá, Prainha, Altamira, Ipixuna, Bagagem e Tauiri foram literalmente inundadas pelo lago de Tucuruí, para dar lugar à hidrelétrica de Tucuruí. As barragens são parte da estrutura requerida pela grande mineração e pelo agronegócio. Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) afirmam que mais de 23 mil pessoas foram desalojadas por causa da hidrelétrica.

Sendo assim, novas cidades foram criadas, forjadas pela necessidade da garantia da funcionalidade da mineração, constituídas por outros deslocados de suas origens. Migrantes, muitos na condição de excluídos de espaços de concentração de pobreza, incentivados por discursos muito vagos, que se repetem para que o povo os assimile e não veja os desastres sociais e ambientais trazidos por esse processo. Arriscar a sorte, melhorar de vida, buscar oportunidades, emprego, terra etc. compõem parte das narrativas locais, que explicam a vinda para a região.

No sudeste do Pará, vimos a criação das cidades de Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas, Canaã dos Carajás diretamente vinculadas à rota da mineração. No sul e sudeste do Pará, vemos que a acumulação de riqueza e destruição da natureza andam juntas. Empreendedores e oportunistas do ramo da mineração e do agronegócio que não residem na região, monitoram, gerenciam, administram grandes negócios e não sentem no corpo o inferno que isso se tornou. A violência cotidiana, o aumento da pobreza e o crescimento da população de rua nos principais centros urbanos, com número expressivo de mulheres e negros vítimas do alcoolismo e da dependência química, pintam a aquarela social da região.

138

Nessa grande fronteira, as mulheres possuem papéis determinantes na materialidade da sobrevivência, imediatamente ligada à defesa dos territórios, o que destaca para nós a importância do conceito corpo-território, que evidencia “(...) vivências, senti-pensamentos, cosmogonias e olhares de mulheres afro-indígenas” (Seabra, 2021, p. 53). A autora afirma também a perspectiva analítica dessa categoria:

[...] o corpo-território permite assumir o corpo como uma escala, primeiro território a plasmar opressões e resistências multiescalares. Ele põe ao centro a relação íntima e dialética entre corpos, territórios e comunidades nas vidas de mulheres de Abya Yala, com abordagens de elaboração de conhecimento que se afastam da pretensa neutralidade e da separação entre teoria e prática e embasam propostas cartográficas, como as cartografias e mapeamentos do corpo-território, evidenciando as marcas, dores, alegrias, memórias e insubmissões “encarnadas”. (Seabra, 2021, p. 53)

No sudeste do Pará, região de Carajás, são as mulheres que sustentam a permanência e resistência nos territórios, ao lado das crianças. Estamos falando dos acampamentos e assentamentos. São elas que se ocupam das cozinhas, das casas, dos cuidados cotidianos, da família e da comunidade. Presentes na produção de alimentos, feiras, cultivos de ervas medicinais, hortas, remédios caseiros, chás, banhos, benzimentos etc.

Nesse modelo do capital de produção e acumulação de riqueza, com jornadas de trabalho exaustivas, além de estarem mais vulneráveis a tudo, às mulheres cabe a informalidade. São elas que ocupam os postos de menor remuneração. Trabalham como sacoleiras (Avon, Natura, Jequiti, Mary Kay, roupas, lençóis etc.), estão destinadas ao mundo do subemprego sem carteira assinada e com sobrecarga de trabalho. Costumam dizer que em casa “são as últimas que se deitam e as primeiras que se levantam.”

139

É na observação da vida imediata que constatamos que é a mulher quem mais sente a falta e/ou a contaminação da água. É a primeira que sofre com a ausência de um posto de saúde ou com a fila do hospital sucateado e superlotado. Entre as violações, está a escassez de recursos públicos para atender suas especificidades.

Cabe mencionar que frente a um despejo judicial de acampamento, são elas e as crianças as mais impactadas, sem ter para onde ir. Em especial, quando há contaminação ambiental, seja pela pulverização de produtos químicos de sobrevoos para o agronegócio, seja pela poluição com a poeira da mineração, que causa doenças respiratórias, além da contaminação das águas e dos peixes.

Nas cidades do Corredor de Ferro Carajás, a falta de política de saneamento básico, políticas efetivas de saúde e

hospitais com capacidade para atender a população são elementos que afetam primeiramente as mulheres. No Hospital Materno Infantil de Marabá, há um número significativo de denúncias de violência obstétrica e corpos de crianças encontrados em sacos de lixo. Existe relatório do Conselho Estadual de Medicina fazendo recomendações às autoridades locais sobre essas violações de direitos. Também há várias denúncias no Ministério Público arquivadas, são dezenas de processos contra a instituição. Soma-se a isso a violência contra a mulher, os feminicídios, a violência sexual, o estupro e o abuso sexual envolvendo vulneráveis.

Em Marabá, o bairro Alzira Mutran, também conhecido por Km 07, é uma grande periferia atravessada pela ferrovia Carajás, servindo apenas de caminho para passagem do ferro. Seu território é vizinho das terras consideradas federais onde se instalaram os quartéis de Marabá durante a ditadura militar. A pobreza que se estende pela região deu origem a dois bairros relativamente novos, Coca e Fanta, nomes dados pela população, por estarem situados atrás das fábricas de refrigerante. Nesses três bairros, as consequências da ferrovia são inúmeras. A sirene pavorosa da ronda policial ecoa todos os dias, porque são considerados lugares de “delinquentes”. A primeira marca estampada é a extrema pobreza: como pode haver pobreza no lugar do desenvolvimento? No imaginário social, o bairro Coca é um lugar perigoso. No Km 07, moradores reclamam que suas casas apresentam rachaduras nas paredes, fato atribuído à passagem do trem de carga e trem de passageiros, cujo barulho é ouvido duas vezes por dia. O tal desenvolvimento trouxe ainda o mau cheiro do frigorífico, que exala por toda a cidade de Marabá, principalmente à noite.

O documentário *Mulheres e mineração: vidas cortadas pela ferrovia*, produzido por Thyago Cruz e Kezia Vieira (2016), mostra relatos de doze mulheres moradoras do bairro Alzira Mutran/Km 07. Elas sentem suas casas invadidas e vivem sem privacidade, se sentindo vigiadas dia e noite. Não satisfeitos, os donos do capital decidem intensificar a exploração e promovem a duplicação da ferrovia. Com isso, aumentam também os efeitos maléficos em curso: o barulho, a trepidação nas residências, rachaduras das casas e a preocupação com a segurança dos filhos, por conta de acidentes nos trilhos.

As mulheres passam a ter suas vidas planejadas a partir dos horários da passagem dos trens. Daí, as incertezas, as angústias, as visitas a qualquer hora de funcionários da mineradora. Um futuro incerto. Uma moradora afirma: “Essa empresa, Vale, não respeita ninguém, não, porque é uma empresa sem palavra, ela não cumpre a palavra dela. [...] Só palavras mentirosas, porque a Vale não tem palavra. Ela quer a negociação dela do jeito dela, não é do morador.”²

A entrada da mineradora, de forma autoritária e sem diálogo nas diversas áreas urbanas e do campo, é assegurada pelo poder econômico, jurídico e simbólico; sem consulta, as decisões são tomadas de cima para baixo. A mesma moradora afirma: “já teve morte de criança aqui nessa ferrovia.” E a apatia da empresa com os moradores se expressa de diversas maneiras. Outra moradora, reportando-se ao atropelamento da criança, diz: “A Vale fez o quê? A única coisa que ela deu foi pagar o caixão e um cafezinho pro povo no velório.” Nota-se a discriminação das pessoas humildes de bairros

2. Fragmento do documentário *Mulheres e mineração: vidas cortadas pela ferrovia*, produzido por Thyago Cruz e Kezia Vieira (2016), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4AQQUO6eEd4>.

periféricos, quando a empresa ignora a população habitante das áreas de seu interesse. Dona Maria de Sena diz: “é como se a gente não valesse nada.”³

A lógica da ação colonial é brutal, assassina, porque escolhe qual corpo deve viver e qual não deve viver. Assim foi com milhares de etnias indígenas na América Latina e no Brasil, assim foi com as centenas de etnias africanas jogadas nos tumbeiros que atravessaram o Atlântico Sul rumo ao Brasil (Alencastro, 2000). Foi aqui que o estado colonial brasileiro, dirigido pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso e Almir Gabriel, mobilizado pela grande mineração e pelo agronegócio, executou dezenove corpos pretos sem terras, em minutos, num final de tarde. Crime cometido contra trabalhadores rurais sem terra do MST (Movimento Sem Terra), conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido na Curva do S em 17 de abril de 1996. Não importava apelos, lágrimas, dores, gritos de mulheres e crianças que presenciaram tal cena criminosa.

Enquanto escrevemos este capítulo de livro, anúncios são compartilhados com notícias de que mais corpos são assassinados e baleados; são indígenas no Pará, quilombolas na Bahia e no Maranhão, sem-terras em Pernambuco, outras guerras se espriam. Nas favelas brasileiras, dezenas de pretos caem mirados pelas balas daqueles que “higienizam” o país, enquanto o trem da Vale mata corpos ao atravessar o território.

Moradores se tornaram prisioneiros nas suas próprias casas quando a empresa decidiu realizar a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (2012) e passou a construir um viaduto

3. Depoimento para o documentário *Mulheres e mineração: vidas cortadas pela ferrovia*, produzido por Thyago Cruz e Kezia Vieira (2016).

e um muro para isolar as pessoas, que ficam sem acesso para sair das suas casas. A leitura antipatriarcal e anticapitalista se expressa na narrativa das mulheres quando percebem que as condições se agravam mais. Nas palavras de Irani: “Aqui é um inferno. Mulher aqui não tem vez pra nada.” Os filhos ficam vulneráveis a sofrer acidentes, expostos a doenças por causa da poeira, e a empresa não dá assistência, nem quando o Ministério Público é acionado.

Pras mulheres, elas são impactadas em tudo: barulho, a preocupação com as crianças, na sua casa, no seu lazer, que você não tem sua casa mais, não existe nada. [...] A gente trabalha, [...] mas quando você chega em casa, não descansa, [...] você não tem essa paz. [...] Seu corpo está descansado, mas a sua cabeça, a sua mente nunca descansa. [...] Aqui é um inferno pra tudo. Mulher é sempre assim, ela cuida da casa, cuida dos filhos, preocupação com a casa, preocupação com os filhos e não tem descanso, por causa do barulho. [...] Mulher aqui não tem vez pra nada.⁴

143

Em Parauapebas, moradoras/es da cidade da sede da mineradora Vale S.A. reclamam do barulho do trem, assim como na comunidade Palmares, na Vila do Assentamento Palmares II. Há reivindicações por conta das rachaduras das casas e do inferno que a mineração faz da vida das famílias assentadas naquele território camponês, envolvendo a poeira do grande canteiro de obras; o barulho das máquinas; as implosões e as pressões da empresa. A juventude cobra a geração de emprego e renda para as pessoas do lugar.

4. Depoimento para o documentário *Mulheres e mineração: vidas cortadas pela ferrovia*, produzido por Thyago Cruz e Kezia Vieira (2016).

Os principais municípios da região de Carajás, no sudeste do Pará, justo onde mais se arrecada CFEM, apresentam altos índices de pobreza; contraditoriamente, as riquezas dos territórios são arrancadas e seguem para fora. Pesquisa realizada no âmbito do Projeto Mulheres Amazônicas (2020) pelo INESC, em parceria com a UNIFESSPA/FECAM-PO e a CPT,⁵ revela que, em Canaã dos Carajás e Marabá, 42% da população está na linha da extrema pobreza ou da pobreza. Mesmo apontando redução, ainda há 28 mil pessoas pobres e 24% na linha da pobreza. Em Parauapebas, o número de pessoas vivendo com até R\$ 70 por mês chega a 49 mil. Nas três cidades, ainda é difícil o acesso à educação, água, saneamento etc. (Bezerra e Alves, 2021).

O caso do Maranhão: Comunidade Piquiá de Baixo e Quilombo Santa Rosa dos Pretos

“Terra, meu corpo. Água, meu sangue. Vento, meu alento. Fogo, meu coração”. Esse é o trecho de uma música cantada pela Educadora Popular e integrante do Movimento Sem Terra, Luciana Melo, durante a quinta sessão do curso de extensão “Mulheres em defesa do território-corpo-terra”. A canção sintetiza uma série de relatos compartilhados por mulheres moradoras de comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e centros urbanos atravessados pelo corredor de ferro da Vale S.A.

5. INESC/UNIFESSPA/CPT. Informativo Corpos-Territórios no enfrentamento às violências econômico-financeiras causadas pela mineração. Mulheres Amazônicas, Março/2022. Disponível em: <https://inesc.org.br>.

As dinâmicas instaladas em muitos territórios da Amazônia trazem, ao mesmo tempo, a falsa ideia de que estamos em uma região de “desenvolvimento” e de intensos conflitos e violações materializados principalmente nos corpos de grupos sociais mais vulneráveis. No Maranhão, isso se dá mediante violações dos seguintes direitos, somente para exemplificar:

[...] o direito a uma alimentação adequada; o direito à água e ao saneamento básico; o direito à saúde; o direito à moradia; o direito ao trabalho; o direito de não ser privado dos meios de subsistência; o direito de participar da vida cultural; o direito de participar de assuntos públicos; o direito à liberdade e à segurança individual; o direito ao livre acesso à informação; o direito de ir e vir; e o direito a um meio ambiente saudável. (Justiça Nos Trilhos, 2020, p. 6)

145

Além da mineração de ferro, que gera conflitos muito profundos, há a preocupação com o avanço de outros grandes projetos, como a siderurgia, o agronegócio, os projetos de energia etc. Esses novos projetos se conectam e se utilizam das estruturas do corredor de ferro Carajás para intensificar os impactos que já são sentidos desde a década de 1970.

Contra esses impactos e em defesa da vida e da natureza, muitas comunidades do Maranhão resistem e se organizam para denunciar a mineradora Vale S.A., empresas de siderurgia, produtoras de cimento, produtores de soja, dentre outros atores que afetam negativamente os corpos-territórios, especialmente de mulheres.

Um exemplo dessa resistência é a comunidade Piquiá de Baixo, localizada no município de Açailândia, a aproximadamente 600 quilômetros da capital do estado, São Luís.

Açailândia aparece nas buscas por pesquisas na internet como uma das cidades da Amazônia brasileira inserida na região de planejamento de Carajás. Trata-se de uma das regiões “estratégicas” — entres aspas por ser uma expressão empresarial, que coloca o município em um lugar de progresso e desenvolvimento cheio de indústrias que são abastecidas pela Estrada de Ferro Carajás e que servem à mineração — para o escoamento de minério de ferro que sai da Floresta de Carajás.

Contrariando a narrativa empresarial que prega o desenvolvimento, o município de Açailândia, como muitos cortados pelo corredor de ferro da Vale S.A., apresenta médio ou baixo índice de desenvolvimento humano e altos números de violência. Com um total de 111.757 habitantes (IBGE, 2018), Açailândia é também cortada pela Ferrovia Norte-Sul e pelas rodovias federais BR-222 e BR-010, um lugar de fronteiras.

146

A maior parte das indústrias que se instalaram no município foram para o território de Piquiá de Baixo, onde já viviam famílias que se sustentavam da agricultura e da pesca, essencialmente. Nessa época, eram abundantes as águas, a floresta, a presença de animais etc. Mas hoje essas naturezas se encontram contaminadas após décadas de atuação de cinco siderúrgicas. Durante as últimas três décadas, cerca de 1.100 pessoas sofrem diariamente com a passagem do trem da Vale S.A. e com a produção de ferro-gusa, a produção de cimento e de energia termoeleétrica.

Tais impactos ocasionaram uma luta internacional por moradia digna em Piquiá de Baixo e pela responsabilização empresarial. A comunidade decidiu reivindicar um novo local para viver, longe da poluição, especialmente provocada pelo setor de siderurgia. Depois de mais de dez anos atuando para que essa reivindicação seja atendida, atualmente a

comunidade anseia mudar-se para um novo bairro chamado Piquiá da Conquista, fruto de suas lutas e participação popular.

Um segundo exemplo de resistência aos impactos da mineração no Maranhão é o quilombo Santa Rosa dos Pretos, que está localizado na área rural de Itapecuru Mirim, no norte do Maranhão. Com mais de trezentos anos, é conhecido pela luta contra a implantação de grandes projetos, como a duplicação da rodovia BR-135, a instalação de linhas de energia e contra o seu próprio apagamento. A espiritualidade e a cultura de matriz africana alicerçam as vivências das moradoras e dos moradores do quilombo, que se tornou referência política de luta para as dezenas de comunidades situadas no corredor de ferro ao longo do estado do Maranhão.

A Vale S.A. está presente em ambas as comunidades há mais de trinta anos, com uma ferrovia de 892 quilômetros e que foi duplicada em 2017 para atender as demandas de extração do Projeto S11-D. São 330 vagões cheios de minério de ferro que passam pelas comunidades de Piquiá de Baixo e Santa Rosa dos Pretos todos os dias, ininterruptamente. Com o vai e vem do trem, a mineradora acaba contaminando e assoreando rios e igarapés, poluindo o ar, desmatando florestas, atropelando e matando pessoas e animais, rachando casas, dentre outros problemas graves.

As mulheres são as mais afetadas. São elas que precisam se deslocar distâncias cada vez maiores em busca de água, providenciar alimentação para a família, cuidar das pessoas doentes, dar conta dos serviços domésticos. No caso de Piquiá de Baixo, a produção de ferro-gusa leva para as residências um pó preto que atinge os imóveis, móveis e as pessoas. Podemos afirmar que, nessas comunidades afetadas por grandes

projetos de mineração, as mulheres gastam mais tempo com o cuidado.

Tanto em Piquiá quanto em Santa Rosa, são também as mulheres que estão à frente da luta contra as violações dos direitos humanos e da natureza provocadas pelas empresas. De acordo com relatório publicado pela Associação Justiça nos Trilhos, em 2020, nem o Estado, nem as empresas envolvidas em casos de violações cumprem com os Princípios Orientadores para os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

O enfrentamento à mineração no estado do Maranhão está muito além dos exemplos mencionados aqui, mas certamente são inspiradores e emblemáticos para tal discussão. Nesse nosso relato, não damos conta de esgotar o tema, tampouco representar todas as comunidades. Por isso, nosso desafio é dar visibilidade e apoiar as lutas coletivas em defesa da vida, do bem comum, da natureza, da cultura e da memória. A ciência pode caminhar ao lado do conhecimento construído por essas comunidades com base na ancestralidade, tendo as mulheres como protagonistas. Deixamos abertos os caminhos para novos diálogos e partilha de saberes.

148

Lutas coletivas como estratégias de enfrentamento à mineração

A dimensão do cuidado atribuído às mulheres é fundamental como elemento de resistência. A escolha pela coletividade vem de muito longe na história das comunidades tradicionais, mas se torna, hoje, um imperativo sob pena de extinção. As formas de resistência são diversas, desde acolhimento, doações e trocas de alimentos, remédios, formação de grupos,

reuniões, encontros, estudos, seminários até manifestações, protestos, denúncias e criação de associações.

Diante disso tudo, é preciso pensar a CFEM para garantir direitos a um povo periférico que está sendo expulso de seus territórios por uma economia que suga, extrai e gera lucros para quem vem de fora ou está fora. Para além disso, é preciso acreditar nos modos de vida que respeitam a Terra como a nossa mãe, como uma mulher.

A mineração, na forma como é realizada na Amazônia, é o símbolo da morte. A terra, de onde se minera, é um ser feminino. Por isso, para as mulheres quilombolas, estamos passando pelo estupro da terra, uma violência que precisa ser interrompida. E, mais que isso, um crime que precisa de punição. Enquanto não entendermos que a floresta, na sua perspectiva feminista, pode nos salvar, estaremos longe de sermos considerados filhos e filhas da Terra.

149

Referências

- ALENCASTRO, L. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- BEZERRA, R.; ALVES, A.M.N. Dificuldades territoriais em tempos de crise pandêmica. In: OLIVEIRA, Tatiana (org.) *Ecofeminismo, mineração e economias populares*. Brasília: INESC, 2021, p. 88-127.
- BARROSO, M. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. *Argum.*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 89-102, jan./abr. 2017. DOI. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i1.14401>.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. 1971.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONÇALVES, R.J. de A.F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 15 (29), 2017, p. 38-55. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prol-am.2016.133593>.
- HERNÁNDEZ, D.; JIMÉNEZ, M. *Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latino-americana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Primera edición. Quito-Ecuador/México: Ediciones Abya-Yala/Bajo Tierra Ediciones, 2020.

- INESC/UNIFESSPA/FECAMPO/ CPT. *Mulheres amazônidas: violências de Gênero em Contextos de Exploração Mineral: O caso do sudeste do Pará*. Informativo n. 2, 2023. Disponível em: www.inesc.org.br.
- MPPA/GEDHA. Nota Técnica n. 001/2023 – GEDHA/DPGE/CEAF/MPPA, de 18 de agosto de 2023.
- JUSTIÇA NOS TRILHOS. *Derechos Humanos e Empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero*. Açailândia – MA. Fevereiro de 2020. Disponível em: www.justicanostrilhos.org.
- JUSTIÇA NOS TRILHOS. *Derechos Humanos y Empresas: la Vale S.A. y las estrategias de dominación, violaciones y conflictos que incluyen territorios, agua, raza y género*. Disponível em: https://justicanostrilhos.org/wp-Relat%20JnT_ESPANHOL_para-divulgacao-9638444.pdf. Acesso em: 8 fev. 2020.
- MALHEIRO, B. P.; MICHELOTTI, F.; PORTO-GONÇALVES, C. W. *Horizontes Amazônicos*. Para pensar o Brasil e o mundo. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2021. Disponível em: <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Horizontes-amazonicos-com-capa.pdf>.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- NACIONES UNIDAS. *Principios rectores sobre las empresas y los derechos humanos*. Nova York e Genebra, 2011.
- PIZARRO, A. *Amazônia: as vozes do rio*. Imaginário e Modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012
- SANT'ANA JÚNIOR, H.; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mina-Ferrovia-Porto: no “fim da linha”, uma cidade em questão. In: ZHOURI, Andrea (org.) R. Oliveira *et al. Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: Iguana/ABA, 2018, pp. 255-303.
- SEABRA, J. E. Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas: reflexões sobre formas de (r)existir e viver a partir dos territórios de Abya Yala. In: OLIVEIRA, T. (org.) *Ecofeminismo, mineração e economias populares*. Brasília: INESC, 2021, pp.32-60.

Documentário

Mulheres e Mineração: vidas cortadas pela ferrovia. Vídeo Documentário. Produção de Thiago Martins Cruz e Kézia Vieira. Marabá-Pará, 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4AQQUO6eEd4>

**Mulheres atingidas pelo
crime da Samarco: o caso
da região do Médio Rio
Doce em Minas Gerais**

Camilla Laranjeira Brito



COM BASE EM UM ESTUDO REALIZADO NA REGIÃO DO MÉDIO Rio Doce, compreendida entre os municípios de Ipatinga e Aimorés, em Minas Gerais, buscou-se identificar as violações de direitos sofridas pelas mulheres em decorrência do crime de rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco, em 2015, na cidade de Mariana. Tal rompimento causou a morte de dezenove pessoas e atingiu mais de quarenta municípios e 1,5 milhões de pessoas. Foram 675 quilômetros de rios afetados, sendo o maior deles o rio Doce, com lama chegando até a costa do Espírito Santo. Focado nos municípios Caratinga, Bom Jesus do Galho, Ipaba, Belo Oriente, Naque, Periquito, Governador Valadares, Conselheiro Pena, Resplendor e Itueta, o estudo analisou a relação dessas violações com as questões de gênero, raça e classe social a partir de depoimentos das mulheres atingidas.

O crime de rompimento da barragem de rejeitos de mineração na cidade de Mariana é resultado da exploração da indústria extrativa, neste caso, exploração realizada pela Samarco, empresa controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton. Nas páginas seguintes, serão analisadas as relações da prática extrativista com o racismo ambiental e com o conceito de “zonas de sacrifício”, que intensifica as desigualdades dos territórios e das populações que ali vivem.

Extração de minério e o caso de Mariana

A partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, a natureza passou a ser percebida e utilizada como matéria-prima, tendo valor apenas como recurso destinado ao crescimento econômico. Esse modelo viola os limites da natureza, provoca escassez, gera conflitos e desigualdade de classe, raça e gênero (Shiva, 2000). A indústria extrativa faz a extração de recursos naturais dos países periféricos para exportação, voltada para suprir o bem-estar dos países centrais. É, portanto, um mecanismo de saque colonial¹ e neocolonial² de riquezas que se aprimorou ao longo dos anos aprofundando a exploração. O Estado possui papel fundamental ao emitir as autorizações relacionadas aos impactos ambientais e sociais para a realização das atividades de extração. Diante desse cenário que promete progresso, mas a realidade acarreta em diversos impactos, o enfrentamento civil se inicia e se torna cada vez mais complexo com o tempo (Acosta, 2016).

154

Ao longo da história, percebemos uma padronização dos locais onde ocorrem os maiores impactos das ações da indústria extrativa: onde vivem populações não brancas, tradicionais e vulnerabilizadas. Esses territórios são chamados de “zonas de sacrifício”, ou seja, são escolhidos pelas empresas e pelo Estado numa lógica racista e predatória para serem explorados e degradados, para suprir as necessidades da lógica do desenvolvimento (Viégas, 2013). Essa hierarquização dos territórios, que é socialmente construída, justificaria

-
1. Prática mercantilista de exploração de riqueza das américas comum entre os séculos XV e XVIII.
 2. Prática capitalista de exploração dos territórios a partir da Revolução Industrial.

violações de direitos básicos, menor proteção social, menos infraestrutura e desrespeito às tradições e costumes. Esse mecanismo é chamado de Racismo Ambiental, conceito que expõe a característica estrutural do racismo, pois não se trata apenas de um preconceito individual, mas um sistema perverso que pauta a realidade (Herculano; Pacheco, 2006; Almeida, 2018).

Embora exista um discurso de desenvolvimento econômico, a mineração é um exemplo de produção extrativista que produz o efeito contrário. No caso do Brasil, segundo o relatório do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) 2021, o país é um dos maiores produtores mundiais de minério, com destaque para os estados do Pará e Minas Gerais, onde aconteceram os dois grandes crimes socioambientais de Mariana e de Brumadinho, resultado da exploração mineral predatória.

O rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco, empresa controlada pela Vale S.A. e BHP Billiton, ocorreu dia 5 de novembro de 2015, na cidade de Mariana. Segundo o diagnóstico da Lactec,³ foram 44,5 milhões de m³ de rejeitos vazados, causando a morte de dezenove pessoas e um aborto provocado. Atingiu mais de quarenta municípios e 1,5 milhões de pessoas. Foram 675 quilômetros de rios afetados, o maior deles o rio Doce. Não foi apenas uma tragédia, desastre ou acidente. A mineradora sabia que ia romper, tornando o fato um crime, assim classificado pela Polícia Federal e Polícia Civil de Minas Gerais.

Em março de 2016, foi assinado o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Nele, está previsto todo o

3. Empresa contratada a partir do Termo de Ajuste Preliminar (TAP), em fevereiro de 2017, para assessorar as instituições de justiça elaborando relatórios de avaliação dos impactos do rompimento.

processo da reparação dos danos ambientais e sociais a partir de 42 programas; a constituição de uma entidade sem fins lucrativos, que fica responsável pela execução dos programas, mais tarde nomeada como Fundação Renova; a criação das instâncias de acompanhamento e fiscalização do Estado de todo o processo, sendo elas o Comitê Interfederativo (CIF) e dez Câmaras Técnicas (CTs);⁴ e o valor estipulado para custear a reparação de 20 bilhões (TTAC, 2016).

Entretanto, não houve participação do Ministério Público e das famílias atingidas na elaboração do acordo, e esse fator foi determinante para gerar diversas brechas para outras violações de direitos humanos. O CIF não consegue fiscalizar e agir a favor dos interesses públicos porque a Renova funciona atendendo aos interesses de mercado das suas mantenedoras, com atrasos e não atendimento às populações atingidas. Ademais, a dinâmica de reuniões pouco acessíveis e a falta de prazos claros para a participação efetiva, informada e organizada das pessoas atingidas torna o objetivo de reparação cada vez mais distante (Silva; Cayres; Souza, 2019). As empresas responsáveis pelo crime seguem impunes, e os danos não foram reparados integralmente. Persistem muitos dos problemas advindos do vazamento, como o prejuízo à pesca, agricultura, ao comércio, ao abastecimento da água e à moradia. Ou seja, as famílias não tiveram seus direitos assegurados por escolha política da Fundação Renova (Serra, 2021).

Importa ressaltar ainda que o impacto na vida das populações atingidas por esse crime vai muito além do que hoje se consegue mensurar. Um aspecto importante é o da saúde

4. Criadas por meio da deliberação nº 07/2016 posterior à assinatura do acordo.

que, de forma geral, piorou na bacia do rio Doce. Houve diminuição da expectativa de vida, e o número de casos de depressão é cinco vezes maior que a média nacional. Problemas relacionados à toxicidade do rejeito, aumento exorbitante dos casos de chikungunya, febre amarela e febre maculosa, entre outros. Apesar das pesquisas e denúncias, todavia, a empresa afirma não haver nexos causais entre os problemas de saúde e o rompimento, muitas vezes tratando ações em torno do tema em caráter compensatório⁵ e não reparatório.⁶

Cabe destacar que tivemos a repetição do crime de proporção semelhante: o rompimento da barragem B1 na mina Córrego do Feijão, de propriedade da Vale S.A., no município de Brumadinho, em Minas Gerais, no dia 25 de janeiro de 2019. Foram 272 mortes provocadas pelos mais de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos que atingiram o rio Paraopeba e 25 municípios (Conectas, 2020). Não obstante, apenas dois anos depois, a Vale dobrou o seu valor de mercado e tem batido recordes históricos de lucro que são destinados a seus acionistas. Ou seja, rompimentos de barragens têm sido um negócio lucrativo para a empresa (Rivas, 2021).

Nesse contexto, há crescentes estudos e trabalhos de movimentos sociais, mencionados ao longo deste texto, que revelam os impactos diferenciados na vida das mulheres, decorrentes do sistema patriarcal racista e a consequente exploração dos corpos femininos e feminizados, em particular os negros e negras.

5. Quando não há possibilidade de reparação de um dano, a empresa compensa ou tenta compensar com uma ação que não tem relação direta com esse dano.

6. Quando a ação é no intuito de reparar diretamente o dano provocado.

Saffioti (2013), por exemplo, explica a relação estrutural entre gênero, raça e classe no aprofundamento do patriarcado⁷ pela sociedade capitalista. Com o objetivo de exploração máxima das mulheres para obter mais lucros, criam relações sociais de inferiorização da mulher, relegando a um papel subalterno, expressa das mais diversas formas. Essas são problemáticas presentes no cenário da mineração e seus impactos, por se tratar de um “braço” do capitalismo diretamente no território e onde muitas mulheres não são vistas como sujeitas de direito. Em se tratando de mulheres negras, muitos aspectos são agravados pelas consequências de séculos de escravização que levaram a negritude a locais marginalizados, sem amparo social, retirando direitos, e colocando-as em papéis de servidão, num movimento naturalizado socialmente (Davis, 2016).

Em 2015, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) divulgou o Dossiê das Mulheres Atingidas em que, por meio do trabalho com as Arpilleras,⁸ as mulheres atingidas pela construção de barragens de vários estados brasileiros denunciaram as graves violações de direitos humanos sofridas: a falta de reconhecimento do trabalho e renda, aumento de violência, prostituição, assédio sexual e consumo de álcool e drogas, a falta de reconhecimento das mulheres como sujeitas de direito e a negação de sua participação política.

7. Sistema de opressão, violência e discriminação contra as mulheres construído historicamente e utilizado pelo capitalismo como forma de dominação dos corpos femininos.

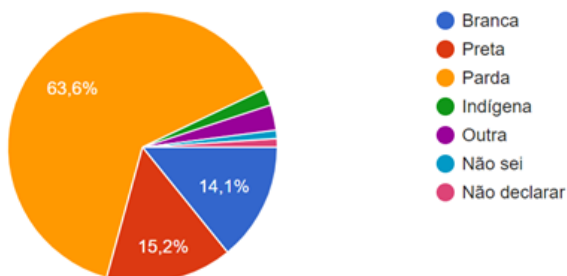
8. Técnica chilena de bordado como meio de sobrevivência e também de resistência.

Quem são as mulheres atingidas no Médio Rio Doce? Quais os impactos desse crime?

Para identificar quem são as mulheres, como foram atingidas e como tem sido o processo de reparação do crime da Samarco, 99 mulheres responderam um questionário elaborado para esse estudo. Elas têm entre 21 e 78 anos, e são moradoras de dezesseis localidades: Ilha do Rio Doce (Caratinga), Revés do Belém (Bom Jesus do Galho), Ipaba, Perpétuo Socorro (Belo Oriente), Naque, Periquito, Pedra Corrida (Periquito), Governador Valadares, Ilha Brava (Governador Valadares), Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta, e quatro comunidades de Itueta: Monte Cristo, Córrego Jequitibá, Quatituba e Vila Neitzel. A maioria é mãe, também são avós, com diversas configurações de família, algumas nunca estiveram em espaços formais de ensino, outras precisaram parar de estudar cedo pela necessidade de trabalhar. São mulheres com fé e muita esperança. Abaixo segue o gráfico com a autodeclaração de cor/raça das mulheres atingidas.

159

Gráfico 1: Mulheres atingidas por cor/raça.



Fonte: Elaboração da autora.

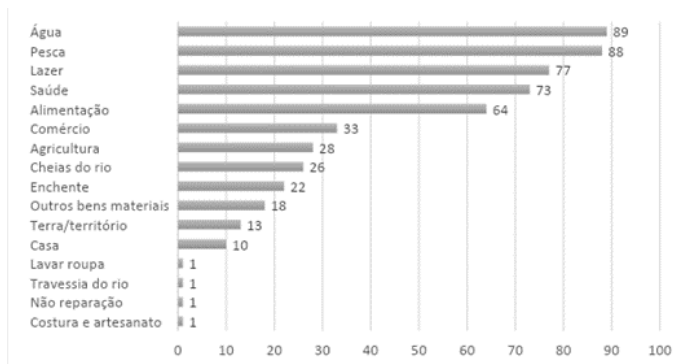
Considerando a definição de negritude da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) que considera pretas e

pardas como pessoas negras, podemos afirmar que a maioria das mulheres, 78,8%, são negras (Gráfico 1). Tendo esses dados em mãos, podemos confirmar a existência do racismo ambiental, ou seja, como as pessoas negras são mais afetadas por crimes socioambientais (Herculano; Pacheco, 2006; Almeida, 2018).

Em torno do que significa ter sido atingida, a maioria das entrevistadas falou sobre os sentimentos: desespero, decepção, humilhação, preocupação, raiva e tristeza. Também citaram violações de direitos, as perdas e impactos nos vários aspectos da vida, inclusive em seus sonhos e liberdades. Também apontaram a perspectiva de luta permanente e resistência. O conceito de mulheres atingidas vem sendo trabalhado dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a partir do reconhecimento dos impactos diferenciados e da necessidade de fortalecer a atuação das mulheres atingidas dentro e fora do movimento, com a criação de coletivos de mulheres, e em articulações mais amplas de mulheres atingidas por megaprojetos (Furtado; Andriolli, 2021).

160

Gráfico 2: Impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão às mulheres atingidas.



Fonte: Elaboração da autora.

Como indica o Gráfico 2, o impacto sobre a água foi o que mais afetou a vida das mulheres. Em muitos locais, o abastecimento era total ou parcialmente vindo do rio Doce; após o rompimento, ficaram dias e até meses sem água. Atualmente, as comunidades continuam sendo abastecidas pela água “tratada” do rio Doce. Muitas não confiam na qualidade, seja pelo cheiro, textura e até cor, seja pelos problemas de saúde desencadeados, o que leva ao prejuízo por terem que comprar água para o consumo.

A água parece que ‘tá’ pesada, não parece aquela coisa fresquinha, parece que tem um monte de ‘trem’ misturado, colocaram muito cloro, o povo atingido não ‘tá’ vivendo, ‘tá’ vegetando. Imagina o tanto de problema de saúde que vai ter ‘pra’ frente. (Andrélica E. Rosa, atingida de Itueta, em entrevista concedida à autora em 9 jun. 2022)

161

Algumas mulheres relataram também situações de conflitos em filas para buscar água; ter que buscar em minas muitas vezes distantes e sofrer com o peso ou ter que pagar alguém para buscar. Enfrentam a insegurança cotidiana de não saber se podem contar com a água, o racionamento para atender a todas as demandas domésticas e os prejuízos com utensílios como vela de filtro, chuveiro e até caixa d’água, que entopem pelo acúmulo de rejeitos. Essas denúncias refletem uma sobrecarga de trabalho para as mulheres e efeitos psicológicos da responsabilização por garantir água de qualidade para suas famílias.

No caso da renda, há uma diminuição do número de pessoas na família que passaram a contribuir com a renda após o rompimento. Isso porque muitas pessoas utilizavam o rio como fonte de renda, e deixaram de trabalhar quando

ele foi contaminado. Aline Ramos, atingida de Periquito, conta: “A diferença era que sempre tínhamos condições de ter dinheiro toda semana, pois a fonte de renda era constante e dependia apenas de mim mesma.”

Como mostra o Gráfico 3, muitas mulheres passaram a depender do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE)⁹ para sobreviver, pois não têm outra fonte de renda, além das que também solicitaram, mas nem chegaram a conquistar esse direito. Outras tantas buscaram apoio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e outros programas do governo. As demais passaram a depender financeiramente do marido ou companheiro. Todas essas situações revelam graves perdas de autonomia financeira das mulheres e uma maior pressão para garantir as necessidades de suas famílias.

Gráfico 3: A dependência financeira das mulheres após o rompimento.

162



Fonte: Elaboração da autora.

O rio Doce também era a única fonte de lazer em muitas comunidades por ele banhadas. As atingidas relataram

9. Auxílio mensal pago pela Fundação Renova aos atingidos e atingidas que dependiam do rio para o sustento.

vários momentos com a família e amigos no rio, apontando a importância dele para a manutenção dos laços e mesmo para assegurar a saúde mental da população. Esse aspecto está enraizado no imaginário das mulheres ribeirinhas, e faz parte de uma construção social.

A questão da saúde é um aspecto central no debate sobre a violação de direitos na Bacia do rio Doce e está relacionada com as questões da água, lazer, alimentação e condições objetivas de vida, como local de moradia e saneamento básico. A maioria das mulheres relataram ter tido problemas de saúde físicos (53,5%) e psicológicos (60,6%) que surgiram ou se agravaram após o rompimento.

Quando perguntadas sobre a alimentação, as mulheres relataram uma piora na variedade e disponibilidade de alimentos, principalmente peixes e hortaliças. Além disso, muitas se sentem inseguras com a alimentação por não saber a procedência do que consomem, e outras afirmam ter diminuído a quantidade de comida ou depender de recebimento de doação de cestas básicas. Essas informações evidenciam um grave problema de insegurança alimentar e nutricional nas comunidades atingidas.

Outros impactos importantes, decorrentes de todos estes já mencionados, incluem a perda de vínculos comunitários e a sobrecarga de trabalho doméstico, modificando o cotidiano das mulheres. Por serem mulheres negras, identificamos aqui o resultado da articulação entre racismo e sexismo que violentamente determina esse lugar da servidão como pertencente a essas mulheres (Gonzalez, 1984).

As mulheres da bacia do rio Doce relatam perceber um aumento do uso de álcool e drogas, e, em muitos casos, esse aumento proporciona mais situações de violência doméstica. Entre as entrevistadas, doze afirmaram ter surgido

situações de aumento de uso de drogas em seu núcleo familiar, dezenove relataram abuso do consumo de álcool, e sete delas sofreram situações de violência física e/ou psicológica. A perda de emprego gera sensação de impotência e inferioridade naqueles homens formados sob a ideia de serem “provedores”. Além do aumento do consumo de álcool e drogas, o fato das mulheres começarem a participar das mobilizações também aumenta a violência doméstica. A Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹⁰ realizou um estudo em 2019 sobre a situação das mulheres atingidas a partir dos dados da ouvidoria da Fundação Renova e constatou que 44% das mulheres atingidas sofreram situações de conflitos familiares e violência doméstica. Há ainda aquelas mulheres que solicitaram desmembramento do cadastro, a fim de ter sua reparação separadamente. Algumas mulheres não tiveram sucesso no desmembramento ou enfrentaram muita dificuldade.

164

O processo de reparação das mulheres atingidas: uma análise crítica

O conceito de reparação praticado pela Fundação Renova segue um padrão neoliberal, controlado pelas empresas mantenedoras, com pouca participação de órgãos de Estado, e com o objetivo de não reparar. São elas que definem quem são as atingidas e os atingidos e qual é a forma de reparação, sem a participação das vítimas dos processos decisórios. Existe um esforço pela manutenção da imagem das empresas para fins de mercado, onde imprimem a ideia de uma boa

10. Empresa contratada a partir do Termo de Ajuste Preliminar (TAP), em fevereiro de 2017, para assessorar as instituições de justiça elaborando relatórios sobre o processo de reparação dos danos.

gestão de crises e resolução dos problemas, constituindo uma estratégia empresarial que resulta, por exemplo, na impunidade (Vitti, 2017). Veremos o que isso tem significado para as mulheres.

A maioria das mulheres não são reconhecidas pela Fundação Renova. Existe um padrão machista de reparação que não considera diversas atividades como trabalho, mesmo que contribuam para a economia familiar. Esse tratamento expressa as reflexões feitas por diversas feministas que apresentam o histórico em torno da divisão sexual e racial do trabalho e a invisibilização dos trabalhos das mulheres (Hirata, 1995; Hirata; Kergoat, 2007; Guedes; Araújo, 2011). Assim, os programas da Fundação Renova são genéricos, não consideram a especificidade das mulheres, mesmo que seja cobrado, e muitas sequer participam da entrevista no programa de cadastro. A situação é agravada pela ausência das estruturas do poder público de proteção à mulher no processo. Não há um debate sobre o tema, nem atividades realizadas somente entre mulheres, com horários flexíveis e que considerem a presença de crianças, o que inviabiliza a participação destas (DPES, 2018).

Entre as mulheres entrevistadas, 89,9% realizaram cadastro, porém algumas afirmaram ter sido registradas como dependentes do marido, do ex-marido, do pai e até do filho, mesmo que anteriormente elas tivessem sua própria renda. Uma questão a se considerar é que os programas da Fundação Renova são direcionados aos chefes de família. O Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), por exemplo, que destina recurso mensal às famílias atingidas, sendo em nome majoritariamente de homens, prejudica a autonomia financeira das mulheres, uma vez que a reconstituição da renda familiar ficou concentrada nas mãos deles.

Assim, além de ser extremamente injusto que os valores do AFE e indenizações pagas, até então, não sejam equiparados com a renda anterior ao crime, é simbólico o lugar em que as empresas colocam as mulheres em um momento que já se encontram fragilizadas. É importante lembrar que existe uma desigualdade na posse de bens entre homens e mulheres na América Latina, como por exemplo a terra, mas há principalmente uma falta de interesse que gera falta de dados concretos sobre essa realidade específica (Deere; Leon, 2003). No Brasil, as mulheres têm mais responsabilidades, mas menos direitos, e isso afeta o acesso à reparação, quando esse direito existe (Furtado; Kato; Barros Junior, 2022).

Gráfico 4: Os direitos conquistados pelas mulheres atingidas.



Fonte: Elaboração da autora.

É interessante notar que os dois direitos mais acessados pelas mulheres são indenizações com valor injusto e com a presença da cláusula abusiva de quitação geral. No caso do Programa de Indenização Mediada (PIM) Água, da Fundação Renova, o valor entre R\$ 800 e R\$ 1000,00 foi

destinado a todas as pessoas residentes dos municípios que tiveram o abastecimento de água interrompido em função da chegada do rejeito. Ou seja, uma indenização generalista de valor irrisório, e para receber as pessoas atingidas precisavam assinar um acordo afirmando que estavam quitados os seus prejuízos morais e materiais em torno da água. Em decisão judicial, de 2021, foi determinado o pagamento de R\$ 2 mil por cada dia que o município ficou sem abastecimento e considera o valor do PIM Água um adiantamento (Justiça, 2021). Porém, a Renova recorreu por, segundo ela, esse dano já ter sido quitado.

O Sistema Indenizatório Simplificado, também conhecido por Novel, foi criado em 2020 pela 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, para garantir indenizações individuais para grupos de atingidos que tivessem dificuldade de comprovação dos danos. O mecanismo de pagamento conta com apoio da Fundação Renova e se baseia no cadastro das famílias atingidas para estipular o valor que deve ser pago de acordo com a categoria, variando de R\$ 17 mil a R\$ 567 mil. Porém, o sistema não paga um valor justo, suspendeu o AFE de quem acessou o Novel, as pessoas pagavam 10% de honorários para os advogados, assinavam quitação definitiva dos danos e ainda precisavam desistir de outros processos judiciais no Brasil e no exterior. Diante desses fatos, o Ministério Público denunciou fraudes nas negociações com as comissões de atingidas e atingidos, acordos escusos com advogados e diversas ilegalidades no processo que geraram o pedido de afastamento do então juiz do caso (Andrade; Colodreti, 2021).

Muitas atingidas denunciaram, nas entrevistas, que o Novel apareceu cinco anos após o início do crime e foi anunciado como uma promessa de desfecho rápido. Entretanto,

se aproveitou do desespero da população atingida que estava sem reparação alguma. A Fundação Renova deixou de negociar indenização por meio do PIM Danos Gerais, fator que contribuiu para que o Novel fosse visto como a única alternativa. Elaine Ahnert, atingida do córrego Jequitibá (Itueta), comenta:

Tivemos que aceitar esse Novel pois ficamos cinco anos esperando e nada aconteceu; quando apareceu o Novel, vimos a oportunidade de fazermos alguma coisa, mas foi ilusão, tivemos que dar quitação final que acabou violando nossos direitos. Pois R\$ 94 mil não é nada pelo crime que cometeram, e nunca iremos nos recuperar, perdemos nossa renda, nossa área de lazer, fica só a indignação por um juiz aceitar tal bárbarie. (Em resposta ao questionário *online* em 8 maio 2022)

168

A indignação de muitas mulheres vem do fato desse sistema de indenização ter propagado ainda mais conflito na região, com muitas suspeitas de corrupção. Também pela constatação que beneficia apenas as empresas criminosas na medida em que há uma tentativa de “calar a boca” das famílias atingidas (MAB, 2021). Cabe ressaltar que tudo aconteceu em meio à pandemia de covid-19, prejudicando a clareza das informações e organização ampla, coletiva e presencial das atingidas e atingidos.

Mesmo com as graves violações, para muitas famílias o valor indenizado contribuiu muito, principalmente para quem não havia acessado nenhum direito até então. Essa realidade criou um ambiente de “problema resolvido” com o juiz e advogadas, sendo disseminadas como figuras “heroicas”. Quando perguntadas sobre o papel da justiça no caso rio Doce, 35,4% de mulheres responderam considerar que

o judiciário tem contribuído para a reparação dos danos. Dessas, a maioria usou o Novel como justificativa, mas com ressalvas em relação à suspensão do AFE.

Até 2018, entre as pessoas que acessaram o AFE, 68,51% eram homens, e 31,49%, mulheres. Dos acordos indenizatórios feitos, 62,11% eram por homens e 36,51% por mulheres, segundo a Fundação Renova. Não surpreende o baixo número de mulheres que responderam ter recebido AFE nesse estudo, e tantas mulheres que receberam apenas água por caminhão pipa ou cestas básicas. Entre as mulheres, 95,4% consideram que os direitos que conseguiram acessar até o momento não contemplaram suas perdas.

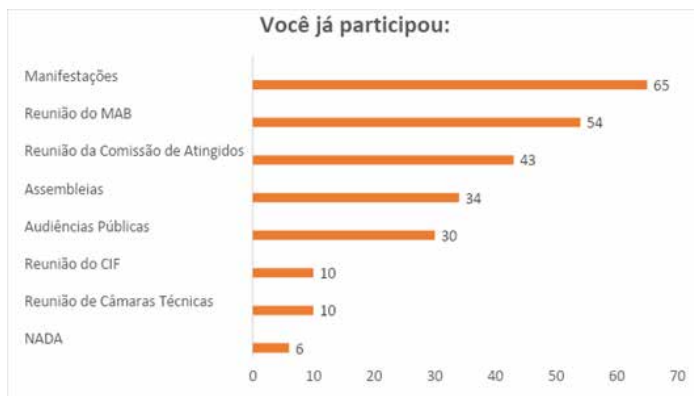
Grande parte das mulheres afirmaram não ter sofrido preconceito de forma individual por parte da Fundação Renova por ser mulher ou pela cor/raça, mas a maioria se sente desrespeitada. Algumas apontaram o machismo e o racismo de forma coletiva: “Porque não querem dar nossos direitos, querem que sejamos dependentes dos homens, e isso não procede”,¹¹ ou como disse Graça Cruz,¹² atingida de Resplendor, “o preconceito que a gente vive é de forma velada”. Mesmo afirmando que os funcionários são educados, as atingidas relatam ter sofrido machismo porque o funcionário “ouviu uma coisa e informou outra”,¹³ e também por perceberem que “a preferência era sempre para falar com os homens

-
11. Joelma Teixeira, atingida de Ilha Brava (Governador Valadares), em resposta ao questionário *online* em 23 jun. 2022.
 12. Graça Cruz, atingida de Resplendor, em resposta ao questionário *online* em 13 jun. 2022.
 13. Lucineia Oliveira, atingida de Pedra Corrida (Periquito), em resposta ao questionário *online* em 23 jun. 2022.

primeiro”¹⁴. O que as mulheres identificam aqui são os mecanismos utilizados na sociedade de classes para oprimir as mulheres, mais ainda as negras, e que nem sempre ficam tão aparentes, mas têm como resultado a manutenção do poder nas mãos da classe dominante (Saffioti, 2013).

No que diz respeito ao processo de participação dos atingidos e atingidas no processo reparatório da bacia, trata-se de uma questão que sempre foi constante e necessária para os avanços na conquista de direitos. Foram as denúncias e cobranças das famílias que sempre evidenciaram os impactos na região, e as várias ações e provocações do povo que motivaram as instituições de justiça a realizarem diversas negociações e acordos com as empresas (Silva; Silveira, 2019).

Gráfico 5: Tipos de atividades que as mulheres já participaram.



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 5 demonstra que as mulheres atingidas estão presentes nas manifestações por direitos na região, e também

14. Viviane Esteves, atingida de Pedra Corrida (Periquito), em resposta ao questionário *online* em 23 jun. 2022.

fora dela. Mais da metade se organiza no MAB, demonstrando que acreditam na construção organizada da luta, e 43 delas fazem parte da comissão, ou seja, são lideranças em suas comunidades. O não reconhecimento e a não reparação das mulheres atingidas não têm a ver com a falta de participação delas ou informação que possuem, mas com uma decisão das empresas criminosas; da fundação que renova os crimes; da justiça e da negligência dos outros atores do Estado.

Entre os diversos atores que atuam na região do Médio Rio Doce, é pertinente avaliar quais são as entidades e organizações que as mulheres atingidas reconhecem, ou seja, estão presentes nas atividades com elas, seja para ouvir ou para falar. O Gráfico 6 mostra que as entidades mais atuantes são formadas pelas próprias atingidas e atingidos, onde muitas delas estão à frente. São essas organizações que levam informação, mobilizam as atingidas, organizam a luta e têm garantido as conquistas.

171

Gráfico 6: Entidades presentes nas atividades sobre o tema do rio Doce.



Fonte: Elaboração própria.

Considerações Finais

As mulheres atingidas do médio rio Doce sofrem os impactos de forma desigual, aprofundada, considerando a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados no que diz respeito ao acesso e as responsabilidades que são atribuídas a elas para garantir água potável, lazer e alimentação para as suas famílias e comunidades, prejudicadas pelo rompimento da barragem. Impactos que rompem o tecido comunitário, que por sua vez prejudica a proteção das mulheres contra a violência. Além disso, são afetadas no que diz respeito a questões de renda, pois não são reconhecidas como trabalhadoras, afetando sua autonomia financeira. A perda de trabalho dos homens também impacta em mais casos de violência doméstica. E esse conjunto de violações afeta a saúde física e mental das mulheres.

172

Ao considerar que a maioria das mulheres atingidas são negras, percebemos o racismo ambiental, que primeiro garante que projetos como os da mineração sejam instalados em locais onde essas pessoas vivem e que, depois dos efeitos, nega direitos. A reparação nesse caso é mais complexa, e necessita incorporar elementos que de fato atendam às demandas provocadas pelo crime.

É possível afirmar que há um padrão de violação de direitos que atua de forma articulada contra essas mulheres. Além disso, avaliando a reparação dos danos, há um cenário de mais violações e negação de direitos que em geral não reconhece os impactos em suas vidas. Apesar disso, as mulheres têm participado das atividades em busca de reparação em muitos casos como lideranças, mobilizando outras atingidas e atingidos, e demonstrando que é na luta que elas mudam as suas vidas.

As mulheres levantam a necessidade de uma reparação integral: mitigação dos danos; restituição dos bens; indenizações justas que incluam os danos morais e imateriais; compensação coletiva e individual por tudo o que não é possível restituir ou calcular em um valor indenizatório; reabilitação com medidas que possibilitem a retomada das atividades econômicas, sociais e culturais; garantia da satisfação das atingidas e atingidos com os resultados da reparação e, por fim, que um crime como esse nunca mais se repita.

Referências

- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. In: Dilger, G.; Lang, M.; Pereira Filho, J. (org.) *Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. (ebook). Editora Elefante/ Autonomia Literária/Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ANDRADE, Na.; COLODETI, E. Disputa por indenizações da Samarco tem ameaças, honorários milionários e 'caça' a atingidos. *Carta Capital*. 26 de abril de 2021. Disponível em: www.cartacapital.com.br/justica/ameacas-honorarios-milionarios-e-caca-a-atingidos-a-busca-por-indenizacoes-do-caso-samarco/. Acesso em: junho de 2022.
- COMISSÃO EXTERNA Destinada a Acompanhar e Fiscalizar a Repactuação do Acordo Referente ao Rompimento da Barragem de Fundão, da Mineradora Samarco, que Causou Impactos Severos nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em especial nas Comunidades e Municípios da Bacia do Rio Doce. Rogério Correia (org.) *Relatório Final REL n. 1/2022*. Maio, 2022, p. 4-122. Disponível em: www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2178260.
- CONNECTAS. *Dados: os números da tragédia de Brumadinho*. 25 de janeiro de 2020. Disponível em: www.connectas.org/noticias/fact-sheets-o-numeros-da-tragedia-de-brumadinho/.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEERE, C.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003, p. 100-153.

- DPES, Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo. *Relatório preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do rio Doce no estado do Espírito Santo*. Vitória, 2018, p. 2-34.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do rio Doce a partir dos Dados da Ouvitoria da Fundação Renova*. Rio de Janeiro/São Paulo, 2019.
- FURTADO, F.; ANDRIOLLI, C. Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, fev.-maio 2021, pp. 66-93.
- FURTADO, F.; KATO, K.; BARROS JUNIOR, O. *Raça, gênero e classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas, 2022, pp. 21-29.
- GUEDES, M. C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Revista Gênero*, v. 12, pp. 61-79, 2011.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, São Paulo, pp. 223-244, 1984.
- HERCULANO, S.; PACHECO, T. *Racismo ambiental, o que é isso?* Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/FASE, 2006.
- HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n. 65, pp. 39-49, jan./mar. 1995.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, pp. 595-609, set./dez. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: jun. 2022.
- JUSTIÇA FEDERAL RECONHECE o “dano água” no caso Samarco e estende o Novel a toda bacia do rio Doce. *Jornal Folha 1*. Publicado em 01 de novembro de 2021. Disponível em: <https://jornalfolha1.com.br/2021/11/01/justica-federal-reconhece-o-dano-agua-no-caso-samarco-e-estende-o-novel-a-toda-bacia-do-rio-doce/>. Acesso em: jun. 2022.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Nota Sobre a Denúncia de ‘Caça a Atingidos’ no Processo de Reparação da Samarco no rio Doce. Publicado em 26 de abril de 2021. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/04/26/nota-sobre-a-denuncia-de-caca-a-atingidos-no-processo-de-reparacao-da-samarco-no-rio-doce/>. Acesso em: jun. 2022.
- QUEIROZ, A.; PRAÇA, M. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. In: Instituto PACS. *Mulheres atingidas. Territórios atravessados por megaprojetos*. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2021, pp. 9-20.
- RIVAS, K. 2 anos após Brumadinho, Vale dobra de tamanho, mas ferida continua aberta. *Invest News*. Publicado em 25 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://investnews.com.br/geral/2-anos-apos-brumadinho-vale-dobra-de-tamanho-mas-ferida-continua-aberta/>. Acesso em: jun. 2022.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes – mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

- SERRA, C. Tragédia de Mariana: seis anos de impunidade da Vale e da Samarco. ODS 15. 5 de novembro de 2021. Projeto Colabora. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/artigo/tragedia-de-mariana-seis-anos-de-impunidade-da-vale-e-da-samarco/>. Acesso em: junho de 2022.
- SILVA, M.Z.; CAYRES, D.C.; SOUZA, L.A.M. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública. O caso da barragem de Fundão, MG. *Civitas*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, pp. 464-488, maio-ago. 2019.
- SILVA, M. Z.; SILVEIRA, T. A luta por participação em situações de conflitos socioambientais: o caso do desastre da barragem da Samarco em Fundão-MG. In: *IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*. Setembro de 2019, UFRGS, Porto Alegre.
- SHIVA, V. Recursos naturais. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 300-316.
- TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUITA. Março de 2016. Disponível em: www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf
- VIÉGAS, R. N. *Desigualdade Ambiental e "Zonas de Sacrifício"*. 2013. Disponível em: www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade-ambiental-zonas-sacrificio.pdf. Acesso em: jun 2022.
- VITTI, G. *Um dano que se Renova*: Estado e F(f)undação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce. 2017. 159 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

**A história e a memória não
podem ser descartadas:
a luta por permanência
da Comunidade do Horto
(Rio de Janeiro) e a tentativa
de apagamento da história
pelo uso do direito**

*Emília Maria de Souza,
Paula Máximo de Barros Pinto,
Carolina Câmara Pires,
Virgínia Totti Guimarães*

AQUI É NESSA CASA
TAMOS BIKENTO

À MORADIA

TAMOS AÍZES AQUI

RADISMO ESTRUTURAL

NÃO A
REMOÇÃO
DO HORTO



A HISTÓRIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO É MARCADA pelo apagamento de determinados grupos e usos do espaço urbano, notadamente de pessoas negras e pobres, provocado por políticas públicas pensadas e adotadas para esse resultado. As políticas de remoções, inseridas nesse contexto, acabam por conduzir essa população para regiões periféricas ou áreas desprovidas de serviços públicos. O apagamento de histórias e laços sociais de diversas famílias e comunidades, quando deslocadas de seus territórios, acirra a desigualdade sociorracial existente no país, ao mesmo tempo que se constitui como mais um capítulo de violência contra tais grupos sociais.

Apesar das insistentes políticas públicas de remoção, algumas comunidades seguem resistindo para fazer valer seu direito à moradia e seu direito a existir nesta cidade. Uma delas é a Comunidade do Horto que, com sua histórica ocupação, permanece afirmando sua identidade com o território.

As estratégias para impedir que esses grupos e comunidades tenham acesso a direitos se caracterizam por atos violentos e ações diretas de remoção, que levam a uma disputa simbólica, igualmente violenta, de argumentos jurídicos e imposição de relação de sujeição.

O que se pretende discutir neste artigo é a história da Comunidade do Horto na região, considerando as dinâmicas entrelaçadas à criação do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico (IPJB) e suas características comunitárias particulares, e o uso autoritário de instrumentos jurídicos que colocam os moradores em uma posição artificial de invasores de uma área sob domínio de uma autarquia federal, que pretende apagá-los daquele território. No campo jurídico, o objetivo é desvelar como essa dimensão tem sido desconsiderada no manejo de instrumentos do direito e como a burocracia estatal tem servido para legitimar apenas determinados setores.

A construção da comunidade do Horto, sua memória coletiva e estratégias de resistência

180

A história da Comunidade do Horto é bicentenária e guarda momentos históricos e significativos da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. O início da ocupação do território do Horto Florestal está ligado ao primeiro século da invasão e colonização portuguesa (Souza, 2012). Assim, o povoamento da localidade começa com a construção dos engenhos ao redor de um manancial de água, conhecido hoje como Lagoa Rodrigo de Freitas e, conseqüentemente, traz em seu desenvolvimento a escravidão indígena e africana.

Há ao menos quatro momentos importantes de ocupação populacional na área identificados pela historiadora Laura Olivieri de Souza (2012): 1. a construção de dois engenhos importantes (o Engenho de Nossa Senhora da Conceição e o Engenho de Nossa Senhora da Cabeça) e de chácaras durante o surgimento e estabelecimento da cidade do Rio

de Janeiro; 2. a chegada de Dom João VI e da Família Real Portuguesa, em 1808;¹ 3. a instalação de fábricas de pólvora e, posteriormente, de tecidos, que marca a implementação da atividade industrial em território nacional; e 4. o funcionamento do Parque Jardim Botânico. Esses momentos foram cruciais para o povoamento da região, que aconteceu em função da absorção da mão de obra escravizada e, em seguida, da proletária inserida nas fábricas, além da mão de obra imigrante e dos trabalhadores do Jardim Botânico. Desse modo, é possível perceber que a ocupação territorial não é algo recente, tampouco vinculada exclusivamente à criação do Jardim Botânico.

Os distintos processos de territorialização de trabalhadores na região, associados aos processos de urbanização da cidade, produziu, nos dias de hoje, uma comunidade majoritariamente composta de pessoas negras em uma área da cidade habitada por maioria branca. Dados do IBGE revelam que 62% dos moradores da Comunidade do Horto se autodeclararam negros (pretos e pardos) e 37% se autodeclararam brancos. Essa estatística se inverte quando analisamos os bairros nos quais a comunidade está inserida: o bairro Jardim Botânico é composto de 83% de população branca e 17%

1. Importante destacar que, em 1811, Dom João criou o Jardim de Aclimação, que, ao longo do tempo, teve vários nomes e, em 1998, passou a ser denominado Instituto de Pesquisas Jardim Botânico (IPJB ou Jardim Botânico) (Mendonça, 2016). Em 1844, “o Jardim Botânico emitiu documento oficial declarando que os 65 trabalhadores do instituto eram negros escravizados, sendo 33 escravizados maiores de 7 anos, 32 menores de 7 anos, além de cinco libertos e 26 falecidos” (Guimarães; Barros Pinto, 2019, p. 93).

negra, e o bairro da Gávea, por 84% de pessoas brancas e 16% negras.²

A Comunidade do Horto deve ser relacionada, assim, à história da resistência negra no Rio de Janeiro, por abrigar “um dos centros da organização quilombola na cidade, interligando o Quilombo das Camélias no Leblon, o da Sacopã na Fonte da Saudade, e os outros que provavelmente havia no Alto da Boa Vista e nas matas da Freguesia da Gávea, como toda essa vasta região era conhecida” (Souza, 2012, p. 30). A localidade está relacionada à memória da escravidão, com muitas referências concretas ao período da colonização, o que vem sendo estudado e documentado pelo Museu do Horto.

182 A história da comunidade tem sido ignorada, e até distorcida, pelo poder público quando se trata do reconhecimento de direitos aos moradores da comunidade. Nesse cenário, como estratégia de enfrentamento ao apagamento da história e da memória da comunidade, os moradores criaram o Museu do Horto.³ Baseado nas premissas da museologia social, o museu propõe um percurso que entrelaça lugares históricos e o registro da memória coletiva da comunidade. Construído para manter o acervo vivo, a partir das memórias dos moradores, ecoa, assim, suas vozes e conta a sua própria história e relação com o território.

2. Dados disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st>. Acesso em: 28 nov. 2023.

3. O Museu do Horto foi criado em 2010 pelos moradores Emília Maria de Souza e Emerson de Souza, com a historiadora Laura Olivieri, as apoiadoras Nathercia Lacerda, Maria Nilda Bizzo e outros colaboradores.

O Museu do Horto, nós criamos, pensamos no Museu do Horto justamente por quê? Tem uma amiga, que é uma das cofundadoras do museu (que é a professora Nath Lacerda), ela fazia um trabalho na escola próxima que atende as crianças, então ela ouvia as crianças contando as histórias: ‘Ah, que meu avô era isso...’. ‘Meu avô, minha mãe...’ (contando aquelas histórias, né?). Aí, um dia ela chegou pra mim e disse assim: ‘Emília, vou te apresentar o professor Mário Chagas, porque ele trabalha com museu comunitário, e eu acho que o Horto tem todo perfil para fazer parte desse circuito de museu do Instituto Brasileiro de Museus (IBram). E assim foi feito. Em 2009, final de 2008, início de 2009, ela nos apresentou, trouxe o professor Mário Chagas. Nessa época, ele era um dos diretores lá do Ibram, né?, da parte de museologia social. E, a partir daí, nós começamos, parte a parte, a construir o Museu do Horto, explicando aos moradores qual era a finalidade do museu, o quanto era importante a participação de todos ali na construção, com documentos antigos, com relatos, sua história de vida aqui na comunidade. E assim nós construímos o museu que foi inaugurado em 2010, não é? A partir daí nós conseguimos vencer, conseguimos apagar, diminuir a sanha dos opositores em estar rotulando a comunidade como invasora, porque o invasor não tem uma história de cem anos, cinquenta, oitenta anos no mesmo local. O invasor não tem um documento do diretor do Jardim Botânico autorizando ele a fazer a casa. O invasor não tem conta de água, de luz com mais de cinquenta, sessenta anos naquele local, do mesmo local. E o invasor, se fosse realmente invasão, não seria... Não tem sentido falar de invasão, já que o próprio Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico ofereceu a área para os moradores virem, para morarem perto da área de trabalho e facilitar (o trabalho) as

atividades dentro do Parque. (Emilia Maria de Souza, *online*, 11 de julho de 2022)⁴

Desigualdades na mobilização do Direito no acesso ao espaço urbano: das decisões judiciais à regularização fundiária da Comunidade do Horto⁵

Como relatado anteriormente, a comunidade nunca esteve formalmente vinculada ao IPJB. A área de domínio público, onde está inserida, é mais ampla do que o aparente conflito entre o Jardim Botânico e a comunidade do Horto. Nela, estão localizados outros aparelhos estatais e empresas públicas e privadas, tais como o Serviço de Processamento de Dados (SERPRO), subestação da Light, Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE), Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Furnas, Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ), condomínio com habitação de alta renda, o próprio IPJB e a Comunidade do Horto⁶ (Mapa 01).

184

-
4. Essa fala da Emilia Maria de Souza foi extraída da transcrição da sessão II: Racismo ambiental na cidade, do curso de extensão: Mulheres em defesa do território-corpo-terra, encontro organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo no dia 11 de julho de 2022. Disponível em: <https://rosalux.org.br/atividades2/sessao-ii-racismo-ambiental-na-cidade/> Acesso em: 09 jul.2024.
 5. A Comunidade do Horto vem sendo uma parceira do Departamento de Direito da PUC-Rio, podendo-se mencionar o Projeto de Pesquisa e Extensão Terras e Lutas, a assessoria jurídica por meio do Núcleo de Prática Jurídica e as ações de extensões que vem sendo realizadas com estudantes do curso de Graduação.
 6. A Comunidade do Horto se organiza em núcleos, quais sejam: Dona Castorina, Solar da Imperatriz, Pacheco Leão, Grotão, Morro da Margarida, Caxinguelê, Vila 64 e Vila da Major.

Na década de 1980, a União moveu 215 ações de reintegração de posse individuais contra parte dos moradores da comunidade, sob o argumento de uso privativo e indevido do bem público. Essas ações transitaram em julgado ao longo dos anos 1990, com decisões que determinavam a remoção das famílias, sem alternativa habitacional ou indenização. Apesar das decisões judiciais favoráveis à União, em razão da constante mobilização da comunidade, uma série de articulações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foram realizadas ao longo dos quase quarenta anos de conflito, resultando em poucas execuções até então.

Em um novo contexto político e jurídico de reconhecimento de direitos sociais, função social da propriedade pública e privada, inaugurado com a Constituição Federal de 1988, seguida pelo Estatuto da Cidade em 2001, na primeira década dos anos 2000, o governo federal adotou uma nova postura diante da destinação do bem público, reconhecendo o direito à moradia dos moradores e sinalizando para a realização da regularização fundiária da comunidade.

Em 2009, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU/RJ) deu início ao processo de regularização fundiária da comunidade (Processo 04905.007319/2009-70), que culminou, em 2011, no Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística da Comunidade do Horto/Jardim Botânico, realizado em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ). O Projeto, voltado à regularização fundiária de área da União, considerou todos os atores indicados no Mapa 01 e concluiu pela compatibilidade da destinação de parte da área para habitação de interesse social em acordo com o interesse público na preservação do patrimônio ambiental e do patrimônio histórico

e cultural, bem como no cumprimento da função social da propriedade pública.

Nesse projeto, a área da comunidade e a área do IPJB não se confundiam, a proposta para a regularização fundiária da comunidade estava de acordo com as normas urbanísticas e instrumentos jurídicos de regularização fundiária até hoje vigentes e não previa qualquer tipo de subordinação da comunidade ao IPJB após a regularização. Isto é, uma vez regulares, os moradores não responderiam ao Jardim Botânico em qualquer instância, como a previsão de acordos de convivência, criação de conselhos gestores e outros.

No curso da implementação do Projeto de Regularização Fundiária, a burocracia estatal apresentou diversas barreiras para a sua realização. No que diz respeito ao Judiciário, no contexto de manifesto interesse da União na permanência das famílias com a elaboração do projeto de regularização fundiária, a Advocacia-Geral da União (AGU) requereu a suspensão dos processos judiciais, dos quais era autora, de reintegração de posse e, ainda assim, em alguns casos, os juízes federais determinaram de ofício a execução das sentenças (Mendonça, 2016).

Ainda mais grave, em 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) anulou o processo administrativo de regularização fundiária, conforme narra Emília Maria de Souza:

Em 2011, estávamos às vésperas da regularização fundiária, a gente só não conseguiu finalizar, justamente por conta do preconceito de uma associação de moradores de elite, que defende os direitos da elite, que é a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMAJB). A AMAJB apresentou uma denúncia no Tribunal de Contas da União, questionando a regularização fundiária da comunidade em

áreas da União, em áreas que pertencem ao Jardim Botânico — o que a gente sabe que não é verdade, porque o Jardim Botânico avançou para dentro da comunidade, isso é fato. E, com isso, nós tivemos a regularização fundiária interrompida, porque o TCU, de uma forma bastante equivocada, acatou a denúncia apresentada pela AMAJB. Para vocês verem até onde vai a discriminação, até a nível institucional. E, no outro momento, quando nós tentamos, recorremos ao TCU para fazer a nossa defesa pela permanência, para desconstruir aquilo que a AMAJB construiu através dessa denúncia. Os ministros simplesmente alegaram que nós, da AMAHOR, Associação de Moradores e Amigos do Horto, não tínhamos legitimidade para fazer essa defesa, quando na verdade a situação é a mesma. Se uma associação tem o direito de apresentar uma denúncia, como que a outra, que é a ré, que é a acusada, não tem legitimidade para fazer a defesa? Mais uma demonstração do racismo institucional, que é pior ainda, partindo de um órgão como o Tribunal de Contas da União, que deveria acatar e respeitar todos os tipos de situações, todas as comunidades, e analisar de uma forma íntegra e imparcial defendendo o direito de todos, mas isso não aconteceu. (Emilia Maria de Souza, 31 de outubro de 2023)⁸

O procedimento no TCU resultou em decisão que, entre outras medidas, determinou a anulação do projeto de regularização fundiária e a formação de comissão composta

8. Este e os seguintes trechos foram extraídos de transcrição de entrevista realizada pelos alunos da disciplina Extensão no Direito: fundamentos teóricos e metodológicos, da Graduação de Direito da PUC-Rio, sob orientação da professora Paula Máximo. A entrevista aconteceu no dia 31 de outubro de 2023, na comunidade do Horto Florestal, Rio de Janeiro.

de representante do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e AGU para definir a área de interesse do Jardim Botânico. Uma vez definida, tomariam as medidas necessárias à retirada das famílias que estivessem inseridas no perímetro, isto é, executariam as decisões de reintegração de posse existentes e proporiam novas ações para as famílias que ainda não tivessem ações (Mendonça, 2016).

Em maio de 2013, a comissão apresentou parecer com o novo perímetro do Jardim Botânico, que avançou para a área historicamente ocupada pela comunidade, determinando a remoção de 520 das 621 famílias. Das 520 famílias, 215 já tinham ações de reintegração de posse, movidas pela União, transitadas em julgado com sentença que determinava a remoção. As outras 305 tiveram ações judiciais movidas nos anos seguintes, pelo IPJB, que ainda estão em curso na justiça federal. A decisão do TCU, que conferiu à comissão interministerial a atribuição de definir o perímetro de interesse do Jardim Botânico, consolidou o conflito em um *status* de decisão política do governo federal, deixando de ser apenas uma discussão de direito público a ser definida pelo Judiciário no âmbito das ações de reintegração de posse. Isso porque, a qualquer tempo, a comissão poderia ser restabelecida para que o interesse público na área fosse rediscutido, e, se fosse o caso, redefinir o perímetro do Jardim Botânico.

A hipótese da redefinição dos limites do Jardim Botânico e o retorno da área para o domínio da União com destinação para habitação social segue atual. Em maio de 2023, foi criado um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) no âmbito da

Secretaria-Geral da Presidência da República, coordenado pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, “com a finalidade de analisar e propor ações voltadas à resolução das controvérsias relacionadas ao perímetro do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ” (Portaria SG/PR n. 153, de 18 de maio de 2023). De acordo com sua portaria de criação, o GTT, composto de representantes do IPJB, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Iphan e do Ministério da Cultura, deveria realizar reuniões semanais e, em um prazo de 120 dias após a primeira reunião, apresentar um relatório final ao Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência.

Em abril de 2024, foi entregue à Comunidade do Horto o relatório final das atividades desenvolvidas pelos membros do grupo entre os meses de junho e outubro de 2023, apontando para

Soluções que conciliassem os interesses de permanência da Comunidade e, ao mesmo tempo, preservassem o patrimônio histórico, cultural e ambiental do JBRJ, através de mecanismos e ações que limitassem a expansão da comunidade, mitigassem os riscos ambientais e promovessem a integração das famílias às ações de preservação e educação ambiental desenvolvidas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (Brasil, 2023)

Essa sinalização retoma a discussão dos termos e condições da regularização, conforme aponta Emília:

Finalmente estamos em um momento que a gente tem que considerar que é positivo para a regularização fundiária da

comunidade. Mas, mesmo sendo positivo, nós temos que estar sempre com cuidado e com alerta, porque, aqui, no nosso caso, não basta regularizar, não basta ter a titulação. Porque nós vivemos muita pressão, a comunidade sofre essa pressão toda pela remoção. E a gente sabe que o que está por trás disso é a especulação imobiliária. Então, a gente tem que pensar numa regularização que não deixe brechas para a especulação imobiliária entrar. Porque se regularizar sem uma regra rígida, sem ter o cuidado de que o morador vai conseguir a posse, vai conseguir o título e não vai passar para quem tem maior poder aquisitivo. Essa é a nossa maior preocupação, porque se acontecer dessa forma a comunidade vai perder mais ainda, vai perder mais do que se não regularizar. Porque aí já vai estar titulada, cada um vai ter o direito de fazer o que bem entender, e acaba a tradição, acaba a história, acaba a comunidade, e nós não vamos ter condições de continuar vivendo nessa área. (Emilia Maria de Souza, 31 de outubro de 2023)

191

Além da questão da especulação imobiliária, embora seja desejável a regularização fundiária, é importante destacar que, em muitas discussões, dois pontos têm sido debatidos e nos remetem ao objeto deste artigo. A primeira seria uma limitação aos direitos sucessórios dos atuais moradores da Comunidade do Horto, ou seja, com o falecimento dos atuais moradores, seus filhos ou netos não poderiam seguir em suas casas. A segunda questão seria uma subordinação direta dos moradores ao poder de polícia [sic] do IPJB, que passaria a opinar sobre critérios de obras, além de regras sobre organização e disciplina da comunidade. A esse respeito, ver a audiência pública, realizada pelo Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do

Cidadão do Rio de Janeiro, no dia 2 de outubro de 2023, em que foi debatida a regularização fundiária da Comunidade do Horto.⁹

Ou seja, conforme se discute a seguir, por meio do uso seletivo do Direito e de instrumentos administrativos, os moradores passaram a ser considerados invasores de uma área do IPJB e, portanto, sujeitos a suas regras e vontades.

Uma visão distorcida da realidade: a Comunidade do Horto como ocupante de uma área do IPJB

192

Não é objetivo deste artigo produzir uma reflexão histórica aprofundada da ocupação da Comunidade do Horto, mas, para fins de argumentação, destacamos, anteriormente, os primórdios da ocupação do local, que, inclusive, ajudam a denotar a forte presença de moradores(as) negros(as) em um território elitizado e branco.

No caso da Comunidade do Horto, há uma tentativa de apagamento da história e dos próprios sujeitos com uma narrativa que os associa, imediatamente, ao interior do IPJB e os coloca em sua situação de invasores do Parque ou, no mínimo, de ocupantes indesejados. Essa narrativa vem sendo mobilizada para reduzir a história da Comunidade ao Parque e reproduzir práticas de apagamento, ao naturalizar que, ao longo dos anos, a área de moradia das famílias, como um todo, pertence (e sempre pertenceu) ao Jardim Botânico, quando o histórico jurídico-administrativo de formação da

9. Disponível em: <https://youtu.be/Bn-dubmktI>.

comunidade e do IPJB não deixa dúvidas de que foi o IPJB que avançou para a área da comunidade.

É inegável que uma parte da história da comunidade está, de fato, interligada à criação do Parque, conforme narram os moradores, na medida em que as distintas administrações do Parque cederam áreas no seu entorno, pertencentes à União Federal, à moradia dos seus funcionários. No entanto, não há uma coincidência imediata entre a existência da comunidade, suas moradias e sua história com o IPJB, muito menos uma sujeição dessas pessoas e de seus direitos a um aval da autarquia, como visto anteriormente. Isso nem do ponto de vista fático, das diversas origens da ocupação, nem do ponto de vista jurídico.

Nesse sentido, como analisa Mendonça,

Somente a partir de 1942, o Horto passou a ser administrado pelo Jardim Botânico, sem mencionar qualquer delimitação ou incorporação territorial entre o Horto e o Jardim Botânico. Em 1971, os 83 hectares que compõem o Horto foram incorporados ao IPJB. Somente em 2016, a área da União foi doada ao instituto. Importa destacar que historicamente a área ocupada pela Comunidade do Horto e a área utilizada pelo Jardim Botânico nunca se confundiram. (Mendonça, 2016)

193

Como visto, as primeiras ações de reintegração de posse foram movidas pela União na década de 1980. Apenas em 2016 o perímetro do IPJB foi modificado para incluir parte da área da comunidade dentro de seus limites.

Em uma área com uma comunidade conhecida e histórica naquele território, no contexto atual de garantia de direitos posterior à Constituição Federal de 1988, diante do

amplo reconhecimento da desigualdade sociorracial brasileira, a concessão da área para o Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico foi mais um ato violento e desconsiderou a vida e a história das pessoas que residiam naquele lugar, como se a remoção fosse apenas uma questão burocrática e de tempo. A percepção do local como uma área do Jardim Botânico parte de uma concepção autoritária e burocrática da terra, que aprofunda as desigualdades na cidade, bem como reproduz e aprofunda o racismo.

Diante do conflito instalado, a concessão da área ao Jardim Botânico agravou, ainda mais, a conflituosidade e provocou a mudança na narrativa sobre o local, colocando as pessoas como invasoras de uma área destinada à proteção ambiental e, mais, os sujeitando à decisão de uma autarquia.

Isso, contudo, não apenas se reflete no campo da opinião pública e nas violências diárias a que estão submetidas essas pessoas, inclusive convivendo com a ameaça da remoção. Emília Maria de Souza, acerca da constante ameaça de remoção, destaca que

Os prejuízos são diversos, principalmente os causados pela questão emocional, porque a ameaça de remoção é muito invasiva, é muito bruta e muito injusta. Porque as famílias, que vivem em um local há mais de trinta anos, mais de cinquenta — tem famílias aqui na comunidade que tem mais de cem anos que existem aqui — foram convidadas para morar no local, ofereceram moradia. Aí, de repente, muda tudo. As famílias se veem taxadas como invasoras e, a partir daí, começam a ser ameaçadas de remoção sumária, sem direito, sem oferta de outra moradia. Isso é muito injusto e abala muito a saúde das pessoas. Tanto que existem pessoas que até desenvolvem depressão, ficam desanimadas, pensando o que vai ser o futuro da família se perder a moradia aqui,

porque a maioria não tem condições de arcar com o aluguel. Então, é uma ameaça muito cruel, muito injusta e isso afeta muito o emocional das pessoas. (Emilia Maria de Souza, 31 de outubro de 2023)

Além disso, essa narrativa produz efeitos diretos no uso dos instrumentos jurídicos nas ações judiciais de remoção e, ainda mais atualmente, nas discussões sobre a regularização fundiária do local. A discussão sobre uma possível sujeição dos moradores a um controle do IPJB, por meio de regras sobre ocupação e uso do local, é mais um ato de violência. E o debate sobre limites aos direitos sucessórios os coloca em uma situação transitória bastante conhecida em relação às favelas cariocas, algo transitório,¹⁰ e que será, um dia, “resolvido” com sua remoção.

195

Considerações finais

No conflito fundiário do Horto, não há como ignorar alguns elementos centrais presentes, mas que foram invisibilizados no decorrer do litígio: “racismo institucional” e “pacto narcísico da branquitude”. As decisões judiciais e administrativas que são proferidas autorizando a remoção, além de desconsiderar todo o histórico de ocupação territorial, ignoram que a Comunidade do Horto é uma territorialidade majoritariamente composta de uma população negra, feminina e empobrecida, conforme demonstrado na seção 1.

O conceito de racismo institucional foi pensado por ativistas negros estadunidenses com o objetivo de evidenciar

10. Valladares, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.** com. editora FGV, 2016.

a reprodução do racismo e a seletividade racial dentro das instituições públicas e privadas. Por conseguinte, demonstra a diferença de tratamento e oportunidades, dentro dos espaços privilegiados, em razão da cor, raça ou etnia. No que se refere ao pacto narcísico da branquitude, termo pensado pela autora Cida Bento, “é um acordo não verbalizado de autopreservação, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas.” A branquitude se expressa historicamente de maneira contínua assegurando privilégios às pessoas brancas, os quais são mantidos e transmitidos de geração em geração (Bento, 2022, p. 35). O caso da comunidade do Horto é revelador do *modus operandi* do Judiciário em relação aos territórios negros, criminalizando os usos da terra e negando acesso a direitos, tais como o direito à moradia e ao meio ambiente.

196

É importante, diante de uma sociedade extremamente desigual e racista, rechaçar as soluções que aprofundam nossas desigualdades sociorraciais. A partir de uma lente jurídica antirracista, que é totalmente adequada à nossa Constituição Federal, é preciso adotar políticas públicas que garantam aos moradores o pleno direito de moradia, para que possam seguir vivendo em conformidade com a proteção do meio ambiente, sem a constante ameaça da remoção.

Referências

BENTO, C. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel/?nivel=st> Acesso em: 28 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Audiência Pública: caminhos para a regularização fundiária da comunidade do Horto*. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bn-dub-mtktl>. Acesso em: 09 jul. 2024.

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Portaria SG/PR Nº 153, de 18 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sg/pr-n-153-de-18-de-maio-de-2023-484543523>. Acesso em: 04 nov. 2023.
- BRASIL. Secretaria-geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas. Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Horto Florestal RJ. Brasília, 16 de dezembro de 2023.
- FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Curso de extensão: Mulheres em defesa do território-corpo-terra. Sessão II: Racismo ambiental na cidade*. 11 de julho. Disponível em: <https://rosalux.org.br/atividades2/sessao-ii-racismo-ambiental-na-cidade/>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- GUIMARÃES, V. T; DE BARROS PINTO, P. M. Racismo ambiental e aplicação diferenciada das normas ambientais: uma aproximação necessária entre os casos da Comunidade do Horto Florestal e do Condomínio Canto e Mello. *In.: Revista Desigualdade e Diversidade*, n. 17, pp. 89-106, 2019.
- MENDONÇA, R. da M. Horto florestal: uma crônica jurídica de avanços e retrocessos no direito à cidade no Rio de Janeiro. *In: CORREIA, A. F. (org.) Moradia e exclusão social na metrópole*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016. pp. 332-371.
- SOUZA, L. O. C. de. *Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro. A construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória*. 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21757/21757.PDF>. Acesso em: 30 out. 2023.
- VALLADARES, L. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

**Economia Verde,
compensação ambiental e
financeirização da natureza:
ameaças e resistências das
mulheres no Vale do Ribeira**

Nilce de Pontes e Natália Lobo

50% OFF
ECONOMIA VERDE

QUILOMBOLAS



ESTE É UM TEXTO ESCRITO “A QUATRO MÃOS”, QUE TEM O desafio de contar uma história coletiva de elaborações dos povos e das mulheres sobre a financeirização da natureza. Escrevemos a partir do Vale do Ribeira, em São Paulo, mas a nossa militância em movimentos nacionais nos ensinou que a realidade desse território não é diferente da de muitos outros no Brasil e no mundo. O nome “financeirização”, por si só, na maior parte dos nossos espaços, já é suficiente para gerar estranhamento e até certo bloqueio. Colocamos na cabeça a ideia de que não entendemos desse assunto, que seria só para “especialistas” — em geral, homens brancos engravatados, que entendem as regras do “mercado”. Escrevemos justamente para mostrar que é um assunto nosso, porque nos interessa e afeta as coisas mais concretas da nossa vida: a organização do nosso território, a possibilidade de continuarmos sendo agricultoras, pescadoras, marisqueiras, raizeiras. E tantas outras mulheres precisam de seus corpos e territórios livres para viver uma vida que valha a pena ser vivida. A financeirização da natureza prende a terra, e é por isso que precisamos compreendê-la: para poder enfrentá-la.

A financeirização da natureza é o ato de extrair valor de partes da natureza, que não deveriam ser vistas como mercadoria, e sim como bens comuns a serviço de todos. É literalmente se apropriar do solo ou da água, por exemplo,

ou de processos naturais, como a fotossíntese realizada pelas plantas, transformá-los em mercadoria, inserir essa mercadoria no mercado financeiro, onde ela é especulada e transformada em um ativo que pode ser transacionado como qualquer outro. No Vale do Ribeira, as mulheres estão questionando a Economia Verde, construindo uma alternativa econômica e uma forma de viver a partir da agroecologia, da agricultura tradicional, além de estarem se auto-organizando na Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA).

Escrever um artigo juntas, mas à distância, vivendo tempos diferentes, é um desafio. Optamos por iniciar apresentando o território do Vale do Ribeira, onde pisamos para fazer essa reflexão. As nossas companheiras agricultoras da RAMA têm sentido o impacto real das mudanças climáticas no dia a dia, principalmente por conta das mudanças nos períodos de chuva e seca que afetam muito nossa maneira de plantar. É importante fazer o enfrentamento a isso, pensando em políticas públicas e em uma mudança radical da nossa forma de viver, produzir e consumir enquanto sociedade. No entanto, colocar a financeirização da natureza como uma política de enfrentamento às mudanças climáticas é colocar nossos territórios como mercadoria, o que é uma ameaça para os povos. Os apoiadores da lógica da financeirização afirmam que precificar tudo o que a natureza nos fornece pode ser bom, porque seria um jeito de preservá-la, uma vez que a destruição teria um custo. Esse tipo de lógica não se enquadra na forma de viver das comunidades, que sempre cuidaram de seus territórios e já enfrentam outras ameaças — muitas das quais estão também sendo tratadas neste livro —, como: o avanço da mineração, as propostas de implementação de barragens, as eólicas, o avanço da

criação de unidades de conservação sobrepondo-se aos territórios tradicionais e a falta da regularização fundiária e da segurança territorial. Essa última ameaça é especialmente importante para as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, vivendo há muitos anos em territórios reconhecidos que não chegam a ser titulados, o que coloca as comunidades em uma condição de insegurança: sem direito ao território assegurado, todos os outros direitos ficam ameaçados.

O Vale do Ribeira

A região do Vale do Ribeira abriga a maior faixa de Mata Atlântica contínua preservada do Brasil e é uma das poucas regiões florestadas do estado de São Paulo. A exploração de minérios foi intensa durante o período colonial, o que levou pessoas escravizadas para essas terras: muitas das quais, depois, vieram a formar os vários quilombos existentes ali que se relacionam com os demais povos e comunidades tradicionais do Vale, indígenas, caiçaras e caboclos. Com a queda do ciclo dos minérios, vieram outras atividades extrativas, o agronegócio avançou, indústrias se instalaram, mas a região sempre permaneceu na periferia do circuito de desenvolvimento capitalista do estado (Diegues, 2007). Apesar disso e da ameaça permanente da construção de barragens, os povos do Vale têm uma luta histórica contra a expansão desse modelo predador e lutam em defesa de seu território, onde é praticada uma economia dos povos a partir da sua autodeterminação.

No início da ditadura militar, na década de 1960, diversas unidades de conservação passaram a ser sobrepostas aos territórios do Vale. Estima-se que, no ano de 1985, as restrições legais impediam o uso de 75% das terras da região por

parte da população (Carril, 1995). Entre o início dos anos 1960 até 1995, 12 unidades de conservação foram criadas no Vale do Ribeira. Isso representou um incremento enorme na fiscalização do poder público sobre as comunidades da região, que passaram a sofrer penalidades pelo descumprimento da legislação ambiental: regras impostas aos povos que os impediam de seguir vivendo segundo seus modos de vida historicamente em harmonia com a natureza. Assim, aumentou-se a fiscalização sobre as ocupações humanas em áreas de parque, com duras penas para aqueles que infringissem as leis ambientais. Para essas comunidades, manter seu modo de vida é entendido pelo estado como crime ambiental: por exemplo, praticar a agricultura de coivara,¹ prática com aspectos da religiosidade e da ancestralidade envolvida, profundamente integrada no todo do seu viver e na sua forma de praticar agroecologia.

204

A Barra do Turvo está localizada na região sul da parte paulista do Vale do Ribeira. É um município com grande parte de sua área inserida em unidades de conservação, sendo dois parques estaduais, três Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e três Áreas de Proteção Ambiental (APA), que juntos correspondem a mais de 70% da extensão do município. A organização do território em diferentes

1. A coivara é uma forma de agricultura característica de diferentes povos e comunidades tradicionais. É um sistema de plantio itinerante em que as áreas que vão ser cultivadas são limpas através do corte da vegetação, que é posteriormente queimada. Depois de um ciclo de plantio, esta área é deixada para pousio, onde a sucessão ecológica naturalmente é responsável pela regeneração da mata. O local só é submetido ao corte e à queima novamente depois de alguns anos, quando a área tenha se recuperado. Há uma vasta produção científica sobre a sustentabilidade desta prática para os ecossistemas quando realizado de forma controlada e com longos períodos de descanso entre plantios (Munari, 2010).

tipos de unidades de conservação está relacionada com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) em 2008. Antes disso, todas as áreas protegidas eram consideradas parques estaduais, com restrições mais severas em relação à forma de uso da terra do que as RDS e APAs. Foi a luta das comunidades pelo afastamento dos parques de seus territórios e pela afirmação de seus modos de vida que fez com que o MOJAC fosse criado e que a maior parte do território fosse categorizada como RDS ou APAs, onde as comunidades têm mais liberdade para praticar agricultura e exercer seus modos de vida, ainda que, até os dias de hoje, sofram repressões por parte dos órgãos ambientais.

Essa história ambiental fez com que a agroecologia fosse assumida como bandeira de luta pelos movimentos e comunidades da região, que se colocaram como sujeitos do movimento agroecológico e elaboraram uma forma própria de fazer agroecologia, se relacionando com sua maneira ancestral de produzir a agricultura tradicional. A partir desse panorama, falaremos mais sobre as resistências das mulheres e dos povos tradicionais do Vale do Ribeira, principalmente por meio da agroecologia e da agricultura tradicional, e como elas têm representado uma proposta alternativa de modo de vida e convivência com a natureza no território.

205

Os projetos de Economia Verde no Vale do Ribeira

A demanda por saber mais sobre os projetos de Economia Verde que aparecem no Vale do Ribeira é recorrente entre as mulheres da RAMA e as pessoas do território. Ela apareceu fortemente em uma roda de conversa que fez parte da nossa visita de campo do curso de extensão “Mulheres

em defesa do território-corpo-terra”, em setembro de 2022. Nesse campo, nos reunimos entre estudantes, militantes de movimentos sociais e mulheres agricultoras durante três dias na Barra do Turvo. A roda de conversa com o tema “Ameaças ao território: quem está aparecendo no nosso território? O que está trazendo?” fez parte da nossa programação, e conversamos muito sobre a história do Vale e sobre as ameaças do extrativismo e dos programas de compensação ambiental. Foram conversas muito motivadas pela fala de uma agricultora da RAMA que, no ano de 2019, viajou com mais duas mulheres para o Acre, para um evento organizado pelas entidades Conselho Indigenista Missionário (CIMI), World Rainforest Movement (WRM) e Sempre Viva Organização Feminista (SOF), apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo.

Nesse encontro, as mulheres da RAMA conheceram mulheres acreanas, que compartilharam suas experiências de enfrentamento aos projetos de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que, por sua vez, representam perdas de direitos territoriais e mudanças profundas na forma de organização social das comunidades. Por causa dessa troca de vivências, as mulheres do Vale do Ribeira voltaram de viagem se perguntando sobre a similaridade entre os projetos em curso em seus territórios e no Acre.

Na roda de conversa na Barra do Turvo em 2022, na ocasião do curso de extensão, elas retomaram o que aprenderam nessa visita de três anos atrás e comentaram sobre os projetos de reflorestamento dos quais participam nos dias de hoje. Escolhemos três grandes iniciativas de Economia Verde ou compensação ambiental que a Barra do Turvo já recebeu para tratar neste texto: i) um projeto da The Nature Conservancy (TNC) de recuperação de áreas degradadas; ii)

projetos de compensação ambiental que envolvem plantios de árvores exóticas e nativas da Iniciativa Verde; e iii) o projeto Pagamento de Serviços Ambientais – Juçara (PSA-Juçara), da Fundação Florestal, ligada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Em todos esses projetos há, em alguma medida, elementos que dificultam o pleno desenvolvimento dos territórios-corpo-terra ou, como elaborou Nilce para este artigo, “território de corpo e mente”.

O projeto da The Nature Conservancy foi apresentado para comunidades quilombolas da Barra do Turvo em 2011, inserido no âmbito da Iniciativa BNDES Mata Atlântica, programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que apoiava organizações para realização de restauração ecológica em territórios desse bioma. Como nos demonstra Furtado (2018), citando Miraftab (2009) e Acselrad (2010), a TNC faz parte de um conjunto de grandes organizações conservacionistas e que coordenam muitos projetos de Economia Verde ao redor do mundo. Ela tem um papel importante na manutenção de uma forma de ecologia “técnica”, que se diz “baseada em resultados”, e tem contribuído para uma neutralização da crítica ao projeto ideológico do capitalismo neoliberal. São também organizações que impõem sobre as comunidades uma ideia de natureza que precisa ser controlada, medida e gerida por especialistas. Essa ideia está por trás dos cursos e treinamentos que as comunidades precisam fazer para participar dos projetos, como se os conhecimentos que elas já possuem não fossem suficientes para cuidar de seu próprio território.

Todas essas características estavam presentes na proposta que a TNC fez à comunidade do Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca, embora informações importantes não tenham sido fornecidas. Por isso, depois de algumas conversas

coletivas, a comunidade chegou a um acordo pela não aceitação da participação no projeto. É importante dizer que a recusa foi bastante impulsionada pelo papel das mulheres e lideranças com anos de militância no Vale do Ribeira e em espaços nacionais, o que construiu um olhar de desconfiança para projetos que se apresentam, mas que “não explicam muito bem realmente qual é a proposta”. Como destacado em outros capítulos deste livro, é principalmente sobre as mulheres e lideranças, muitas das quais avaliam os megaprojetos criticamente, que recaem os impactos negativos destes empreendimentos. Também para a comunidade como um todo, já que podem piorar a vida das pessoas para além de um ganho monetário imediato. Essas lideranças são recorrentemente criminalizadas e desmoralizadas frente às suas comunidades, colocadas em um local de disputa, apontadas como mulheres que estão contra o desenvolvimento econômico e o bem-estar das pessoas próximas, que no geral vivem situações de vulnerabilidade. É importante visibilizar que este tipo de discurso está a favor das empresas, e que as mulheres têm uma proposta alternativa de bem viver para seus territórios que não passa pelo capital.

Além da TNC, outras organizações menores também apresentam projetos ligados à compensação ambiental para o território, como é o caso da Iniciativa Verde. Com sede em São Paulo, desenvolve dois principais tipos de projetos: i) no campo das compensações voluntárias de gases do efeito estufa, ou seja, que servem para pessoas ou empresas que queiram “compensar” suas emissões pagando monetariamente pela realização de um reflorestamento em outro lugar. A organização é responsável por fazer o cálculo do quanto essa pessoa ou empresa emite e realizar um reflorestamento em uma escala capaz de absorver os gases da atmosfera;

ii) o programa Nascentes, que tem como objetivo atuar sobre a recuperação da vegetação nativa. Nesse caso, a Iniciativa Verde recebe recursos de empresas e grandes proprietários que precisam cumprir Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) e realiza planos de recuperação ambiental dessas pessoas ou empresas. A Iniciativa Verde possui projetos que já estão previamente aprovados pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo, localizados em áreas prioritárias para restauração, como regiões de mananciais e unidades de conservação.

Além destes dois tipos de projetos, há projetos menores, pontuais, com instauração de sistemas agroflorestais e tratamento de água junto à agricultura familiar e outras comunidades da região. O financiamento se dá principalmente por meio das pessoas e empresas que precisam pagar pela sua regularização ambiental. Só na Barra do Turvo, no interior do Parque Estadual do Rio Turvo, há 600 hectares em reflorestamento ou reflorestados. É o próprio Parque que diz para a Iniciativa Verde quais áreas precisam ser recuperadas e quais são prioritárias. A relação do Parque – e, portanto, do Estado – com a organização para a realização de projetos de compensação se deu na época de instauração do MOJAC.

Há também o programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) Juçara, da Fundação Florestal, órgão ligado à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do estado de São Paulo. O contrato dura cinco anos, e o primeiro edital foi lançado no final de 2021. O programa de PSA abrange as seguintes unidades de conservação de uso sustentável: APA Quilombos do Médio Ribeira, RDS Quilombos de Barra do Turvo, RDS Barreiro/Anhemas, RDS Lavras, RDS Pinheirinhos, localizadas nos municípios de Apiaí, Cajati, Barra do Turvo e Eldorado. Trata-se de

um programa que remunera agricultoras/es que realizam em suas áreas o plantio de, no mínimo, um hectare de palmeira, além de outras atividades. Já o programa Juçara, que engloba o PSA, tem em seu âmbito outras iniciativas, como as ações de repovoamento de palmeira Juçara nas unidades de conservação estaduais e a compra de sementes de palmeira das comunidades da região.

Esse PSA tem algumas características que o diferem da maior parte dos outros programas similares, como: é preciso ter uma remuneração relativamente alta — pelo menos quando comparada com a média de remuneração das pessoas da região —; permitir que as palmeiras sejam plantadas em áreas já ocupadas dos sítios; ter um período relativamente curto, de cinco anos. No entanto, ele continua impondo uma determinada forma de se relacionar com o local e de valorizar a conservação de uma espécie em detrimento das outras, o que vai contra o entendimento das comunidades, que é o de cuidar sempre da diversidade de plantas e animais do entorno. O projeto alega ter um caráter “participativo” por ser debatido nas reuniões das RDS e contar com a escuta das comunidades, o que não quer dizer que a concepção de preservação da natureza por trás dele esteja alinhada com a das comunidades.

Apesar disso, o fato é que muitas pessoas dos territórios participam desses projetos pela possibilidade de obtenção de renda. Em um contexto neoliberal, de desmonte de políticas públicas para o campo, a chance de viver bem sendo “apenas” agricultora é uma realidade distante para a maior parte das pessoas, que precisam conciliar o desafio da composição de renda vinda de diversas fontes com a multifuncionalidade da agricultura. Quando a Economia Verde se apresenta, acaba sendo vista como uma das possíveis fontes de renda

necessárias para poder seguir vivendo no campo. É por isso que afirmamos que a luta contra esses projetos de financeirização depende do fortalecimento dos modos de vida e da economia dos povos, para que não dependamos deles para viver com dignidade.

Crítica feminista à Economia Verde: as mulheres constroem territorialidades a favor da sustentabilidade da vida

No território do Vale do Ribeira, as mulheres se situam à frente da defesa do sistema tradicional agrícola quilombola, lógica coletiva de produção agroecológica norteada pela ancestralidade e pela valorização da cultura local. Trata-se de uma luta árdua, e um de seus principais obstáculos é o racismo institucional, que criminaliza práticas tradicionais do povo negro em nome “do meio ambiente”. Com isso, corre-se o risco de que essas práticas desapareçam ao longo do tempo, já que sua transmissão entre gerações depende do acompanhamento da prática e da oralidade, não da escrita. As comunidades do Vale do Ribeira não são contra a implantação de projetos de preservação e cuidado com a natureza, mas, quando se trata de desenvolver esses projetos nos territórios tradicionais, é preciso se basear no desenvolvimento do próprio território, na melhoria da qualidade de vida e no cuidado com a memória dos povos de forma coletiva. O medo da criminalização faz com que as famílias tenham receio de se aproximar dos movimentos e da agroecologia, empurrando as pessoas para se virarem em soluções financeiras individuais, sem criar uma alternativa coletiva para a vida de todos.

A agricultura de coivara, elemento do sistema agrícola tradicional, também é assunto de controvérsia dentro do próprio movimento agroecológico. Uma parte do movimento entende que essa seria uma prática que poderia fazer mal à vida do solo e que seria muito violenta aos ecossistemas. Ao mesmo tempo, outra parte entende que uma agroecologia antirracista não pode desvalidar práticas tradicionais dos povos negros *a priori*. Além disso, há cada vez mais estudos científicos demonstrando que, quando a coivara é realizada da forma como os povos a fazem há séculos, não representa dano à natureza (Munari, 2010). Esses estudos se baseiam inclusive na luta para que ela seja reconhecida como parte do sistema agrícola tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, patrimônio cultural brasileiro reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).²

A luta dos povos do Vale do Ribeira pelo direito à coivara resultou, desde a criação do MOJAC, na possibilidade de realizar a prática com autorização no âmbito do conselho gestor de sua RDSA. É um passo importante para garantir a não criminalização das comunidades, mas permanece a necessidade de, no fim, pedir autorização a um órgão estatal para exercer uma importante prática do modo de vida, como se o estado fosse “mais dono” do território do que os povos que o ocupam há gerações.

2. É possível saber mais sobre a transformação do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP) em Patrimônio Cultural Brasileiro na página web do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4838/sistema-agricola-tradicional-do-vale-do-ribeira-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 25 de set. 2023.

Durante a pandemia de covid-19, a SIMA do estado publicou a resolução SIMA n. 28, concedendo autorizações em caráter emergencial para a implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no estado de São Paulo sem a necessidade de autorização, em nome da garantia da soberania e segurança alimentar das comunidades. A medida foi resultado de reivindicações das organizações quilombolas e das comunidades tradicionais do estado de São Paulo e ficou vigente até 2021. Hoje, como um tipo de flexibilização que permaneceu, o pedido é muito mais simples e pode ser feito de forma virtual, em conversas por aplicativos de mensagens.

Na assembleia da RAMA do ano de 2019, as mulheres decidiram coletivamente que as quilombolas da Rede poderiam continuar praticando a agricultura de coivara e continuar sendo parte da organização, uma vez que essa é uma prática inserida em seu modo de vida. Essa é uma decisão diferente de outras organizações agroecológicas, como a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta), que proíbe a prática da coivara para todos os associados. Na ocasião, as mulheres tiveram um debate sobre a forma de fazer o manejo do fogo, deixando claro que estavam falando de um uso consciente e culturalmente localizado, e não do uso indiscriminado de queimadas.

Isso demonstra que a organização das mulheres nesse território tem se direcionado em muitos sentidos contra-hegemônicos: uma luta pelo reconhecimento da ancestralidade do território, em uma perspectiva antirracista; uma luta contra a Economia Verde, pelo não aprisionamento dos territórios na mão do mercado; uma luta pelo seu reconhecimento como agricultoras e por uma vida sem violência e

com autonomia pessoal e coletiva. Assim, elas têm construído a soberania alimentar de suas comunidades enquanto mantêm as comunidades mais unidas, atentas e distantes de falsas soluções.

Referências

- 214
- ACSERLAD, H.. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fD-Vhmb6yxl/>. Acesso em: abr. 2024.
- CARRIL, L. de F. B. 1995. *Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- DIEGUES, A. *O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio ambiente, história e população*. São Paulo. 2007. Disponível em: <http://nupaub.ffch.usp.br/sites/nupaub.ffch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- FURTADO, F. A construção da natureza e a natureza da construção: políticas de incentivo aos serviços ambientais no Acre e no Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, fevereiro de 2018, vol. 26, n. 1, pp. 123-147, ISSN 2526-7752.
- MIRAFETAB, F. Insurgent Planning: situating radical planning in the global south. *Planning Theory*, v. 8, 2009, pp. 32-50.
- MUNARI, L. C. Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos). Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.41.2010.tde-07032010-134736. Acesso em: 2 out. 2023.

Sobre as autoras

Corpos em resistência: lutas e saberes na defesa do território-corpo-terra-águas

Elisangela Soldateli Paim é jornalista, coordenadora do programa latino-americano de clima e energia da Fundação Rosa Luxemburgo. Doutora em ciências sociais pela Universidade de Buenos Aires, Argentina. Coordena pesquisa e cursos de extensão realizados em conjunto com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sobre energia, clima e mulheres. Recentemente coordenou relatório resultado de pesquisa coletiva “Em Nome do Clima: Mapeamento Crítico”.

Fabrina Pontes Furtado é professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pesquisadora do Coletivo de Pesquisa Desigualdade Ambiental, Economia e Política e do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais. Coordena pesquisa e projetos de extensão sobre neoextrativismo, financeirização da natureza e mulheres.

Marilia Jahnel é cientista social, mestra em ciências humanas e sociais, pela Universidade Federal do ABC (UFABC), e editora na casa editorial Funilaria

Contribuições políticas e epistemológicas de mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas

Cristiane Faustino é feminista, negra, ambientalista e defensora de Direitos Humanos. Membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e atual presidenta da Justiça Global. Atuou como Relatora do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma DHESCA no período 2012-2014, e como Presidenta do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Ceará, no período de 2019-2021.

Elisangela Soldateli Paim
Fabrina Pontes Furtado

Agronegócio: uma reflexão a partir das mulheres camponesas organizadas

Catiane Cinelli é militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); professora na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); pós-doutoranda no PPGPSI/UNIR.

Renata Gadelha é militante do MMC. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR de Pato Branco/PR. Doutora em desenvolvimento rural sustentável, pela UNIOESTE. Mestra em agroecologia militante do MMC. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR de Pato Branco/PR. Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável, pela UNIOESTE. Mestra em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, pela UFFS. E licenciada em Filosofia, pela Unicamp.

218

Ana Claudia Rauber é camponesa ecologista, militante do MMC, graduada em ciências biológicas (UNICENTRO), mestra em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável (UFFS).

Noeli Welter Taborda é camponesa, educadora popular e militante do MMC. Mestranda do curso de geografia no Programa de Pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Elisiane de Fátima Jahn é educadora e pesquisadora popular e militante do MMC. Doutora em educação pelo Programa de Pós-graduação em educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Sirley Ferreira dos Santos é camponesa, educadora popular e militante do MMC. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Encurraladas pelo agronegócio: conflitos e resistências vivenciadas por mulheres em territórios de comunidades camponesas

Rafaela Lopes de Souza é doutoranda em geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará (Uece). Pesquisadora-militante do Movimento 21 de Abril e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA).

Sarah Luiza de S. Moreira é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres e do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

220

Camila Dutra dos Santos é professora doutora dos cursos de graduação em geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA). Presidenta do Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal.

Ana Paula Pereira Sousa é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-CE). Estudante do curso de licenciatura em geografia, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus João Câmara, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Josimeire da Silva Lemos é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-CE). Estudante do curso de licenciatura em geografia, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campus João Câmara, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Conhecimentos tradicionais, uma inspiração indígena no debate contemporâneo

Elisa Pankararu, mulher indígena do Povo Pankararu, mestra em antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE) e atual coordenadora do Departamento de Mulheres Indígenas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

A carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna

Cleomar Ribeiro, mulher das águas, quilombola, defensora dos direitos humanos. Presidenta da Associação Quilombola do Cumbe, Aracati, Ceará.

Mulheres e mineração: resistências feministas à megaempreendimentos e ao garimpo ilegal no corredor de ferro Carajás

Ailce Margarida Negreiros Alves é mestra em ciências sociais pela EHESS, Paris-Fr. Educadora popular. Professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Campus Marabá), na Faculdade de Educação do Campo.

Larissa Pereira Santos é mestra e doutoranda em ciências da comunicação pelo Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. Coordenadora política na Associação Justiça nos Trilhos.

Mulheres atingidas pelo crime da Samarco: o caso da região do Médio Rio Doce em Minas Gerais

Camilla Laranjeira Brito, mulher negra, 34 anos, é bióloga, especialista em energia, e membra da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Atuou durante oito anos na região do Médio Rio Doce de Minas Gerais com a população atingida pelo crime da Samarco e atualmente acompanha o MAB no Oeste da Bahia, em sua terra natal, Bom Jesus da Lapa.

A história e a memória não podem ser descartadas: a luta por permanência da Comunidade do Horto (Rio de Janeiro) e a tentativa de apagamento da história pelo uso do direito

Emília Maria de Souza é moradora e liderança da Comunidade do Horto, cofundadora do Museu do Horto e cofundadora do Conselho Popular da Cidade do Rio de Janeiro.

Paula Máximo de Barros Pinto é professora do Departamento de direito da PUC-Rio. Mestre em ciências sociais pelo Programa de Pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA/UFRRJ) e doutoranda em direito pela PUC-Rio. Compõe a assessoria jurídica da Comunidade do Horto.

Carolina Câmara Pires é professora do departamento de direito da PUC-Rio. Doutora pelo Programa de Pós graduação em sociologia e direito da UFF. Pesquisadora e Consultora em Relações Raciais e de Gênero no Brasil e Diáspora Africana

Virgínia Totti Guimarães é professora do Departamento de direito da PUC-Rio, doutora em direito pela PUC-Rio, mestre em planejamento urbano e regional pelo IPPUR/UFRJ.

Economia Verde, compensação ambiental e financeirização da natureza: ameaças e resistências das mulheres no Vale do Ribeira

Nilce de Pontes Pereira dos Santos tem 45 anos, é mãe e avó. Mulher negra, quilombola e agricultora agroecológica da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo (RAMA). É coordenadora da Associação do Quilombo Ribeirão Grande-Terra Seca e pertence à Coordenação Estadual e ao coletivo de mulheres da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ). Faz parte do GT Mulheres e GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia.

Natália Lobo é agroecóloga e mestra em ciências sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Faz parte da equipe técnica da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e é militante da Marcha Mundial das Mulheres.

Sobre as ilustradoras

Mika

“Enraizada em Teresina (PI), arte-educadora, formada pela Universidade Federal do Piauí. Minha pesquisa parte de uma busca por ancestralidade através de narrativas, seja da memória familiar ou de estudos sobre afro-brasilidade, buscando nas receitas/ensinamentos de minha mãe e avós, pessoas mais velhas do meu convívio/trajeto, matéria para minhas criações.

Tenho baseado meu processo criativo, nos últimos tempos, partindo da oralidade e da escuta como fio condutor, o que tenha chamado de “Palavra dos antigos”, raiz essa que se expande em desenhos, bordados, colagem têxtil, instalação etc.

Atualmente tenho buscado expandir meus processos experimentando materialidades novas, mas que têm como ponto de partida também a memória ancestral na escolha desses materiais, seja como suporte ou como pigmento/tingimento das minhas criações. Participo de exposições coletivas entre Teresina e Fortaleza”

Colagens dos textos “Agronegócio uma reflexão a partir das mulheres camponesas organizadas”, “Encurraladas pelo agronegócio: conflitos e resistências vivenciadas por mulheres em territórios de comunidades camponesas”, “Mulheres atingidas pelo crime da Samarco: o caso da região do médio rio Doce em Minas Gerais” e “Mulheres e mineração: resistências feministas à megaempreendimentos e ao garimpo ilegal no corredor de ferro Carajás”

Keila Gondim

“Olá, sou Keila Gondim, mulher negra, soteropolitana e Abiã de um terreiro de Yá Oxum. Bacharela por formação em design gráfico e produto pela Universidade do Estado da Bahia. Com atuação em branding, identidade visual e projetos culturais.

Artista visual criadora do Colagem Preta, uma produtora de colagens digitais afrocentrada. Premiada como artista visual no Projeto Preto é Rei. Tenho formação em gestão de mídias sociais, fotografia, Ux design e gestão de projetos.

Ao longo da minha carreira, tive a oportunidade de contribuir como designer para empresas e projetos, como Ong Casa do Sol, Bloco Afro Olodum, Prefeitura de Salvador, Marie Claire, Ministério Público da Bahia, Instituto Goethe, Fundação Gregório de Matos, Mostra Lugar de mulher é no cinema, Tenda Cine, Festival Feira Preta e Festival Zona Mundi.”

Colagens dos textos “A carcinicultura nos tirou do mangue, o parque eólico nos tirou da duna”, “Conhecimentos tradicionais, uma inspiração indígena no debate contemporâneo”, “A história e a memória não podem ser descartadas: a luta por permanência da Comunidade do Horto (Rio de Janeiro) e a tentativa de apagamento da história pelo uso do direito” e “Economia Verde, compensação ambiental e financeirização da natureza: ameaças e resistências das mulheres no Vale do Ribeira”

A Fundação Rosa Luxemburgo (<https://rosalux.org.br>) é uma instituição alemã sem fins lucrativos vinculada ao partido Die Linke (A Esquerda). Fundada no ano de 1990, em Berlim, tem como principais desafios promover a formação política e a crítica social, pautadas na tradição dos movimentos trabalhistas, feministas, antirracistas e antifascistas. Desde 2000, suas iniciativas de cooperação internacional e solidariedade contam com apoio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Com escritórios em mais de 24 países, a FRL abriu o escritório regional do Brasil e Paraguai, em 2003, na cidade de São Paulo. Na região, os eixos principais são: a defesa da democracia e de direitos políticos e sociais; críticas a modelos extrativistas, transgenia e mercantilização da natureza e da vida; e alternativas ao sistema capitalista, com o apoio a experiências coletivas e solidárias, bem como a divulgação de conceitos como Bem Viver e a luta contra o racismo e todas as opressões e por uma sociedade justa e livre. A nossa orientação política é um socialismo democrático, ecológico, feminista, internacionalista desde baixo.

A editora Funilaria foi criada em 2019 e publicou seus primeiros livros em 2021. Formada por 3 entusiastas do universo dos livros, a Funilaria nasceu do interesse em mergulhar nos processos de produção editorial, nos caminhos da escrita e das imagens, buscando sempre coerência política aliada à questão estética. Funilaria é ofício-movimento. É a passagem por um funil curador até a chegada ao livro. Busca constante por fazer circular novos autores, autoras, leitores, leitoras e ideias.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres em defesa do território-corpo-terra-águas / organização
Elisângela S. Paim e Fabrina P. Furtado. -- São Paulo : Editora
Funilaria, 2024.

Várias autoras.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84735-35-4

1. Ciências sociais 2. Corpo - Imagem 3. Feminismo
4. Mulheres - Aspectos sociais 5. Relações de gênero
6. Território I. Título.

24-224771

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Aspectos sociais : Sociologia 305.42
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB-8/8415

Tipografia: Adobe Caslon Pro

Papel capa: Cartão Supremo 250 g/m²

Papel miolo: Pólen Natural 80 g/m²

Impressão: Maxi Gráfica
